

CARLA MARIA BASTOS DOS SANTOS

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA
MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL NO ESTUDO DAS
APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE -ÇÃO E -MENTO**

PORTO ALEGRE, 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA, SEMÂNTICA E LÉXICO**

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA
MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL NO ESTUDO DAS
APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE –ÇÃO E –MENTO**

CARLA MARIA BASTOS DOS SANTOS

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. SABRINA PEREIRA DE ABREU

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos de Linguagem, Especialidade Teoria e Análise Linguística.

PORTO ALEGRE, 2012.

AGRADECIMENTOS

A Jesus, que prometeu e cumpriu: esteve comigo em cada momento, manifestando seu tão grande amor. Ao Espírito Santo, que traz vida a todo conhecimento.

A Deus, pois tenho experimentado sua bondade e sua misericórdia se renovando a cada dia. Vêm dele as oportunidades, o suprimento e a sabedoria. Presente dele são as pessoas que têm me acompanhado e contribuído para a realização deste trabalho:

À Prof^a. Dr^a. Sabrina Pereira de Abreu, pela competência, pela seriedade no trabalho, pela orientação desta tese, pelo exemplo, pela confiança.

À Prof^a. Dr^a Margarita Correia e à Prof^a. Dr^a. Enilde Faustich que contribuíram com este trabalho, trazendo importantes reflexões para a qualificação da tese e porque, juntamente com o Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi, se dispuseram a participar da Banca Avaliadora do trabalho.

Aos meus pais, Luiz Carlos e Vera, que têm sido base sólida, exemplo e incentivo a sempre ir além.

À Ângela e à d. Wanda, que partilharam comigo cada dia, proporcionando o suporte necessário para a realização e conclusão do Doutorado.

À Prof^a. Dr^a Sandra de Deus, à Jussara Smidt Porto e demais dirigentes da UFRGS, que, por valorizarem a qualificação dos servidores, permitiram-me afastamento do trabalho para a realização do Doutorado. Aos colegas da Pró-Reitoria de Extensão, pelo apoio e incentivo.

Aos amigos-irmãos que têm me sustentado em palavra e oração.

Muito obrigada, pois sei que não cheguei até aqui sozinha.

*No princípio era o Logos [Palavra],
e o Logos estava com Deus, e o Logos era Deus.
Ele estava no princípio com Deus.
Todas as coisas foram feitas por intermédio dele,
e, sem ele, nada do que foi feito se fez.
(Evangelho de João, Cap. 1.1-3)*

RESUMO

A pesquisa sobre as perspectivas teóricas da Morfologia Construcional no estudo das aproximações e diferenças entre –ção e –mento tem duplo objetivo: contribuir com a comunidade científica, revelando a trajetória e avanços teóricos acerca de importante modelo de análise linguística; e aprofundar o conhecimento sobre dois sufixos nominalizadores altamente produtivos na língua portuguesa. O modelo construcional foi proposto por Danielle Corbin (1987) com o objetivo de construir uma teoria sincrônica do léxico, tendo por principais características a associabilidade entre forma e sentido e a estratificação do Componente Lexical. A proposta foi atualizada em 1991, especialmente pela flexibilização da restrição de unicidade categorial que pesava sobre as regras de construção de palavras (RCP) e pela identificação de um sentido predizível específico ao operador morfológico (afixo). A partir de 1997, importante avanço teórico é percebido no modelo. O desenvolvimento dos estudos leva a uma nova visão do léxico, marcada pela valorização do aspecto semântico nos processos de construção de unidades lexicais. Se, por um lado, o sentido de uma UL (envolvendo sentido construído e sentido referencial) tem influência sobre sua categoria e sua referencialidade, por outro lado, os itens afixais, sendo portadores de informações semânticas, exercem importante papel na seleção das bases e na atualização de sentido das unidades lexicais construídas (ULC). A trajetória teórica da Morfologia Construcional permite-nos avançar no estudo de –ção e de –mento. A partir dos pressupostos iniciais do modelo, podemos diferenciar os sufixos deverbais das suas formas homônimas (o sufixo –mento denominal e as terminações –ção e –mento, sem significado associado) e identificar o sentido instrucional geral dos sufixos estudados (associado à nominalização). Mas é somente pela aplicação dos estudos construcionais mais recentes sobre o *corpus* da pesquisa – formado por pares de ULs que se caracterizam como formas duplas, em que –ção e –mento são empregados sobre a mesma base aparente – que poderão ser conhecidas as especificidades semânticas de cada um dos sufixos, que permitem a diferenciação entre os afixos ditos concorrentes.

RÉSUMÉ

La recherche sur les perspectives théoriques de la Morphologie Constructionnelle dans l'étude des ressemblances et des différences entre « ção » et « mento » poursuit un double objectif: coopérer avec la communauté scientifique, en révélant le parcours et le progrès théorique sur cet important modèle d'analyse linguistique, aussi bien qu'approfondir la connaissance sur ces deux suffixes nominatifs hautement productifs dans la langue portugaise. Le modèle constructionnel a été proposé par Danielle Corbin (1987) dans le but de construire une théorie synchronique du lexique, dont les principales caractéristiques sont l'associativité entre la forme et le sens et la stratification du Composant Lexical. La proposition a été actualisée en 1991, principalement en ce qui concerne à une flexibilité de la contrainte d'unicité catégorielle qui s'imposait aux règles de la construction du mot (RCM) et encore par l'identification de sens prédictible spécifique au procédé morphologique (affixe). C'est à partir de 1997 que l'on remarque un important progrès théorique dans ce modèle. Le développement de ces études mène à une nouvelle vision du lexique, marquée par la valorisation de l'aspect sémantique dans le procès de construction des unités lexicales. Si, d'une part, le sens d'une UL (impliquant le sens construit et le sens référentiel) a une influence sur sa catégorie et sa référencée, d'autre part, les affixes en tant que porteurs d'informations sémantiques, jouent un rôle important dans la sélection des bases et dans l'actualisation de sens des unités lexicales construites (ULC). Le parcours théorique de la Morphologie Constructionnelle nous permet d'avancer dans l'étude de « ção » et « mento ». À partir des présupposés initiaux du modèle, on peut distinguer des suffixes déverbaux de ses formes homonymes (le suffixe « mento » dénominal et les terminaisons « ção » et « mento » sans le sens associé), et identifier le sens instructionnel général des suffixes étudiés (lié à la nominalisation). Mais c'est seulement dans l'application des études constructionnelles plus récentes sur le *corpus* de la recherche – constitué de paires des UL's qui se caractérise par des doublets dans lesquels « ção » et « mento » sont employés sur une même base apparente – que l'on pourra connaître la sémantique spécifique de chacun des suffixes, ce qui permettra faire la différenciation entre les affixes dit concurrents.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A	Adjetivo
af	Afixo
AI	Aplicador de Idiossincrasias
B	Base
DEC	Dicionário Explicativo e Combinatório
DEH	Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, versão 1.0.7
DUP	Dicionário de Usos do Português do Brasil
N	Nome
NA	Nome abstrato
NAA	Nome abstrato de ação
NAE	Nome abstrato de estado
NAP	Nome abstrato de processo
NC	Nome concreto
Nf	Nome feminino
Nm	Nome masculino
OD	Operação Derivacional
OM	Operação Morfológica
OS	Operação Semântica
PM	Paradigma Morfológico

RC	Relação Categorial
RCP	Regra de Construção de Palavras
RSM	Regra Semântica Menor
SIL	Seleção e Inserção Lexical
T	Truncamento
UL	Unidade Lexical
ULC	Unidade Lexical Construída
V	Verbo
VA	Verbo de ação
VApr	Verbo de ação pronominal
VAP	Verbo de ação-processo
VE	Verbo de estado
VP	Verbo de processo
VPp	Verbo de processo pronominal
X	variável

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 OS FORMANTES –ÇÃO E –MENTO	14
1.1 SOBRE –ÇÃO E –MENTO NO PORTUGUÊS	14
1.1.1 A literatura disponível sobre –ção e –mento em português	15
1.1.2 Os formantes –ção e –mento e a homonímia	19
1.1.2.1 Os sufixos na construção de nomes deverbais	21
1.1.2.2 Os sufixos na construção de nomes denominais	23
1.1.2.3 Afixos ou Terminações?	24
1.2 PROBLEMAS RESIDUAIS SOBRE –ÇÃO E –MENTO DEVERBAIS	27
1.2.1 Semelhanças entre –ção e –mento: afixos concorrentes?	28
1.2.2 Diferenças entre –ção e –mento	31
1.2.2.1 O sufixo –ção	33
1.2.2.2 O sufixo –mento	36
1.2.3 Fatores que influenciam na (não-)atualização de palavras	39
1.2.4 O caso de –ção e –mento	43
RESUMO DO CAPÍTULO	47
2 O PERCURSO TEÓRICO DA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL	52
2.1 MODELO DE ESTUDO DO LÉXICO (FUNDAMENTOS)	52
2.2 O MODELO CONSTRUCIONAL NA SUA PROPOSTA INICIAL	55
2.2.1 A estratificação do Léxico e os itens afixais	56
2.2.2 O carácter associativo e a atenção formal	63

2.2.3 Atualização do modelo: estudos semânticos	65
2.3 O MODELO CONSTRUCIONAL NA SUA VERSÃO MAIS RECENTE	68
2.3.1 Caráter construcional do modelo	68
2.3.2 Semântica das unidades lexicais (e lacunas lexicais)	72
2.3.3 Informações afixais na construção lexical	78
2.4 AVANÇOS DO MODELO	83
RESUMO DO CAPÍTULO	85
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	90
3.1 DICIONÁRIO COMO FONTE DE DADOS	90
3.1.1 O Dicionário Eletrônico Houaiss (DEH)	94
3.1.2 O Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUP)	97
3.2 METODOLOGIA DE RECOLHA E SELEÇÃO DOS DADOS	101
3.2.1 Extração dos dados e constituição do <i>corpus</i>	102
3.2.2 Organização dos dados	104
3.2.2.1 Quanto à estrutura das unidades lexicais	105
3.2.2.2 Quanto aos grupos de equivalências	106
RESUMO DO CAPÍTULO	108
4 ANÁLISE DOS DADOS	110
4.1 FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS	111
4.1.1 Categorias analíticas conforme Corbin, 1987 e 1991	111
4.1.2 Categorias analíticas conforme Corbin, 1997 <i>et seq.</i>	113
4.2 ANÁLISE DOS DADOS	122
4.2.1 Análise dos dados conforme Corbin, 1987 e 1991	122
4.2.2 Análise dos dados conforme Corbin, 1997 <i>et seq.</i>	128
4.2.2.1 Quando X-mento equivale a X-ção	129
4.2.2.2 Quando X-ção equivale a X-mento	137
4.2.2.3 Equivalências recíprocas entre X-ção e X-mento	142
4.3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE -ÇÃO E -MENTO	148
RESUMO DO CAPÍTULO	153
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	157

REFERÊNCIAS	163
ANEXOS	167
Anexo 1 – Relação de unidades lexicais para análise	168
Anexo 2 – Grupos de equivalências X-mento / X-ção	170

INTRODUÇÃO

A ideia de realizar uma pesquisa acerca das aproximações e diferenças dos afixos –ção e –mento surgiu como continuidade do trabalho desenvolvido no curso de Mestrado. Na ocasião, esses formantes foram considerados sob ótica metalexigráfica, culminando na proposição dos verbetes dos sufixos –ção e –mento deverbais. O estudo foi fundamentado na Morfologia Construcional, conforme apresentada em Corbin (1987), e apoiado na subcategorização dos verbos e dos nomes, dada por Chafe (1979). Ocorre que a análise dos dados daquela pesquisa suscitou questões que extrapolavam os limites e objetivos ali propostos, requerendo um estudo de maior profundidade, tanto no que atine aos afixos, quanto no tocante ao avanço do modelo adotado.

Nesse contexto, esta pesquisa pretende contribuir para o conhecimento linguístico, especialmente em dois aspectos. A primeira contribuição a que nos propomos tem natureza epistemológica, uma vez que apresentaremos a trajetória da Morfologia Construcional, focalizando o avanço teórico decorrente da continuidade das pesquisas fundamentadas no modelo e sua aplicabilidade na construção de palavras na língua. O segundo aspecto de contribuição ao conhecimento linguístico a que nos propomos aqui é de natureza lexical e se concretiza a partir do reconhecimento dos traços que respondem por aproximações e dos traços que marcam diferenças no emprego de sufixos conhecidos como concorrentes.

Fato é que não poucos estudiosos mencionam a produtividade e a disponibilidade dos sufixos –ção e –mento. Entretanto, ainda não foram respondidas todas as questões que se levantam quanto à natureza e ao emprego desses sufixos, como o que se refere aos sentidos complementares trazidos por cada um ou as restrições que pesam sobre sua aplicação junto a diferentes tipos de bases.

Em razão disso, apresentamos o capítulo 1 da tese, que trata de –ção e de –mento, conforme a literatura disponível sobre esses formantes em português, considerando as informações trazidas por linguistas, gramáticos e lexicógrafos, acrescidas das observações e constatações a que chegamos por ocasião da pesquisa que deu origem à dissertação de Mestrado. O capítulo inclui uma seção em que são apresentadas algumas questões residuais relativas a esses formantes.

A partir daí, passamos a abordar o percurso teórico da Morfologia Construcional, no capítulo 2 da tese. Começamos o capítulo apresentando as características e fundamentos deste modelo de estudos do Léxico. Em seguida, trazemos duas grandes seções destinadas aos dois importantes momentos dos estudos construcionais: a proposta inicial, expressa em Corbin (1987), incluindo aspectos de atualização do modelo, conforme Corbin (1991); e a versão mais recente, com a produção posterior a 1997. Faz parte desse segundo capítulo da tese uma seção específica para sistematização do avanço teórico resultante da comparação entre uma e outra fase das pesquisas em morfologia construcional.

A partir de tais referências teóricas, abordamos, no capítulo 3, os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do estudo sobre os sufixos nominalizadores –ção e –mento. Na ocasião, salientamos a necessidade e importância dos dicionários como fontes de dados para as pesquisas linguísticas. No capítulo 4, procedemos à análise dos dados, apresentando as categorias analíticas em conformidade com os dois importantes momentos da trajetória teórica da morfologia construcional, esperando que possam ser agora respondidas questões específicas relativas à identificação e à diferenciação entre os sufixos estudados.

Como fechamento do trabalho, o capítulo 5 trará as considerações finais, seguido pelos anexos desta tese.

1 OS FORMANTES –ÇÃO E –MENTO

Neste primeiro capítulo da tese, apresentaremos os formantes –ção e –mento, os quais são objeto de observação e análise neste estudo linguístico. Para tanto, tomaremos por base o que é dito na literatura disponível sobre tais formantes em português e nos verbetes de obras lexicográficas, considerando, também, o que observamos e constatamos em pesquisa realizada anteriormente¹. O capítulo será estruturado em duas seções. Na primeira seção, pretendemos mostrar o estado da arte no que se refere aos formantes citados, reconhecendo a existência de casos homônimos na língua. Na segunda seção, traremos algumas questões residuais que não puderam ser mais bem exploradas no estudo anterior, destacando semelhanças entre –ção e –mento e características específicas de cada formante. Serão considerados alguns aspectos que influenciam a não atualização de palavras na língua e, ainda, algumas reflexões sobre o uso não sufixal desses formantes.

1.1 SOBRE –ÇÃO E –MENTO NO PORTUGUÊS

Para falar sobre –ção e –mento, dividiremos esta seção em duas partes: inicialmente traremos o que é dito acerca desses formantes na literatura disponível em português (seção 1.1.1) e, num segundo momento, identificaremos casos homônimos presentes na língua (1.1.2). Serão apresentados, então: os sufixos –ção e –mento responsáveis pela construção de

¹ Os formantes –ção e –mento foram objeto de estudo em pesquisa realizada no período de 2005 e 2006, culminando na dissertação de mestrado defendido junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ver: Santos (2006).

nomes deverbais (seção 1.1.2.1); o emprego nas construções de novos nomes na língua (seção 1.1.2.2); e casos em que –ção e –mento são apenas terminações de palavras, sem assumirem estatuto sufixal (seção 1.1.2.3).

1.1.1 A literatura disponível sobre –ção e –mento em português

Nesta seção nos ocuparemos em apresentar o que é dito a respeito de –ção e de –mento na literatura disponível sobre tais formantes em português, compreendendo aí o posicionamento de gramáticos, linguistas e também o que é apresentado nas obras lexicográficas, observando os verbetes relativos ao nosso objeto de estudo.

Há certa unanimidade entre os estudiosos em apresentar esses formantes como nominalizadores, ou seja, que permitem a “transformação de um verbo ou um adjetivo em um substantivo” (DUBOIS, 2001, p. 435). Ao aplicarem-se a bases verbais para a construção de substantivos (em especial substantivos abstratos), são reconhecidos por sua alta produtividade na língua.

À ideia de ‘transformação’ citada por Dubois (2001), Basílio (1980) prefere a noção de ‘associação lexical’, em que “a nominalização, como um processo derivacional, é determinada por uma relação paradigmática geral entre verbos e nomes no léxico” (BASÍLIO, 1980, p. 73). Não é o caso de um verbo se transformar em nome, mas o que acontece é que através da nominalização se dá uma associação entre essas duas categorias maiores, que “partilham, ao menos parcialmente, um significado lexical” (BASÍLIO, 1980, p.74).

Vale observar, aqui, que ao tratarmos explicitamente da relação entre verbos e nomes, situamo-nos no que Rocha (2003, p. 125-126) identifica como nominalização *stricto sensu*. Contrapõe-se a esta a nominalização *lato sensu*, que considera a construção de um substantivo a partir de bases de qualquer outra categoria, o que coincide com a definição de nominalização apresentada por Crystal: “processo de formar um substantivo a partir de outras classes de palavras” (CRYSTAL, 1988, p.182). Fato é que se –ção e –mento propuserem a mudança de classe gramatical na construção de um substantivo, estarão, sem dúvida, adjungidos a bases verbais, no sentido mais restrito atribuído à nominalização: estarão “ligando-se a radicais verbais para formar nomes abstratos” (BORBA, 2003, p. 106).

Conforme Basílio (2004, p. 39- 41), a construção de substantivos deverbais pode se dar por motivação semântica (permitindo designação do sentido verbal), por motivação gramatical (usando a noção lexical fora da predicação) ou por motivação textual (geralmente anafórica, recuperando toda uma predicação anterior). Temos, então, que a noção verbal se expressa de forma nominalizada, em estruturas próprias a um substantivo, “sem as amarras dos requisitos gramaticais dos verbos” (BASÍLIO, 2004, p. 42). O significado lexical, já conhecido pelo verbo, é expresso com características nominais e, uma vez que se constitui como outra palavra na língua, pode igualmente desenvolver significados posteriores, apresentando, então, ‘extensões de sentido’, as quais são definidas como um “significado diferente, mas relacionado ao sentido básico do radical” (BASÍLIO, 1980, p. 75).

Os nomes abstratos gerados pelo processo de nominalização enquadram-se na definição de substantivo apresentada por Basílio (2004, p. 23), especialmente no que toca ao seu aspecto gramatical: flexionam-se em gênero e número (propriedade morfológica) e ocupam o núcleo do sujeito e do complemento (propriedade sintática). Entretanto, se na propriedade sintática já se percebe a possibilidade de ‘superposição parcial’ entre as categorias de verbos e substantivos, devido a traços contextuais comuns entre essas categorias (BORBA, 1996, p. 98), tal superposição é ainda mais evidente no que se refere à propriedade semântica, uma vez que os nomes abstratos atualizam noções intrinsecamente associadas aos verbos, sendo identificados como “aqueles que, não tendo referente, constituem-se em atos, eventos, estados relacionados a seres, coisas ou a estados de coisas” (BORBA, 1996, p. 84).

Vemos, aí, a ‘interpretação verbal’ possível aos nomes deverbais, conforme previsto por Basílio (1980), segundo a qual os nomes deverbais “podem ter uma interpretação nominal ou uma interpretação verbal, dependendo do contexto.” (BASÍLIO, 1980, p. 80). A ‘interpretação nominal’ dos nomes abstratos resulta de extensões do significado verbal, pois estes também podem ‘designar seres ou entidades’, assumindo a propriedade semântica em conformidade com a definição de substantivos (BASÍLIO, 2004, p. 23). Se, por um lado, a autora diz que poucos nomes deverbais “têm interpretação exclusivamente verbal” (BASÍLIO, 1980, p. 86), por outro, salienta que:

[...] o fato de que encontramos um grande número de formações deverbais que têm apenas uma interpretação nominal também não é surpreendente, já que os nomes deverbais não são imunes à deriva semântica (BASÍLIO, 1980, p. 84).

É em razão da deriva semântica a que podem estar submetidos os nomes deverbiais que esses, tanto na posição de gramáticos como Cunha e Cintra (1985, p. 97) e Bechara (2004, p. 358) quanto, e especialmente, nas descrições lexicográficas, apresentam o sentido de “ação ou resultado da ação” (grifo nosso) para as formas nominalizadas com –ção e com –mento. Consultando o Novo Dicionário Aurélio (NDA), podemos observar que tal definição é apresentada não só nos verbetes das palavras nominalizadas, mas também naqueles relativos aos referidos formantes.

É verdade que –ção e –mento não são os únicos sufixos disponíveis na língua a se agregarem a bases verbais para a construção das formas nominalizadas, e nem a sufixação é a única estrutura a ser utilizada nas nominalizações, pois a língua portuguesa também se utiliza da derivação regressiva, mas é indiscutível que esses são os “sufixos nominalizadores mais produtivos do português (ROCHA, 2003, p.125). Sandmann (1996, p.164) cita –ção e –mento entre os cinco sufixos mais produtivos na formação de substantivos em português, sendo que os outros três sufixos mencionados (–ista, –inho e –ismo) não são empregados junto a radicais verbais. Também para Bechara (2004, p. 357), –ção e –mento estão entre os “principais sufixos formadores de substantivos”. O reconhecimento da alta produtividade desses dois sufixos é ainda mais evidente em Basílio (2004, p. 42), que menciona dados de estudos anteriores, em que a estrutura [V–ção]_N corresponde a cerca de 60% das formações de nomes deverbiais, enquanto cerca de outros 20% têm a estrutura [V–mento]_N. Um dos fatores que levam ao maior uso desses sufixos é a produtividade do sufixo –izar na formação verbal, pois verbos em –izar dão preferência à nominalização em –ção (BASÍLIO, 2004, p. 43).

Margarida Basílio (2004) explica a frequência destes dois sufixos por considerá-los “semanticamente vazios”, passíveis de serem adjungidos a bases verbais sem maiores restrições semânticas ou contextuais. Assim, de modo geral, qualquer base verbal presente no léxico pode ser acrescida de um destes sufixos (que também já existem no léxico, conforme Basílio, 2004, p. 11), dando origem a uma forma nominalizada. É essa ausência de restrições semânticas próprias de –ção e de –mento que os distancia de outros sufixos nominalizadores também produtivos na língua, como –da e –agem, cujas especificações semânticas “restringem suas possibilidades de combinação com diferentes bases ou radicais” (BASÍLIO, 2004, p. 42).

Se a produtividade de –ção e de –mento na língua é inquestionável, o estatuto sufixal desses formantes parece ser discutível, especialmente quando consideramos obras

lexicográficas importantes como o Novo Dicionário Aurélio (doravante, NDA, na versão eletrônica de 2004) e o Dicionário Eletrônico Houaiss (doravante DEH, na versão de 2004). De fato, esses dicionários comprovam a alta produtividade dos formantes em questão: o NDA traz 3.692 verbetes de substantivos terminados em *-ção* e outros 1.874 com o sufixo *-mento*; o DEH, com um *corpus* ainda maior, tem 4.491 entradas de substantivos terminados em *-ção* e 2.762 entradas terminadas em *-mento*. Mas é consultando os verbetes específicos, relativos a esses formantes, que observamos que nem sempre eles são identificados como sufixos na língua. Nesses dois dicionários, os verbetes de *-ção* apresentam poucos dados e não afirmam expressamente tratar-se de “sufixos”, remetendo sempre às entradas *-ão* que, essas sim, recebem tratamento sufixal. No NDA, a entrada de *-ção* somente apresenta dados etimológicos e remete diretamente à terceira entrada do formante *-ão*. É bem verdade que a entrada de *-ção* é antecedida por um sinal que, se consultarmos o campo Ajuda/Verbetes/Cabeça do Verbetes, verificaremos que “indica elemento de composição: prefixo, sufixo, infixos”. Mas em *-ão*³, além do mesmo sinal inicial, é expresso claramente no corpo do verbete que se trata de um “sufixo nominal”, sendo-lhe atribuído o sentido de “‘ação’ ou ‘resultado da ação’”.

Observando o verbete de *-ção* no DEH, vemos que esse formante é inicialmente identificado como uma “terminação”. No campo Ajuda/Conhecendo o dicionário/ Detalhamento do verbete”, encontramos o que é entendido como ‘terminação’ nessa obra lexicográfica: “partículas originalmente sem significado próprio e por vezes tomadas como sufixos” (item 5.5.2). Como os sufixos são mencionados no item 5.5.1, entre os ‘elementos formadores dos vocábulos da língua’, entendemos que *-ção* não deveria ser tomado como um sufixo na língua. Entretanto, a quarta acepção do verbete, após remeter à primeira acepção de *-ão* neste dicionário, apresenta *-ção* como “sufixo de substantivos femininos abstratos, com a flexão de plural, oriundos de radicais verbais”. Tais informações relativas à quarta acepção de *-ção* coincidem com o que é apresentado pelos linguistas e gramáticos, conforme mencionamos anteriormente. E no verbete de *-ão*, aqui também identificado como ‘terminação’, consta importante comentário acerca da produtividade de *-ção* na língua: “por princípio, qualquer verbo da 1ª conjugação, no tema (isto é, seu radical geral mais a vogal temática -a-), gere seu substantivo verbal (isto é, de ação, de abstração da ação) com *-ção*”.

Já nos verbetes de *-mento* desses dois dicionários consultados é identificado expressamente que este é um sufixo nominal. A entrada de *-mento* no NDA, com apenas uma acepção, traz sentidos diferentes ao formante: ao sentido de “ação ou resultado da ação”

une-se a noção de “coleção”. Nos exemplos apresentados, vemos que –mento é empregado junto a bases de categorias diferentes, embora tal distinção não seja mencionada no verbete : enquanto ‘ferimento’ tem base verbal, ‘fardamento’, como “coleção de fardas”, tem base nominal. A entrada de –mento no DEH tem como primeira informação a sua identificação como ‘sufixo’. O verbete traz duas acepções: na primeira, o sufixo é identificado como “formador de substantivos derivados de verbos, tornado extremamente fecundo”, ou seja, constrói nomes deverbais e é produtivo na língua, tal como é apresentado na literatura consultada, exposta nesta seção; na segunda acepção, vemos que –mento é encontrado em “substantivos conexos com verbos”, em casos de “puros cultismos, isto é, latinismos cujos verbos não se representam em português”. É válido questionar-se, então, o estatuto sufixal de –mento nos exemplos desta segunda acepção, pois em palavras como *alimento*, *documento*, *experimento*, *jumento* e *sedimento* o que vemos é apenas a “terminação” –mento, “originalmente sem significado próprio”, conforme apresentado no campo Ajuda deste dicionário.

Do que vimos nesta seção, as principais características trazidas na literatura disponível em português acerca de –ção e de –mento referem-se ao seu reconhecimento como sufixos nominalizadores altamente produtivos na língua, proporcionando a construção de substantivos deverbais abstratos. De maneira geral, essas informações são retomadas nas obras lexicográficas, especialmente no DEH. Entretanto, ao observarmos os verbetes de –mento nos dois dicionários consultados, algumas questões se levantam, pois encontramos exemplos em que o sufixo não é adjungido a uma base verbal, mas nominal (como em *fardamento*, citado no NDA) e casos em que –mento não se mostra como sufixo, mas como uma terminação de palavras (como em *alimento* e *jumento*, citados no DEH). Essas questões nos remetem à próxima seção.

1.1.2 Os formantes –ção e –mento e a homonímia

Na seção anterior vimos que a literatura disponível sobre –ção e –mento aponta esses formantes como sufixos nominalizadores produtivos na língua, empregados na construção de substantivos deverbais. Observamos, porém, que algumas das informações e exemplos trazidos nos verbetes de –ção e de –mento no NDA e no DEH não coincidem com tais características. É justamente sobre essas situações que nos ocuparemos na presente seção.

Nosso objetivo, neste momento, é respondermos a questões como: há apenas um sufixo –ção e um sufixo –mento em português? Os formantes –ção e –mento são sempre sufixos na língua ou podem ser simplesmente partes das palavras sem que lhes seja requerido um estatuto sufixal?

Para tanto, a presente seção será subdividida em três partes que se justificam ao considerarmos as situações levantadas principalmente a partir da observação dos verbetes de –mento nos dois dicionários consultados. Além de atualizar o sentido de “ação ou resultado da ação” em palavras construídas sobre bases verbais, que retomaremos na seção 1.1.2.1, deparamo-nos com a possibilidade de o sufixo –mento atualizar o sentido de “coleção” (conforme o respectivo verbe do NDA), sendo, neste caso, empregado junto a uma base nominal, como abordaremos na seção 1.1.2.2. Por outro lado, a segunda acepção do verbe de –mento no DEH traz exemplos em que o referido formante não parece ser responsável pela construção de novas palavras na língua, caracterizando-se mais como a simples terminação de palavras, que trataremos na seção 1.1.2.3.

O reconhecimento de atualização de dois sentidos distintos a partir do emprego de –mento na construção de palavras em português nos leva à necessidade de refletirmos sobre a possibilidade de estarmos diante de um processo de polissemia ou de casos de homonímia sufixal. Embora considerando a “dificuldade de decisões definidas nessa área”, Basílio (2004, p. 15) distingue polissemia e homonímia a partir da relação entre os significados das palavras a serem analisadas:

Quando os significados de uma palavra são relacionados, damos à situação o nome de *polissemia*. Quando os significados não são relacionados, em geral é preferível considerar que se tratam de palavras distintas, ainda que com a mesma forma fonológica. (BASÍLIO, 2004, p. 15)

Na polissemia, uma única palavra assume dois ou mais significados relacionados, gerados como extensão de sentido, em que ao sentido original da palavra é proposta uma alteração em decorrência de deriva semântica. Por outro lado, se as palavras não apresentarem uma relação direta de sentido, a unicidade formal não é o bastante para sustentar tratar-se de uma única palavra, sendo reconhecida, então, a homonímia entre duas palavras distintas, pertencentes a campos semânticos diferentes. Nos termos de Dubois (2001, p. 326), o critério sincrônico permite considerar “homônimas as formas fonologicamente iguais, cujas significações não se consegue associar num campo semântico definido”.

Essa distinção cabe também aos afixos. Entendemos, então, como polissemia os casos em que a aplicação de um mesmo formante potencializa, nas palavras construídas, significados diferentes, mas claramente relacionados. Assim, se *-mento* originalmente potencializa o sentido de “ação ou processo de V” (a ser apresentado na seção 1.1.2.1), sua atualização como “resultado da ação ou do processo de V” mostra claramente que o novo significado está relacionado àquele inicial, em que a palavra com *-mento* ainda é um nome deverbal. Por outro lado, o sentido de “ação ou processo de V” não tem relação com o sentido de “coleção/conjunto de N” (a ser apresentado na seção 1.1.2.2). Podemos reconhecer aí que os sufixos referem-se a campos semânticos distintos, embora possam ser aplicados sobre bases lexicalmente relacionadas. Neste segundo caso, o sufixo atua na construção de um nome denominal e não deve ser confundido com aquele sufixo nominalizador deverbal de que falamos na seção anterior. A distinção semântica e da categoria da base nos levam ao reconhecimento de casos homônimos. E ainda um terceiro *-mento* homônimo àqueles pode ser visto em palavras que não são construídas em português, mas que adotam essa terminação, como parte integrante do seu radical, sem que possa trazer alguma atualização de sentido à palavra (como veremos na seção 1.1.2.3).

Os casos homônimos de *-mento* e a discussão acerca da existência de três formas homônimas de *-ção* serão retomados a seguir, conforme foi identificado já em Santos (2006). A conclusão pela homonímia, assumida então, fundamenta-se no modelo construcional de descrição e análise do léxico proposto por Danielle Corbin (1987), que será mais bem detalhado a partir do capítulo 2 da presente tese. Cabe-nos, aqui, registrar o fato de que, nos casos em que um sufixo parece formar palavras sobre bases de categorias distintas, atualizando sentidos diferentes, é preciso atentar para a possibilidade de termos sufixos diferentes, homônimos entre si. Outra situação possível é o fato de estarmos diante de casos em que o segmento homônimo não é um sufixo, mas apenas uma terminação da palavra.

1.1.2.1 Os sufixos na construção de nomes deverbais

Já vimos, na seção 1.1.1, que *-ção* e *-mento* são reconhecidos como sufixos responsáveis pela construção de substantivos a partir de bases verbais. É o que Rocha (2003) chama de “nominalização *stricto sensu*”, que concretiza a relação entre verbos e nomes, permitindo que o conteúdo verbal (aspecto semântico) seja apresentado sem a marcação

modo-temporal e número-pessoal (aspecto morfológico) em contextos próprios aos nomes (aspecto sintático) – esses três aspectos contemplam os critérios considerados em casos de mudança de classe gramatical, propostos por Margarida Basílio (2004, p. 23). Os nomes deverbais construídos com –ção e com –mento assumem o sentido de “ação de V” ou de “processo de V”, conforme a subcategoria do verbo de base (SANTOS, 2006, p.117). Em última instância, temos aí a nominalização do sentido intrínseco do verbo de base, como em *agitação* (“ação de agitar”) e em *arriamento* (“processo de arriar”), por exemplo.

Na pesquisa anterior, fundamentada em Corbin (1987) e lançando mão da subcategorização verbal e nominal de Chafe (1979), observamos que muitas palavras do *corpus* analisado ofereciam não só o sentido intrínseco previsto na regra de nominalização, ou seja, “ação ou processo de V”, mas apresentavam também nuances de sentido derivadas daquele proposto inicialmente (SANTOS, 2006, p. 118). A partir de processos semânticos derivativos, as palavras com –ção e com –mento podem, então, apresentar extensões de sentido que lhes permitem nomear não só a ação verbal, mas também o resultado da ação ou do processo verbal.

Assim, a aplicação de um processo semântico derivativo resultativo, torna possível a atualização do sentido de “resultado da ação ou do processo de V” às palavras construídas com –ção e com –mento, as quais mantêm seu caráter abstrato, como em *adoração* (“resultado da ação de adorar”), *irritação* (“resultado do processo de irritar-se”), *isolamento* (“resultado da ação de isolar”), *relaxamento* (“resultado do processo de relaxar”). Um outro processo semântico derivativo de concretização permite que a palavra construída pela nominalização assumam o sentido de “produto, instrumento ou local da ação ou do processo de V”, como em *pichação*, *forração*, *arrebentação*, *posteamto*, *equipamento*, *alojamento*.

É importante lembrarmos, aqui, conforme apresentamos na seção anterior, que Basílio (1980, p. 81- 84) já fazia referência a extensões de significado a que os nomes deverbais poderiam ser suscetíveis, por processos de deriva semântica, responsáveis por sua interpretação nominal. A autora cita especificamente dois casos em que a palavra nominalizada atualiza claramente esse sentido nominal (de resultado ou produto) e não apenas o que ela chama de sentido verbal do nome deverbal (o sentido intrínseco da ação ou processo verbal): (a) formações deverbais de verbos *dicendi*, como *declaração* que “correspondem, em geral, não apenas à ação verbal em si, mas ao objeto do verbo”; e (b) nominalizações de verbos de mudança de estado, que “se referem ao resultado acabado do processo de mudança (...), não ao processo em si mesmo”, como *esgotamento* (BASÍLIO, 1980, p. 84- 86).

1.1.2.2 Os sufixos na construção de nomes denominais

Como vimos na seção 1.1.1, o verbete de –mento no NDA faz referência à possibilidade de atualização do sentido de “coleção” nas palavras com esse sufixo, o que naquele dicionário é exemplificado por *fardamento* (“coleção de fardas”). Conforme observamos, para que –mento possibilite à palavra o sentido de “coleção”, é necessário que esteja adjungido a uma base nominal, e não mais à base verbal, como vínhamos tratando até aqui. Considerando a diferença no sentido a ser trazido à nova palavra, reconhecemos tratar-se de homonímia, conforme estudiosos e linguistas como Corbin (1987), Dubois (2001) e Basílio (2004).

Convém chamarmos atenção ao fato de que, embora em alguns casos as bases a que se aplicam os sufixos possam ser lexicalmente relacionadas, elas são diferentes quanto à sua categoria lexical, sendo listadas individualmente no léxico. É o caso do verbo *armar* e do substantivo *arma*, como podemos ver nos contextos a seguir:

(a) *Foi concluído o armamento das tropas.* (o processo de *armar*_V as tropas)

(b) *Chegou o armamento encomendado.* (o conjunto de *armas*_N encomendadas)

Em (a) temos o sufixo aplicado sobre uma base verbal, expressando o significado de ação processo do verbo de base. Em (b) temos outro sufixo, homônimo àquele, que evidencia a grande quantidade do substantivo referido na base. Ainda que as bases se mostrem lexicalmente relacionadas, os sentidos de “ação de V” e de “coleção de N” atribuídos às palavras com um e outro sufixo são nitidamente diferentes. É visto, então, que estamos diante de sufixos diferentes, embora coincidentes fonologicamente.

Considerando que –mento só poderá atualizar o sentido de “coleção” no substantivo construído quando for adjungido a uma base nominal, e sabendo que a nominalização, ainda que tomada no seu sentido mais amplo, refere-se a um processo de derivação a partir de mudança de classe, concluímos que não podemos chamar de nominalização a construção desses nomes denominais, pois temos a mesma categoria para a base e para a nova palavra.

Observando o *corpus* da pesquisa anterior, podemos constatar que se –mento deverbal é um dos sufixos nominalizadores mais produtivos na língua, esse grau de produtividade não pode ser atribuído a –mento denominal. Naquele momento, 97,56% das palavras coletadas

com –mento referiam-se à nominalização deverbal, enquanto apenas 0,49% das palavras com –mento eram nomes denominais, com sentido de “coleção/conjunto”, correspondendo a apenas três palavras, a saber:

- *armamento* (“conjunto de armas_N”), encontrada no NDA e no DEH, homônima de armamento (“ação de armar_V”);
 - *barramento* (“conjunto de barras_N”), encontrada no NDA e no DEH, homônima de barramento (“ação de barrar_V”);
 - *travamento* (“conjunto de travas_N”), encontrada no NDA e no DEH, homônima de travamento (“ação de travar_V”).
- (SANTOS, 2006, p.127)

Ainda que existam outras palavras construídas com –mento na língua, pois o *corpus* utilizado em Santos (2006) corresponde a um recorte e não à totalidade das palavras com esse formante, podemos concluir que não são muitas as palavras com –mento denominal (com sentido de “coleção de N”). A pequena frequência desse sufixo pode ser decorrente de características que lhe são próprias, como no que se refere à sua produtividade e disponibilidade na língua. Mas precisamos considerar, também, que o emprego desse sufixo parece portar restrições subcategoriais quanto à base, exigindo que esta seja um nome concreto, com referência concreta no mundo dos objetos. É inegável que as restrições subcategoriais da base acabam por limitar a aplicabilidade do formante.

Até então, ao referirmo-nos aos substantivos denominais com o sentido de “coleção de N” mencionamos apenas o sufixo –mento, encontrado em palavras como *fardamento* e *armamento*. Salientamos, entretanto, que esta tese tem por objeto tanto o estudo de –mento como de –ção. Ocorre que no *corpus* da pesquisa anterior não foi encontrada nenhuma palavra construída com –ção atualizando o sentido de “coleção”. Paralelo a isso, observamos que nada é dito na literatura especializada, e nem mesmo nos registros lexicográficos, sobre a possibilidade de –ção atualizar o sentido de “coleção”. Registramos, aqui, nosso questionamento quanto à existência de um possível sufixo °-ção denominal, paralelo ao –mento denominal de que tratamos nesta seção.

1.1.2.3 Afixos ou Terminações?

Considerando o *corpus* analisado em 2006, observamos que há algumas palavras terminadas por –ção e por –mento que não pertencem a nenhum dos dois grupos anteriores:

não trazem o sentido de “ação ou processo de V”, sobre base verbal (objeto da seção 1.1.2.1); e não têm o sentido de “coleção de N”, sobre base nominal (objeto da seção 1.1.2.2). É questionado, aí, o estatuto afixal desses formantes, sendo mais adequado reconhecê-los como simples terminações de palavras, que não atualizam nenhum sentido específico às palavras em que se encontram.

De fato, há palavras terminadas por –ção e por –mento sem que esses possam ser morfologicamente separados do segmento que os antecede: não há aí uma base identificada a qual teria sido adjungido um sufixo. Embora reconhecendo que as palavras com esses formantes sejam de categoria nominal, verificamos a inexistência de uma relação com outra categoria lexical, pois tais palavras não são construídas na língua. É o caso de *torção* e *tormento*, por exemplo, incluídas no *corpus* da pesquisa (SANTOS, 2006, p. 127 e 128), em que não podemos reconhecer a base aparente *–tor. Conforme informado no DEH, essas formas provêm diretamente do latim *tortione* e *tormentu*, respectivamente. Há outras palavras que não foram construídas em português, mas entraram para o léxico por empréstimo de outra língua, como é o caso de *apartamento* (com sentido de “residência”, que veio por empréstimo do francês *appartement*) e *abarticulação* (com sentido de “diartrose”, que, segundo o DEH, veio “provavelmente por empréstimo do inglês *abarticulation*”).

Devido ao recorte na coleta e seleção do *corpus* da pesquisa para a dissertação de mestrado, ao procedermos a análise e a classificação das palavras conforme as bases aparentes, identificamos apenas 13 palavras com a terminação –ção e 12 com a terminação –mento. Sabemos, entretanto, que não são tão poucos os casos como esses em português. Junto com –ção e com –mento poderia ser abordada aqui a existência de palavras com a terminação –são que, em alguns casos, acaba sendo confundida com o sufixo –ção empregado na nominalização deverbal, como vemos em Bechara (2004, p.357). Ocorre que –são também não é um sufixo na língua, encontrando-se apenas em palavras não construídas em português, mas que entraram na língua provenientes do latim.

Não podemos afirmar, entretanto, que está fechado o número de palavras com essas terminações na língua. Se por um lado não podemos atribuir um grau de ‘disponibilidade’ às terminações, pois elas não interferem na ampliação do léxico pela construção de novas palavras, sabemos também que os processos derivacionais não são a única forma de ampliação do léxico: novas palavras podem ser incluídas no português decorrentes de empréstimos de outras línguas, sendo necessária, então, a convergência fonética para formas

da língua portuguesa, como no caso de *abarticulação*, exemplo já citado, resultante da acomodação fonética do inglês *abarticulation*.

A necessidade de acomodação fonética aos padrões da língua, quando se tratando de palavras não originárias do português, é mencionada nas obras lexicográficas. Nas duas primeiras acepções constantes no verbete de *-ção* no DEH – e lembremos que nesse dicionário o formante *-ção* é apresentado como terminação – já é dito que por “mera convergência fonética” há a ocorrência dessa terminação em aumentativos, em “raros casos como *calção, mação*” e “em palavras como *brabanção, forção, monção*”.

Ainda no DEH, no final do verbete de *-ição*, tratando-se de palavras construídas com base em verbos de 2ª e de 3ª conjugações, é informado que: “há uma série de substantivos que têm formação semelhante, com a circunstância de que o elo verbal originador ou só existe em latim (...) ou é como se existisse”. Entre os exemplos, no primeiro caso são citados os substantivos *audição* e *ambição* e, no segundo caso, *dentição, ignição, volição*. Vemos claramente aí que tais palavras foram formadas antes de chegarem ao português, assumindo já no latim a sua terminação. Além disso, cabe lembrarmos aqui da segunda acepção do verbete de *-mento* neste mesmo dicionário, que se refere a “substantivos conexos com verbos”, quando são citados casos de “puros cultismos, isto é, latinismos cujos verbos não se representam em português” (como *aumento, condimento, experimento, jumento, lamento*, entre outros), cinco casos de “puros latinismos” (*memento, omento, sarmento, tomento* e *tormento*) e um caso de “étimo controverso” (*escarmento*). Em todos esses exemplos o que temos não é um sufixo, mas uma mera terminação das palavras que não foram construídas em português.

Nesta primeira seção do capítulo, apresentamos algumas constatações acerca de *-ção* e de *-mento* no português. Conforme é apresentado na literatura disponível em português, esses formantes são os nominalizadores mais produtivos na língua e podem estar sujeitos à deriva semântica, levando a extensões do sentido original da palavra por eles construída. Mas observamos, ainda, que há três possibilidades homônimas da presença desses formantes no léxico. Vimos que nem sempre esses formantes têm o estatuto sufixal, podendo aparecer em palavras não originárias do português, sem que lhes atualizem algum sentido específico. E, mesmo como sufixos, concluímos que há casos de homonímia, pois há na língua um outro *-mento*, que não tem caráter deverbal: ao assumir o sentido de “coleção”, esse sufixo responde pela construção de nomes denominais.

Até então, o que apresentamos foram constatações fundamentadas nos textos de gramáticos, linguistas e lexicógrafos e resultantes da observação e análise do *corpus* de pesquisa realizada anteriormente, quando da elaboração da dissertação de Mestrado (SANTOS, 2006). Ocorre que, naquela ocasião, algumas questões foram levantadas, sem a oportunidade de aprofundarmos o estudo e, conseqüentemente, sem que pudéssemos assumir um posicionamento mais objetivo frente às situações que o *corpus* revelou. É disso que pretendemos tratar na seção que segue.

1.2 PROBLEMAS RESIDUAIS SOBRE –ÇÃO E –MENTO DEVERBAIS

Abrimos a presente seção a fim de refletirmos sobre algumas questões descortinadas na pesquisa anterior, mas que não puderam ser mais bem exploradas em razão do objetivo metalexográfico daquele trabalho. É o que chamamos, aqui, de problemas residuais acerca de –ção e de –mento. Uma vez que tais questões não são necessariamente relacionadas entre si, dividimos essa seção em quatro partes, cada uma destinada à abordagem de um aspecto específico.

A primeira questão que se impõe (seção 1.2.1) refere-se aos aspectos em que –ção e –mento se assemelham, levando-nos a refletir se estamos diante de um caso de alomorfia sufixal e, por outro lado, se os sufixos são realmente concorrentes. Em seguida, e quase numa continuidade da pesquisa anterior, tomaremos como foco os aspectos em que os sufixos deverbais estudados se diferem (seção 1.2.2), quando nos ocuparemos de características particulares de um e de outro sufixo. Consideramos o fato de que são as características específicas de –ção e de –mento que lhes garantem identidade como formantes na língua e produtividade na construção de palavras em Português. Além disso, na terceira seção ainda refletiremos sobre alguns aspectos que podem influenciar na não atualização de palavras construídas com esses formantes na língua (seção 1.2.3) e, por último, teceremos algumas observações sobre a natureza das terminações –ção e –mento (seção 1.2.4), visto que, em alguns casos, o que classificamos anteriormente como terminações parecem apresentar alguma característica sufixal.

1.2.1 Semelhanças entre –ção e –mento: afixos concorrentes?

Algumas características comuns entre os sufixos –ção e –mento foram mencionadas na seção 1.1.1. Do que vimos ali, os dois sufixos em questão são aplicados a bases verbais a fim de formar substantivos (especialmente abstratos), aos quais pode ser atribuído o sentido de “ação ou processo de V”. Por denominar a ação verbal, –ção e –mento pertencem ao conjunto dos sufixos nominalizadores, entre os quais, são os mais produtivos na construção de palavras na língua.

Nesta seção nos ateremos ao fato de que esses sufixos coexistem no léxico, embora se apliquem sobre a mesma categoria de base e atualizem o mesmo sentido à palavra construída a partir deles. A literatura nos informa que –ção e –mento são sufixos concorrentes, associando-se ‘arbitrariamente’ aos radicais verbais, e que ainda assim podem coexistir como formas duplas, sem que haja bloqueio semântico.

Convém atentarmos à definição de ‘sufixos concorrentes’, trazida por Rocha (2003), considerando sua aplicabilidade aos sufixos aqui estudados. Segundo ele:

Sufixos concorrentes são aqueles que, embora distintos sob o ponto de vista fonético, apresentam o mesmo sentido e/ou função. (...) Observe-se que, para serem concorrentes, as bases e os produtos precisam pertencer à mesma categoria lexical (ROCHA, 2003, p. 112).

Como vimos nas seções anteriores, tanto –ção quanto –mento são da mesma forma adjungidos a bases verbais na construção de substantivos (em geral, abstratos), permitindo a aproximação entre esses afixos, uma vez que nos levam à atualização de um sentido associado à nominalização da ação ou do processo do verbo base. Vale observar que –ção e –mento são citados por esse autor como exemplos de afixos concorrentes. Paralelo a isso, ao abordarmos a alta produtividade destes sufixos na língua, na seção 1.1.1, observamos que eles são considerados por Basílio (2004, p. 42) como ‘semanticamente vazios’, de uso mais amplo, que não impõem restrições ao seu emprego com bases específicas. Essa característica semântica justificaria, então, a possibilidade de distribuição aleatória entre os sufixos ou, em outros termos, de simples associação arbitrária dos sufixos a radicais verbais, em que a diferença entre um e outro formante se daria pelo uso, conforme defende Rocha (2003, p. 106).

Uma vez que esses sufixos são tomados como concorrentes, em relação paradigmática para a construção de palavras na língua² (na regra de nominalização), e considerando os aspectos aproximativos entre eles, vem à tona uma questão não respondida na pesquisa anterior: em que medida as semelhanças entre –ção e –mento nos permitem postular que esses sufixos representam casos de alomorfia sufixal?

Se assumíssemos aqui a possibilidade de estarmos diante de casos de sufixos alomórficos, estaríamos assumindo que a escolha por um desses sufixos seria decorrente de um condicionamento morfológico específico (no caso, poderia ser devido a propriedades da base, por exemplo) e que o emprego de uma dessas formas impediria o uso de outra no mesmo contexto morfológico, pois teríamos aí razão suficiente para bloqueio lexical. Entretanto, ao nos depararmos com casos como *ligamento/ligação*, *fundamento/fundação*, *salvamento/salvação*, *afinamento/afinação*, citados por Almeida (1994) no verbete de –mento, tratando da sua “correspondência ao sufixo –ção”, vemos que os dois sufixos em questão são adjungidos à mesma base. Juntamo-nos a Monteiro (2002, p. 163) a questionar: “Como então se justificam as formas paralelas *coroação* e *coroamento*, *acumulação* e *acumulamento*, *medicação* e *medicamento*?” Constatamos, assim, que não podemos tratar –ção e –mento como casos de alomorfia sufixal. O que vemos aí é que esses dois sufixos podem ser aplicados sobre uma mesma base, construindo palavras diferentes na língua, sem que uma forma bloqueie a entrada da outra no léxico.

A partir desses exemplos concluímos que a ideia de alomorfia sufixal não se sustenta. Ora, se –ção e –mento fossem morfemas de um mesmo morfema, fatalmente a aplicação de um deles sobre uma base verbal impediria a utilização do outro sobre aquela base. Mas se as formas duplas existem na língua é porque não há um condicionamento rígido das bases que inviabilize a construção de palavras com um desses sufixos, exigindo uma determinada formação em detrimento de outra. Por outro lado, a inexistência de bloqueio lexical nos leva a concluir que –ção e –mento não são semanticamente idênticos.

Esse mesmo argumento é válido também para negar a possibilidade de que ocorra genuína concorrência entre os dois sufixos. Observando com maior atenção a definição de afixos concorrentes apresentada por Rocha (2003): a ideia de concorrência entre –ção e –mento parece possível se olharmos apenas para o critério categorial disposto na definição,

² As definições de ‘regra de construção de palavras’ (RCP) e bem assim de ‘paradigma morfológico’ serão abordados no capítulo 2 desta tese, ao apresentarmos o modelo construcional proposto por Danielle Corbin (1987).

pois de fato as bases a que esses dois sufixos se adjungem e os produtos construídos seguem o mesmo padrão categorial (as bases são verbos e os produtos construídos são substantivos). Mas a definição do autor considera também um requisito semântico, em que os afixos concorrentes “apresentam o mesmo sentido e/ou função”. Ocorre que nesta pesquisa defendemos a tese de que há diferenças de sentido entre um e outro sufixo estudado, o que lhes permite atuarem sobre a mesma base na construção de formas paralelas na língua.

Conforme Monteiro (2002, p.163), “toda vez que houver necessidade por questão de variabilidade semântica, formas paralelas surgirão”. Essas formas paralelas, que enriquecem o léxico a partir da aplicação de operadores morfológicos que atuam numa mesma regra de construção de palavras, com aplicação sobre uma mesma base, justificam-se por trazerem às palavras por eles construídas “especializações semânticas, às vezes bastante sutis” (MONTEIRO, 2002, p. 163).

Essa diferenciação semântica é reconhecida também em alguns registros lexicográficos, como podemos ver no verbete de –ão do DEH, que ao considerar a existência de sufixos afins, apresenta-os como “outros sufixos de ‘(aproximativamente)’ o mesmo fim” (grifo nosso). E, de forma mais explícita ainda, o verbete de –ação menciona casos de substantivos construídos com outro sufixo, respondendo por “coexistências semanticamente distintas, como chupação: chupadela: chupamento etc.”. Além disso, no verbete de –ição é dito que o usuário da língua, “no inusitado ocasional, percebe certa matização de intenções” em decorrência do uso de uma ou outra forma. Ainda assim, cabe salientarmos, aqui, que em muitos registros lexicográficos, os verbetes das entradas referentes a palavras com –ção e com –mento não destacam a possibilidade de distinção semântica entre uma e outra forma, resumindo-se a remissivas diretas a palavras construídas com o outro sufixo.

Do que vemos aqui, embora –ção e –mento tenham muitas características em comum, não estamos diante de casos de alomorfia sufixal e nem mesmo de concorrência afixal, uma vez que eles não atualizam exatamente o mesmo significado junto às bases. Diante disso, preferimos considerar, conforme o termo utilizado no DEH, que os sufixos –ção e –mento são “coexistentes” na construção de formas nominalizadas, e não concorrentes ou alomórficos. Assim, palavras como *ligação* e *ligamento* ou *salvação* e *salvamento*, ainda que construídas com a mesma base verbal, não podem ser empregadas no mesmo contexto. As possíveis distinções entre esses formantes serão objeto de estudo na próxima seção.

1.2.2 Diferenças entre –ção e –mento

Além das características comuns entre –ção e –mento, como vimos na última seção, é indiscutível a existência de aspectos que diferenciam esses dois formantes e que não se limitam a questões formais (fonológicas). No que se refere ao emprego desses sufixos na construção de palavras na língua, é de se esperar que nosso olhar recaia também às bases a que eles são adjungidos, observando o comportamento de um e de outro sufixo diante das bases verbais. Assim, se por um lado temos “eventuais restrições de operação de cada um sobre determinadas bases” (BASÍLIO, 2004, p. 27), por outro lado, temos que “a base é determinada gramatical e semanticamente pelo afixo” (BASÍLIO, 2004, p.28).

O estudo das especificidades de –ção e de –mento passa pela identificação de situações de preferência de uso de um dos sufixos em detrimento do outro e, também, por casos de restrição de uso de um dos sufixos junto a bases específicas. Sandmann (1996, p. 54) esclarece que motivos eufônicos, como a proximidade com terminações foneticamente semelhantes, podem fazer com que um determinado sufixo seja rejeitado naquele contexto. Temos, então, que restrições fonológicas podem conduzir a restrições morfológicas, em que um morfema sufixal é preterido quando com bases de determinada sonoridade (SANDMANN, 1996, p. 162).

Considerando que a identificação das diferenças entre –ção e –mento é um dos objetivos da presente pesquisa, reconhecemos a relevância, para o nosso trabalho, dos aspectos a serem tratados nesta seção. Em razão disso, partindo das constatações a que chegamos na pesquisa anterior, é importante que lancemos mão da literatura conhecida sobre os sufixos, o que inclui o posicionamento de gramáticos e linguistas e também as constatações de estudos mais recentes, como é o caso da tese de doutoramento de Alexandra Rodrigues (2006) pela Universidade de Coimbra. Como resposta a modelos anteriores, especialmente à proposta inicial da Morfologia Construcional, de Corbin (1987)³ e ao modelo genolexical, de Rio-Torto (1992, 1993)⁴, a referida pesquisadora propõe um modelo de análise, que denomina de “RFPs em interface”, tendo por objetivo a “compreensão dos mecanismos de geração dos substantivos deverbais do português contemporâneo” (RODRIGUES, 2006, p. 28).

³ Trataremos mais detalhadamente da proposta inicial da Morfologia Construcional, de Danielle Corbin (1987) na seção 2.2 desta tese.

⁴ A Professora Doutora Graça Maria Rio-Torto foi orientadora da tese de Alexandra Rodrigues, defendida em 2006 junto à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Para isso, a pesquisadora trabalhou com sufixos nominalizadores de eventos e com aqueles nominalizadores de indivíduos. Ainda que no primeiro grupo de sufixos por ela analisados possamos encontrar –ção e –mento, de que tratamos nesta tese, convém salientarmos algumas diferenças de tratamento do estudo de Rodrigues (2006) a que nos propomos aqui:

- a) quanto ao foco de estudo: em sua tese, Rodrigues (2006) propõe um novo modelo de análise lexical; a presente tese apresenta o percurso teórico e aplicado de modelo consolidado de construção lexical, porém ainda não conhecido de forma plena em português;
- b) quanto ao aspecto teórico: a pesquisadora portuguesa considera o modelo construcional apenas pela proposição inicial de Danielle Corbin (conforme Corbin, 1987), dirigindo sua crítica à unicidade categorial (que repercute na homonímia) e à ausência de traços semânticos nos afixos (associados ao sentido de uma regra específica)⁵; nossa pesquisa não ignora a fase mais recente da Morfologia Construcional (conforme Corbin, 1997 *et seq.*)⁶, que se caracteriza pelo desenvolvimento dos estudos semânticos, marcando o abandono da restrição categorial e o reconhecimento da instrução semântica específica dos itens afixais, dentre outras informações trazidas pelos afixos;
- c) quanto ao objeto de análise: aquela pesquisadora toma como objeto de estudo e aplicação linguística os sufixos nominalizadores de evento e os nominalizadores de indivíduos; o objeto da presente pesquisa é focalizado nos sufixos nominalizadores –ção e –mento, buscando os aspectos em que se assemelham e aqueles em que eles se diferenciam, conforme começaremos a tratar já nesta seção;
- d) quanto à metodologia: a análise dos dados efetuada por Rodrigues (2006) se faz pela comparação entre as palavras com bases diferentes, construídas com o mesmo sufixo; a análise que desenvolveremos no presente trabalho se fará pelo estudo comparativo entre palavras construídas sobre as mesmas bases, com sufixos diferentes (–ção e –mento);

⁵ Considerando apenas a proposta inicial da Morfologia Construcional, as críticas apresentadas são pertinentes e comprovam que a continuidade dos estudos construcionais deveriam mesmo desenvolver um trabalho mais detalhado no que toca ao aspecto semântico das unidades lexicais, o que realmente aconteceu (conforme Corbin, 1991, 1997 *et seq.*), como veremos no próximo capítulo desta tese.

⁶ A versão mais recente da Morfologia Construcional é tema da seção 2.3 desta tese e fundamenta a análise dos dados proposta na seção 4.2.2.

- e) quanto à análise dos dados: a proposta de análise lexical de Rodrigues (2006) se desenvolveu a partir de critérios semânticos dirigidos mais especificamente à duração do evento; com base nas diferentes classes de informações que caracterizam os afixos (CORBIN, 1997), consideraremos na nossa análise dos dados, também os aspectos categoriais e os referenciais das palavras construídas, bem como a influência dos afixos na seleção das bases⁷.

À parte dessas diferenças de abordagens entre uma e outra pesquisa, vale ressaltar que ambos os trabalhos se aproximam especialmente por considerarem a importância do aspecto semântico nos estudos dos itens afixais, reconhecendo a atuação de traços de sentido específicos dos afixos na construção lexical – ou geração lexical, nos termos da pesquisadora portuguesa. Concordamos, também, como veremos na sequência do nosso trabalho, com a necessidade de compatibilidade semântica entre base e item lexical para que a nova palavra se instancie na língua.

Com base no exposto acima, desenvolvemos a presente seção com o objetivo de abordarmos algumas especificidades dos sufixos –ção e –mento, as quais deverão ser retomadas ao longo da tese. Para tanto, abriremos uma seção destinada à observação do sufixo –ção (seção 1.2.2.1) e outra específica ao sufixo –mento (seção 1.2.2.2).

1.2.2.1 O sufixo –ção

Nesta seção, nos ocuparemos em ressaltar especificidades de –ção na construção de nomes deverbais em português, considerando com maior atenção aqueles aspectos que o diferenciam de –mento. É de se esperar que comecemos aqui com uma breve discussão quanto ao caráter sufixal de –ção. Ocorre que, como vimos anteriormente, enquanto os registros lexicográficos de –mento, tanto no DEH quanto no NDA, apresentam esse formante como sufixo na língua, o mesmo não acontece com –ção, que é apresentado como uma ‘terminação’ no DEH, com remissão ao verbete de –ão.

O questionamento quanto ao estatuto sufixal de –ção é trazido também por Borba (2003, p. 106) que, num exame diacrônico fundamentado na aceitação de alomorfia de

⁷ No desenvolvimento desta pesquisa, trataremos de forma pormenorizada do que temos dito aqui acerca da análise a ser empreendida, considerando-se, a estrutura em que esta tese se apresenta, como se vê: a fundamentação teórica da Morfologia Construcional no capítulo 2; a metodologia de trabalho no capítulo 3; e a análise dos dados no capítulo 4, com a identificação das categorias analíticas adotadas, na seção 4.1.

algumas bases, prefere assumir –ão como sufixo “que se une a diversos alomorfes de bases verbais”, tendo como variantes –ção, –são ou –ssão. Entretanto, outros gramáticos e especialistas não deixam de considerar –ção como sufixo, ainda que associado a –são. É o que vemos em Bechara (2004, p. 358), segundo o qual é necessário “se atentar para a correta grafia de –ção e –são”, e em Cunha e Cintra (1985, p. 97), que explicam que “os sufixos –ção e –são depreendem-se de substantivos verbais, quase todos formados no próprio latim”. Se de fato as palavras em –são do português foram construídas no latim, e muitas palavras com a terminação –ção também vieram já construídas naquela língua, por outro lado, a construção de nomes deverbais com –ção é produtiva na língua, o que evidencia ser este um sufixo ativo em português⁸.

Uma das características peculiares de –ção, constatada na análise do *corpus* da pesquisa anterior (SANTOS, 2006, p. 205), é a preferência de uso desse sufixo na construção de nomes deverbais subcategorizados, em conformidade com Chafe (1976), como nomes de ação, aqui exemplificadas por *afiação*, *acusação*, *demolição*, *respiração*. Nesses casos, os verbetes das palavras construídas com –mento sobre as mesmas bases não raro constituem-se apenas da remissiva às respectivas entradas com –ção. Em razão do objetivo da dissertação, não nos foi possível aprofundar a questão na abrangência daquele estudo, o que foi feito, no mesmo período, por Alexandra Soares Rodrigues (2006), em tese de doutoramento junto à Universidade de Coimbra.

Segundo essa pesquisadora, o sufixo –ção tem como traço caracterizador o sentido de [efetuação], que traz a noção de evento como ‘ação’, cabendo-lhe como semanticismo secundário as noções de ‘estado’ e de ‘causa’ (RODRIGUES, 2006, p. 429). O traço de [efetuação] de –ção dá à palavra construída a “condição de unitarização temporal dos eventos” (RODRIGUES, 2006, p. 438), ou seja, refere-se a atos realizados isoladamente, sem referir-se a uma sequência temporal. O sufixo –ção tem, assim, um “caráter de ação una, ultimada e definitiva, no sentido de não dimensionar o evento como gradativo” (RODRIGUES, 2006, p. 440). Mesmo em contexto em que se encontre um verbal em –ção seguido do adjetivo *gradual*, a palavra com –ção “não implica um semantismo de ‘desenrolar do mesmo evento ao longo do tempo’, mas de ‘reiteração do evento em vários números’” (RODRIGUES, 2006, p. 442).

⁸ No capítulo 2 desta tese, ao apresentarmos a Morfologia Construcional, conforme Corbin (1987), abordaremos as condições necessárias que garantem a –ção o estatuto sufixal.

Da mesma forma, o sentido de ‘estado’ que pode ser assumido por algumas palavras em –ção “não acompanha temporalmente o decurso do evento, mas decorre da efectuação desse evento” (RODRIGUES, 2006, p.429). Temos na unitariedade temporal de –ção uma especificidade desse sufixo que o difere de –mento, dada a dispersão temporal que caracteriza aquele sufixo, visível em pares como *salvamento/salvação*, *afloramento/afloração*, exemplos citados pela autora (RODRIGUES, 2006, p. 439). Lembramos que esse carácter mais processual das palavras com –mento foi detectado também em Santos (2006, p. 205), o que será abordado na próxima seção.

Como o traço de [efetuação] também está presente em –izar e –ificar, entende-se o fato de –ção conciliar com esses sufixos verbalizadores (RODRIGUES, 2006, p. 430), pois verbos terminados em –izar são “verbos de efectuação, pelo que vão ser escolhidos pelo sufixo –ção” (RODRIGUES, 2006, p. 433). Basílio (2004) considera que a preferência de –ção diante de bases verbais em –izar é uma das razões da maior produtividade desse sufixo, inclusive em comparação à frequência de uso de –mento na língua. Isso se justifica porque o sufixo verbal –izar também é ativo na língua, permitindo, assim, formações novas, como *dolarização* e *tucanização*.

Conforme Rodrigues (2006, p. 445), o sentido de unicidade do evento que acompanha o traço de [efetuação] de –ção pode explicar a ausência de verbos terminados em –ecer e em –escer e a presença débil de verbos prefixados em a–, em–, es– no *corpus* de sua pesquisa, pois esses afixos formatam o evento verbal não unitariamente (RODRIGUES, p. 445). A restrição de uso do sufixo –ção junto a bases verbais em –ecer já fora abordada por Monteiro (2002, p. 164), justificando a rejeição a palavras como *empobreciçãõ na língua. Nesse sentido, Basílio (2004, p. 27) é ainda mais explícita, pois salienta que a estrutura morfológica X-ecer leva à nominalização em –mento. Outro caso de restrição morfológica, mas por motivos fonológicos, ligada ao sufixo –ção é levantado por Sandmann (1996, p. 54): esse sufixo não é empregado junto a bases verbais em –cionar, o que explica não termos na língua palavras como *direcionaçãõ ou *posicionaçãõ. Conforme esse mesmo autor, também são motivos eufônicos que fazem a preferência de uso de –ção junto a verbos terminados em –mentar (evitando-se o emprego de –mento), construindo palavras como *regulamentaçãõ* e *instrumentaçãõ*.

Ainda nesta seção referente às especificidades do sufixo –ção, convém mencionarmos o fato de que, embora seja tradicionalmente esperado que os verbos de 2ª conjugação tenham sua forma nominalizada com elevação vocálica (terminados, então, em –içãõ), a terminação

–eção também é encontrada em casos de nominalizações. No verbete relativo a essa terminação no DEH, tal fenômeno é tomado como uma “tendência regularizadora” de conservar a vogal do tema verbal de base da palavra construída, sendo enfatizado que isso se dá “no informal de várias regiões da língua”. No referido verbete são citados 16 exemplos de palavras com –eção, dos quais apenas dois constituem-se entradas nesse mesmo dicionário: *lambeção* (“m.q. *lambição*”) e *moeção* (“m.q. *moedura*”). O DUP, dicionário que se fundamenta em modelo linguístico com ênfase no uso da língua, traz outras palavras com –eção, como *bateção* e *varreção*.

Considerando o dinamismo da língua, especialmente na sua manifestação oral e ‘informal’, para usar o termo do DEH, entendemos que se aplica aqui a explicação dada por Villalva (2000, p. 134) quando tratando do sufixo –dela: “está em curso uma alteração na seleção da forma de base do sufixo”. Conforme a autora, assim como –ncia e –vel, os sufixos –ção e de –mento selecionam o tema verbal do passado, exibindo, nas 2ª e 3ª conjugações, uma “neutralização [da vogal temática], diacronicamente motivada, que caracteriza o sistema verbal do Português” (VILLALVA, 2000, p. 132). No caso do sufixo estudado aqui, o uso da língua por parte dos falantes tem mostrado uma alteração na seleção da forma da base, em que –ção deixa de selecionar o tema verbal do passado e passa a tomar como base verbal o tema do infinitivo, garantindo, assim, a permanência da vogal –e– nos verbos de 2ª conjugação.

Depois de considerarmos as particularidades de –ção, com atenção maior ao que o distingue de –mento, cabe-nos tratar especificamente deste outro sufixo. Assim, na próxima seção procuraremos identificar as características peculiares de –mento.

1.2.2.2 O sufixo –mento

Assim como na seção anterior identificamos algumas especificidades de –ção, neste momento nos ocuparemos com o sufixo –mento aplicado sobre bases verbais na construção de nomes em português.

Diferente de –ção, no caso de –mento os gramáticos, lexicógrafos e especialistas parecem unânimes quanto ao seu estatuto sufixal, sendo que Cunha (1999, p. 513) reconhece-o como sufixo já em latim. A discussão que se requer aqui diz respeito à subcategorização das palavras com o sufixo –mento, mais detalhadamente, ao caráter concreto ou abstrato desses nomes. Sabemos que a nominalização deverbal tem por característica geral a construção de

nomes abstratos (como foi mencionado na seção 1.1.1), e isso não é questionado em se tratando das palavras construídas com –ção. Embora alguns teóricos, como Monteiro (2002) e Rocha (2003), apliquem tal característica também para as palavras com –mento, a identificação da subcategorização em “abstrato” aos nomes construídos com esse formante nem sempre é expressa por outros estudiosos.

Vemos que gramáticos como Cunha (1999), Cunha & Cintra (1985) e Almeida (1994) não subcategorizam como abstratos os nomes com –mento e, por outro lado, destacam a possibilidade de atribuição dos sentidos de ‘instrumento’, ‘coleção’ e ‘lugar’ às palavras assim construídas, além do sentido de nominalização da ação ou processo verbal. Isso remonta às três acepções ligadas a *–mentum* no latim, conforme anunciadas por Cunha (1999, p.513): “(i) ‘ação ou resultado da ação expressa pelo verbo’ (acolhimento, fragmento); (ii) ‘instrumento da ação’ (alimento, ornamento); (iii) ‘coleção’ (armamento, fardamento)”. Considerando essas três acepções, a subcategorização de nomes abstratos somente poderia ser atribuída à primeira, relativa especificamente à nominalização verbal, pois as palavras com –mento com sentido de ‘instrumento’ ou de ‘coleção’ trazem traço de concretude. Essas mesmas acepções são retomadas por Cunha & Cintra (1985), agora tratando de –mento em português.

Almeida (1999, p. 338) traz oito acepções para –mento, sendo que as três últimas se referem à correspondência desse aos sufixos –ção, –ura e –agem, respectivamente. As cinco primeiras acepções merecem ser citadas aqui:

(1) ação ou resultado da ação: *agradecimento, banimento, casamento, sofrimento, atrevimento, ferimento, incremento, fragmento, juramento, cozimento*; (2) meio ou instrumento: *complemento, ornamento*; (3) processo, continuação, maneira, método: *desenvolvimento, governo*; (4) porção, quantidade: *armamento*; (5) lugar em que se processou a ação ou a própria ação: *acantonamento, acampamento, alojamento, estabelecimento, quartelamento* (ALMEIDA, 1999, p. 338)

Tal pluralidade de sentidos é retomada ao longo dessa tese, tanto no que diz respeito à identificação de formas homônimas desse formante (tratado na seção 1.1.2), quanto no tocante a extensões do sentido previsível pela regra de nominalização (nos capítulos que seguem). Destacamos aqui que a subcategorização de abstrato não cabe para todas essas acepções, pois os sentidos (2), (4) e (5) de alguma forma têm um referente no mundo dos objetos. Observamos que a quarta acepção, que traz o sentido de ‘porção, quantidade’ não se trata de nominalização do verbo base, apresentando antes o –mento denominal, que foi abordado já na

seção 1.1.2.2. As acepções (2) e (5), conforme concluímos em Santos (2006, p. 133), decorrem da aplicação de regras semânticas específicas (que atribuem o traço [concreto]) sobre o resultado previsível (com traço [abstrato]) do processo de construção de nomes deverbais, apresentado na primeira acepção⁹.

Chama atenção o fato de Almeida (1999) apresentar explicitamente a ideia de ‘processo, continuação, maneira, método’ às palavras com –mento (na terceira acepção). De fato, a partir da análise do *corpus* da pesquisa anterior constatamos a preferência de uso do sufixo –mento na construção de nomes deverbais subcategorizados, em conformidade com Chafe (1976), como nomes de processo (SANTOS, 2006, p. 205), aqui exemplificadas por: *aprofundamento, desencadeamento, espanholamento*. Vimos ainda que, nesses casos, os verbetes das palavras construídas com –ção sobre as mesmas bases não raro constituem-se apenas da remissiva às respectivas entradas com –mento.

Na pesquisa de Alexandra Rodrigues (2006, p. 438), é reconhecido claramente o “caráter processual dos deverbais em –mento”, sendo esse sufixo apresentado como “designador de uma continuidade temporal” que “não pressupõem completção do evento” designado pela palavra com ele construída (RODRIGUES, 2006, p.439-444). O traço [processo] que caracteriza –mento permanece presente nas palavras construídas com esse sufixo, mesmo quando estas manifestam o semanticismo secundário de ‘estado’. Nesse caso, “o estado é paralelo ao decurso do evento e o seu fim só aconteceria se acontecesse o fim do evento” (RODRIGUES, 2006, p. 429).

Embora o evento nomeado com –mento também possa ser entendido como ‘ontologicamente uno’, da mesma forma que –ção, ele se distingue desse sufixo por ser percebido como “temporalmente disperso” (RODRIGUES, 2006, p. 430). A continuidade temporal trazida por –mento, e não por –ção, torna-se mais evidente a partir de alguns exemplos de palavras construídas sobre a mesma base, analisados pela autora:

[...] ressalta o caráter inconclusivo de *salvamento*, dado enformar o *evento* de *salvar* como o decurso processual do mesmo e não a obtenção imediata do efeito do evento como acontece em *salvação*. (RODRIGUES, 2006, p. 440)

O resultado concreto *afloramento* é consequência do processo gradual e temporalmente disperso do evento em causa e não de uma efectuação do evento

⁹ Quando apresentarmos o modelo construcional, nos capítulos que seguem, retomaremos o conceito de regras semânticas menores, especialmente aquelas relativas aos formantes aqui estudados.

dada como realizada num ponto único do tempo. Por sua vez, *afloração* apresenta-se como o evento que se atinge de modo definitivo. (...) Também a partir de *congelamento/congelação* é possível observar que –mento contribui para a configuração do evento como disperso ao longo do tempo, enquanto –ção formata o evento como dado num determinado ponto absoluto. (RODRIGUES, 2006, p.442).

O efeito ‘processual’ de –mento não se associa com a noção de ‘efetuação’ encontrada em –izar e que, como vimos, caracteriza o sufixo –ção. Isso justifica a restrição de emprego de –mento junto a esse sufixo verbal. Conforme Rodrigues (2006, p. 443), daí “resulta a agramaticalidade de formações como **helenizamento, *apostolizamento*”. Segundo ela, a palavra *atemorizamento*, encontrada no *corpus* de sua pesquisa, explica-se uma vez que seu “verbo designa um evento psicológico de caráter processual, espraiado no tempo e não unitarizado num ponto deste” (RODRIGUES, 2006, p. 443). Podemos inferir, então, que a natureza processual desse verbo é dada pela raiz da palavra e não pelo sufixo verbal.

É o caráter ‘temporalmente disperso’, também encontrado nos sufixos verbalizadores –ecer e –escer (RODRIGUES, 2006, p. 443) que justifica a preferência pelo uso de –mento junto a bases de estrutura morfológica X-ecer (BASÍLIO, 2004, p. 27), como em *crescer>crescimento*¹⁰. A literatura mostra ainda que as terminações verbais –ciar e –cionar potencializam a nominalização com o sufixo –mento (*licenciar>licenciamento, estacionar>estacionamento*), e não com –ção (SANDMANN, 1996, p. 54). Neste caso, motivos eufônicos levam à escolha por um desses sufixos e, da mesma forma, levam à restrição do uso de –mento diante da terminação verbal –mentar, dando lugar à construção de substantivos em –ção.

1.2.3 Fatores que influenciam na (não)atualização de palavras

Depois de considerarmos as semelhanças entre –ção e –mento e de apresentarmos algumas características de um e de outro sufixo, com ênfase naquilo que os diferencia, ocupamo-nos, nesta seção, com uma terceira questão que fugia do objetivo da dissertação de Mestrado e, por isso, não pode ser mais bem trabalhada na ocasião. Fundamentando-nos na literatura disponível sobre –ção e –mento em português e na pesquisa efetuada anteriormente, pretendemos aqui abordar alguns fatores que influenciam na não atualização de palavras

¹⁰ Observamos aí a elevação vocálica da vogal do tema verbal, mencionada na seção 1.2.2.1.

possíveis de serem construídas pela associação dos sufixos estudados a bases verbais. Será ressaltada, então, a relevância das bases para a construção de palavras na língua, lembrando que há aspectos formais da base e também aspectos semântico-categoriais, que levam à restrição do uso de um ou outro sufixo na nominalização deverbal.

Entendendo a nominalização como um processo derivacional determinado pela relação paradigmática entre verbos e nomes no léxico, Margarida Basílio (1980, p. 83) é enfática ao dizer que os “verbos *devem* ter uma contraparte nominal no léxico” (ênfase da autora). Segundo ela, à exceção dos verbos denominais, cuja base já é um item lexical da categoria dos substantivos, é de se esperar a construção da forma nominalizada dos demais verbos.

Para a construção de nomes deverbais com o sentido de “ação ou processo de V”, sendo V o verbo base, a língua dispõe de diferentes sufixos a serem adjungidos ao tema verbal, além da possibilidade de adotar uma derivação regressiva, sem o acréscimo sufixal. Entre os sufixos nominalizadores da ação ou processo verbal, sabemos que *-ção* e *-mento* são aqueles mais produtivos na língua. A alta produtividade de *-ção*, que envolve sua ampla possibilidade de utilização na nominalização, é reconhecida por linguistas e também é mencionada nos registros lexicográficos, como se vê no verbete de *-ão* do DEH:

[...] depreendendo-se que, por princípio, qualquer v. da 1ª conj., no tema (isto é, seu rad. geral + a vogal temática *-a-*), gere seu subst. verb. (isto é, de ação, de abstração da ação) com *-ção*; o princípio só não é realmente de todos os v., porque a form. de subst. verbais sofre a influência de vários outros suf. para o mesmo (aproximativamente) fim (como *-mento*, *-ura*, *-gem* etc., além da der. regressiva) (DEH, verbete de *-ão*)

Vemos que já no corpo do verbete há uma reflexão sobre a questão que discutimos aqui: quais fatores influenciam na não atualização de palavras, especialmente quando consideramos a alta produtividade desses sufixos? O verbete faz menção ao fato de que a nominalização pode se dar por outras operações na língua, o que acaba por bloquear a utilização dos demais sufixos nominalizadores. Seriam exemplos disso os casos de *°casação* e *°cassamento*¹¹, citados por Monteiro (2002, p. 163), dada a existência das palavras *casamento* e *cassação*. Vemos, entretanto, que embora não atestadas, aquelas são palavras possíveis de serem construídas na língua mediante a mesma regra de nominalização.

¹¹ Adotaremos, aqui, o sinal (°) antecedendo uma “palavra possível” na língua; enquanto que (*) marca a impossibilidade linguística de ocorrência da palavra que segue o sinal. Salientamos que o sinal (°) é usado por Danielle Corbin (1987 et seq.) e pelos demais pesquisadores em Morfologia Construcional, conforme abordaremos a partir do Capítulo 2 da tese.

Sabemos, porém, que a existência de uma palavra construída com um determinado sufixo não é o bastante para impedir completamente a construção de outra palavra com a mesma base e um sufixo diferente, pois encontramos na língua casos de formas duplas como *salvação* e *salvamento*, *ligação* e *ligamento*. Conforme Monteiro (2002, p. 163), “a hipótese do bloqueio, se tiver alguma validade, só explica a impossibilidade de duas formas funcionarem exatamente com o mesmo significado”, o que não se dá no caso das duplas, pois cada uma dessas formas permite a atualização de uma nuance de sentido nova à base verbal nominalizada.

Nas situações em que as palavras com outros sufixos não trariam sentido diferente daquele previsível pela regra de nominalização e já atestado com suas formas concorrentes, ainda poderíamos ousar questionar a escolha de um sufixo em detrimento do outro (mais produtivo) na nominalização, especialmente nos casos em que a palavra não atestada não fere a eufonia linguística.

Como mencionamos nas seções anteriores, Sandmann (1996) salienta que restrições fonológicas (por motivações eufônicas) podem fazer com que um ou outro sufixo seja preterido diante de bases com terminações verbais específicas, levando à construção de palavras com outro sufixo da mesma regra. Temos, então, que aspectos formais da base podem influenciar na seleção do sufixo a ser empregado na construção de palavras na língua. Enquadra-se, aí, a tendência da língua de não atualizar nomes construídos com *-mento* sobre bases verbais terminadas por *-mentar* e podemos considerar, também, as situações de restrição de uso do sufixo *-ção* junto a bases terminadas por *-ecer* e por *-cionar*. Em tais casos, a preferência de uso recai sobre o sufixo *-mento*.

Se base e afixo precisam ter um mínimo de compatibilidade formal, mostrando a influência dos aspectos fonológicos na seleção lexical, precisamos atentar também para a influência de aspectos semânticos e categoriais das bases que, em alguns casos, podem levar à não-atualização das palavras com um sufixo específico. Nas seções destinadas às particularidades de *-ção* e de *-mento* (seções 1.2.2.1 e 1.2.2.2, respectivamente), citamos os traços caracterizadores de cada um desses sufixos, apresentados por Rodrigues (2006): o traço de [efetuação] presente nas palavras construídas com *-ção* e o traço de [processo] presente nos nomes deverbais construídos com *-mento*. A autora esclarece que, como as bases verbais terminadas por *-izar* não enfatizam o aspecto processual, evidenciando antes a efetuação do evento, tornam-se incompatíveis com o sufixo *-mento*, que tem em si um caráter gradativo. E é justamente a presença do traço processual em verbos terminados por *-ecer* que não os

permite serem base para nomes em –ção. São aspectos semânticos das bases restringindo o uso de sufixos nominalizadores específicos.

Na observação do *corpus* de análise para elaboração da dissertação (SANTOS, 2006), constatamos que informações de natureza categorial das bases também exercem alguma influência na não atualização das palavras com um sufixo específico. A limitação categorial é inerente à própria regra de construção de palavras com –ção e com –mento, uma vez que a nominalização se faz a partir de uma base da categoria verbal. Mas, mais que isso: a elaboração de matrizes de análise fundamentada na subcategorização dos verbos e dos nomes proposta por Chafe (1976) e considerando a aplicação de uma regra semântica de concretização sobre as palavras construídas levou-nos a reconhecer uma particularidade quanto ao emprego do sufixo –ção. Referimo-nos, aqui, ao fato de que enquanto as palavras com –mento podem assumir o sentido de “produto, instrumento ou local da ação *ou do processo* de V” (grifo nosso), as palavras com –ção, mediante a mesma regra de concretização, limitam-se ao sentido de “produto, instrumento ou local da ação de V”, ou seja, a atualização de sentido [concreto] alcança apenas as palavras que têm por base um verbo de ação. Tais dados relativos a aspectos categoriais da base confirmam as informações de ordem semântica trazidas na pesquisa de Rodrigues (2006).

É interessante que com um só exemplo podemos ilustrar o que discurremos aqui. A seleção dos sufixos a serem empregados na nominalização e, especialmente, a restrição de uso de um ou de outro sufixo, que leva à não-atualização de palavras na língua, decorrem de influência de aspectos fonológicos, categoriais e semânticos das bases. Sob esses três aspectos, observamos que há restrição do emprego do sufixo nominalizador –ção a bases verbais terminadas em –ecer. Podemos exemplificar, então, com a palavra *°crescção*, em concorrência a *crescimento*: (a) não é desejada na língua devido à proximidade fonológica do sufixo com a terminação da base; (b) tem base em verbo subcategorizado como de processo; e (c) não tem base de traço de efetuação do evento, que caracteriza as palavras com –ção, antes, a base destaca o caráter processual.

Não poderíamos deixar de trazer, aqui, algumas situações, apresentadas por Basílio (1980), em que a nominalização pode ser dispensável, sendo então bloqueada na língua. Com relação aos verbos denominais, a autora salienta que as suas formações nominalizadas são muito raras, pois “quando o verbo já tem uma contraparte nominal no léxico, não existe pressão para a formação de um nome deverbal” (BASÍLIO, 1980, p. 83).

Além disso, segundo a autora, o bloqueio à nominalização de um verbo pode se dar por já existir no léxico um nome com a função que a forma nominalizada exerceria, como no caso de *vontade*, que acaba por bloquear a construção de um substantivo nominalizado do verbo *querer* (BASÍLIO, 1980, p. 82). Um terceiro caso mencionado refere-se à existência de mais de um verbo com praticamente o mesmo significado, em que a nominalização de um deles basta para bloquear a necessidade da forma nominalizada do outro verbo, como em *crer* e *acreditar*, aos quais se associa o substantivo *crença* (BASÍLIO, 1980, 82).

1.2.4 O caso de –ção e –mento

Com relação às terminações –ção e –mento, já mencionadas na seção 1.1.2.3, retomamos, aqui, uma questão levantada por ocasião da dissertação de Mestrado, mas que não pôde ser mais bem trabalhada naquele momento. Ao identificarmos a categoria dos segmentos a que estavam adjungidos –ção e –mento, ou seja, suas ‘bases aparentes’, algumas palavras do *corpus* de análise foram identificadas num terceiro grupo, como –ção₃ e –mento₃, uma vez que a impossibilidade de categorização das referidas bases não permitiu o reconhecimento do estatuto sufixal para os formantes finais, tratados, então, como meras ‘terminações’ das palavras. Não foi possível discutir, ali, se todos aqueles casos correspondiam, de fato, a um mesmo tipo de segmento.

Abrimos essa seção no intuito de refletirmos um pouco sobre as possibilidades de caracterização das palavras desse grupo, sem a pretensão de esgotarmos o assunto. É possível que o trabalho a ser desenvolvido na elaboração desta tese permita a identificação de tipos diferentes de terminações, especialmente quando tratarmos da tipologia das palavras, conforme Corbin (1987 e seguintes). A noção de palavras construídas e não construídas na língua, bem como a discussão quanto ao estatuto das bases e às condições para o reconhecimento destas podem nos levar a um posicionamento sobre a caracterização da terminação de palavras como *torção*, *aviação* e mesmo *abanação*² (“exílio ou desterro”), atestada no DEH como homônima de *abanação*¹ (“ação de abanar”). Salientamos, entretanto, que não é esse o compromisso maior da presente pesquisa. Assim, essa questão somente será retomada caso exemplifique as condições de saída das formas derivacionais.

Observando as palavras *torção* e *tormento*, por exemplo, num primeiro momento podemos identificar a base aparente *tor-*, a qual se unem os formantes –ção e –mento. Em

tormento não temos dificuldade em reconhecer que a palavra não apresenta uma estrutura interna segmentada: é uma palavra simples, que não foi construída na língua, proveniente do latim *tormentum*, como consta no respectivo verbete no DEH. A palavra *torção*, entretanto, exige uma análise mais detalhada, pois o usuário da língua facilmente reconhece sua associação com o verbo *torcer*. Considerando a natureza do segmento final, se é sufixo ou terminação, poderíamos admitir pelo menos três alternativas quanto à apropriação de *torção* no léxico do português: (a) sua formação em *torç-ão*; (b) sua origem em *torceção*; (c) sua procedência construída no latim.

Conforme (a), a estrutura dessa palavra poderia ser *torç-ão*, em que um sufixo nominalizador *-ão* seria empregado junto ao radical do verbo de base *torcer*. Nesse caso, o segmento *-ção* seria constituído da parte final da base (*-ç-*) acrescido do sufixo *-ão*. Ocorre que *-ão* é reconhecido como um “falso sufixo do português” (CORREIA, 2004, p. 125-130), ou seja, presente apenas em palavras não-construídas na língua. Além disso, sabe-se que os sufixos *-ção* e *-mento* selecionam por base o tema verbal (com a vogal temática), e não simplesmente o radical do verbo de base (VILLALVA, 2000, p. 133). Diante de tais argumentos, parece-nos que esta não é a melhor opção para a entrada de *torção* no léxico atual do português.

Outra alternativa seria assumirmos (b), entendendo tal palavra como gerada da aplicação normal da regra de nominalização, que responderia pela construção previsível de *torceção* a partir da base *torce-* e do sufixo *-ção* deverbal. Nesse caso, antes de sua inclusão no léxico, essa palavra seria submetida ao truncamento do segmento final *-ce-* da base. Considerando essa alternativa, sim, teríamos *-ção* sufixo nominalizador. Sabemos, porém, que dificilmente seria esse o sufixo usado na nominalização do verbo *torcer*, dada a proximidade fonológica entre o segmento final da base e o sufixo empregado. Ainda que não haja aqui um bloqueio de ordem categorial ou semântica (o que aconteceria com verbos com o sufixo *-ecer/-escer*, como já mencionado na seção anterior), o aspecto fonológico limitaria o emprego de *-ção* em favor de outro sufixo, como *-mento*, originando um possível *torcimento*, ou *-da*, no atestado *torcida*. Caso entendamos ser essa a melhor alternativa para a construção de *torção*, deveríamos ainda considerar a legitimidade do truncamento proposto à palavra originalmente construída pela regra de nominalização¹².

¹² Sobre isso discutiremos nos capítulos que seguem, quando apresentarmos a Morfologia Construcional, pois o truncamento só se justifica dentro de um modelo estratificado de concepção do léxico – fora isso, a literatura traz a crítica de que “as regras de truncamento são descritivamente dispensáveis e teoricamente injustificadas” (VILLALVA, 2000, p. 139)

A terceira alternativa para a origem dessa palavra no léxico do português é a sua apropriação diretamente do latim (*c*), tendo sido construída já naquela língua. Nesse caso, temos que *torção* é uma palavra não construída no português (conforme a tipologia das palavras a ser apresentada no próximo capítulo) e o segmento *-ção* não passa de terminação da palavra, sem estatuto sufixal na nossa língua. Convém lembrar que essa é a explicação assumida pelo DEH, uma vez que consta no verbete de *torção* a formação latina *tortione*, em que o processo de nominalização verbal se deu no próprio latim.

Cabe citar aqui Rodrigues (2006), sobre o par *conjungir* e *conjunção*:

[...] apesar de ter ocorrido herança tanto do substantivo deverbal como da sua base latina, não se mantém em português a correlação derivacional entre ambos, devido à perda, na passagem para o português, de alguns sistemas dos processos flexionais dos verbos latinos, ou seja, da manutenção de um terceiro tema verbal do qual pudessem derivar activamente os deverbais em *-ção*. (RODRIGUES, 2006, p. 208)

O caso de *torcer* e *torção* assemelha-se ao exemplo apresentado pela pesquisadora, pois tanto o verbo quanto o nome provêm do latim, mas sem a correlação derivacional entre eles no português. Rodrigues (2006) cita, ainda, outros casos, como *decepção*, em que os “deverbais [latinos] são herdados sem que tivesse havido o mesmo processo de transmissão de sua base” (RODRIGUES, 2006, p. 208). São palavras não construídas em português, em que o fato de não conseguirmos isolar as bases leva-nos a questionar o estatuto sufixal do segmento final, pois se o falante identifica uma sequência fônica como sufixo, “o reconhecimento da base é, naturalmente, uma consequência automática.” (BASÍLIO, 1980, p.55).

Ao tratar da transparência e opacidade das Regras de Análise Estrutural (RAE) e da aplicabilidade das Regras de Formação de Palavras (RFP), Basílio (1980) salienta que as regras da nominalização verbal em *-ção* não são transparentes, pois nem todas as formas terminadas em */ção/* podem ser analisadas como construções formadas pela regra de nominalização (BASÍLIO, 1980, p.54). Nos casos de *condição* e *aversão*, por exemplo, percebe-se dificuldade de isolabilidade das bases, uma vez que essas não ocorrem em outras formações da língua (BASÍLIO, 1980, p. 55). Assim, o reconhecimento de uma terminação *-ção*, do traço categorial nominal e de um sentido mais ou menos abstrato não são suficientes para garantir que esses nomes sejam relacionados a verbos, pois o sufixo *-ção* não pode

“formar palavras novas no português partindo de radicais cuja origem não se pode determinar” (BASÍLIO, 1980, p. 56-57).

A discussão sobre os tipos de terminação possíveis poderia se estender também a –mento, sem a necessidade de problematizarmos o exemplo *tormento*, que já foi identificado como uma palavra simples, com a terminação –mento, visto que não existe em português a base **tor-* e tampouco a palavra em questão pode ser associada a algum verbo na língua¹³. Lembremos que na segunda acepção do verbete do sufixo –mento no DEH constam exemplos como *jumento* e *experimento*, citados como construções deverbais do latim. Numa análise sincrônica, porém, vemos que estamos diante de palavras com formações diferentes no português, mas em nenhuma deles encontramos o sufixo –mento.

Para a palavra *jumento*, temos a mesma explicação aplicada ao caso de *tormento*, ou seja, tanto não existe em português uma base **ju-*, quanto a palavra não traz o sentido de nominalização, pois não é associada a algum verbo na língua. O falante do português não reconhece a associação entre *jumento* e *jugo*, conforme apresentado no verbete de –mento¹⁴ e, da mesma forma, não há na língua um verbo associado a *jugo* que poderia servir de base a uma possível nominalização.

A base aparente de *experimento* (**experi-*) também não existe no léxico. Mas, nesse caso, o falante pode reconhecer sua associação com o verbo *experimentar*, que se comprova na primeira acepção apresentada no verbete desse substantivo no DEH: “ato ou efeito de experimentar(-se)”. Se, por um lado, e considerando sincronicamente a questão, a aplicação da regra de nominalização parece ser aceita pelo falante da língua, a inexistência da base aparente não nos permite concluir pelo emprego do sufixo nominalizador –mento. A nominalização se faz, nesse caso, através de uma formação regressiva¹⁵, em que o tema em –o procede da primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo de base (BECHARA, 2004, p. 370). Então, ainda que *experimento* seja reconhecido como uma palavra construída em português, como resultado do processo de nominalização, temos que o formante –mento encontrado aí é somente uma terminação da palavra, sem estatuto sufixal.

¹³ O verbo *atormentar* deriva de *tormento* a partir de um processo da prefixação do a- na construção verbal. Nesse caso, então, o substantivo é tomado como base do verbo denominal.

¹⁴ Sobre *jumento*, no verbete de –mento do DEH consta: **jugumentum, de jungo, is, junxi, junctum, jungere* ‘meter no mesmo jugo, jungir, ajoujar’.

¹⁵ Conforme Bechara, “os substantivos tirados de verbos denotam ação, enquanto os substantivos que dão origem a verbos denotam, em geral, objeto ou substância” (BECHARA, 2004, p. 371). Assim, de *experimentar* temos *experimento*, e não o contrário. A noção de verbo está presente ainda na segunda acepção do verbete desse substantivo no DEH, que se refere ao resultado do processo verbal (“*trabalho científico que se destina a verificar um fenômeno físico*”).

RESUMO DO CAPÍTULO

Nosso objeto de estudo neste capítulo foram os formantes –ção e –mento, presentes nas palavras do português. Tais formantes foram considerados a partir de dois enfoques: num primeiro momento apresentamos o que sobre eles é mencionado na literatura especializada disponível em português – por gramáticos, linguistas e lexicógrafos (seção 1.1) e, em seguida, propusemos reflexões sobre alguns aspectos que foram levantados na pesquisa anterior, sem que pudessem ser mais bem abordados naquela ocasião (seção 1.2).

Quando o assunto é –ção e –mento, há certa unanimidade entre os gramáticos e linguistas no sentido de identificá-los como sufixos nominalizadores produtivos na língua (seção 1.1.1). Como ‘nominalizadores’, esses sufixos são empregados na construção de nomes deverbais em português, atualizando, nas palavras por eles construídas, o sentido de “ação ou processo de V”, em que V se refere ao verbo de base. Por estarem sujeitos à deriva semântica, alguns nomes assim construídos podem ter seu sentido estendido a “resultado da ação ou do processo de V”. A literatura cita-os como sufixos ‘produtivos’ em razão de que esses formantes não apresentam maiores restrições contextuais quanto à sua aplicação, como acontece com outros nominalizadores. Mas é a primeira das três características anunciadas, o fato de –ção e –mento serem identificados como ‘sufixos’, que parece ser questionada pelos lexicógrafos, pois nos seus verbetes podemos perceber alguma fragilidade quanto ao seu estatuto sufixal. Os verbetes de –ção não o apresentam como sufixo, mas como uma terminação e, no caso de –mento, encontramos exemplos em que a palavra citada não tem uma estrutura interna que garanta seu caráter sufixal em português.

É justamente pela observação dos registros lexicográficos que reconhecemos que estamos diante de casos de homonímia sufixal (seção 1.1.2). Os sentidos atualizados nas palavras com esses formantes revelam-nos a existência de sufixos deverbais, um sufixo denominal e casos de terminações que não atualizam um sentido específico às palavras. Os sufixos deverbais –ção e –mento (seção 1.1.2.1) são justamente aqueles empregados em regras de nominalização *stricto sensu* que, ao tomar uma base verbal, atualizam no substantivo construído o sentido de “ação ou processo de V”. Além dessa interpretação verbal do nome abstrato (BASÍLIO, 1980), tais nomes podem assumir uma interpretação nominal, que se torna mais explícita mediante a aplicação de processos semânticos derivativos.

Poderemos ter, então, a extensão de sentido para “resultado da ação ou do processo de V” ou, ainda, o sentido de “produto, instrumento ou local da ação ou do processo de V”.

Já o sentido de “coleção”, atribuído a –mento, só é possível quando a base for um substantivo concreto, o que nos valida a existência na língua de um sufixo denominal (seção 1.1.2.2). Dois aspectos chamam a atenção no que se refere ao sufixo –mento denominal. O primeiro aspecto refere-se à sua pequena frequência na língua, se comparado com o –mento deverbal, o que pode ser explicado devido à restrição subcategorial imposta à base, que deve ser um “nome concreto”, limitando, assim, a aplicabilidade desta regra. O segundo aspecto a considerar é o fato de, na pesquisa anterior, não termos encontrado nenhum caso de palavra com –ção, com o sentido de “coleção”. Isso vai ao encontro do fato de que, na literatura especializada sobre –ção e –mento em português, não há referência a um possível sufixo denominal °–ção.

Um terceiro tipo de formantes –ção e –mento, homônimos àqueles, caracteriza-se não mais como um sufixo, mas como uma simples ‘terminação’ de palavras (seção 1.1.2.3). Tais palavras pertencem ao léxico e são provenientes diretamente do latim ou de empréstimos de alguma outra língua, submetidas à convergência fonética ao português. Nomes que têm –ção e –mento como mera terminação não mantêm relação paradigmática com uma outra categoria na língua, embora em alguns casos possa ser reconhecido um elo verbal no latim. As terminações –ção e –mento não atualizam um sentido específico às palavras e, além disso, não podem ser separadas morfológicamente do segmento que as antecede. Assim como esse terceiro tipo de –ção e de –mento, vimos que também –são é uma terminação em português, encontrado em palavras provindas do latim.

A identificação das três formas homônimas dos formantes –ção e –mento que se apresentou na primeira parte desse capítulo foi fundamentada na literatura disponível sobre esses formantes em português e comprovada na realização da pesquisa para elaboração de dissertação de Mestrado. A observação dos dados daquela pesquisa levou-nos a constatações e, especialmente, a questionamentos que extrapolavam a abrangência do trabalho proposto. Embora o objetivo maior da presente tese não seja especificamente responder ao que aqui chamamos de ‘problemas residuais sobre –ção e –mento deverbais’ (seção 1.2), é importante que tais questões se façam presentes ao longo do nosso estudo para que, apenas naquilo que se referirem ao caráter epistemológico aqui adotado, possam ser, de alguma forma, retomadas quando da aplicação do modelo na análise dos dados, nos capítulos que seguem.

A primeira das questões que apresentamos diz respeito às semelhanças entre os dois sufixos trabalhados, o que nos leva a questionar se eles se caracterizam como casos de alomorfia sufixal (seção 1.2.1). De fato, os nominalizadores –ção e –mento são empregados sobre a mesma categoria de base, atualizando o mesmo sentido às palavras que com eles são construídas, podendo ser considerados como sufixos concorrentes, os quais pertenceriam à mesma regra de nominalização. Como a alomorfia requer um condicionamento morfológico específico que exija o emprego de uma das formas e impeça o emprego da forma concorrente, constatamos que, em se tratando de –ção e de –mento, a alomorfia não se sustenta. E já não podemos concordar com a ideia de tê-los como concorrentes: ainda que participem da mesma regra de nominalização, com o mesmo tipo categorial de base e nova palavra, defendemos nesta tese que –ção e –mento não trazem sentido idêntico. Buscamos, neste estudo, justamente os aspectos que diferenciam um e outro sufixo. Ocorre que há formas duplas na língua, como *salvação* e *salvamento*, que comprovam que esses sufixos não são semanticamente idênticos, ou seja, não atualizam exatamente o mesmo significado sobre as bases a que estão adjungidos. Cada um desses sufixos deverbais traz em si algumas especializações semânticas sutis (MONTEIRO, 2002) que atendem a necessidades da língua.

A identificação das características particulares de cada um desses sufixos foi abordada logo em seguida (seção 1.2.2), ao que tomamos por fundamentação a pesquisa realizada anteriormente, o posicionamento de gramáticos e linguistas e as constatações da tese de Alexandra Rodrigues (2006). Mencionamos alguns aspectos que distinguem o presente trabalho daquele desenvolvido pela pesquisadora mencionada, especialmente porque nos propomos a analisar comparativamente as palavras construídas com os sufixos –ção e –mento sobre a mesma base aparente (e não palavras com bases diferentes sobre cada sufixo), apresentando o percurso teórico de importante modelo de estudos lexicais, a Morfologia Construcional (e não a proposta de um modelo novo, com críticas ao modelo construcional, considerando apenas a sua primeira fase). A partir daí, apresentamos as preferências e restrições de usos tanto de –ção como de –mento, reconhecendo o importante papel da base para a construção das palavras.

Ao falarmos das particularidades de –ção (seção 1.2.2.1), concluímos tratar-se de um sufixo ativo na língua, ainda que existam também palavras provenientes do latim, em que encontramos a terminação –ção. Como sufixo deverbais, –ção é o mais usado na construção de nomes de ação, pois traz o traço [efetuação], que lhe confere o caráter de unitariedade temporal do evento, ou seja, que enfatiza a realização isolada de um evento (RODRIGUES,

2006). É o traço de [efetuação], presente também em –izar e em –ificar, que responde pela preferência de –ção na seleção de bases verbais construídas com tais sufixos verbalizadores. Por outro lado, bases verbais terminadas por –ecer e –escer, que têm um caráter mais gradativo e processual, dificilmente serão selecionadas pelo sufixo –ção. Além disso, motivos eufônicos (SANDMANN, 1996) restringem o emprego desse sufixo junto a verbos terminados por –cionar e dão-lhe a preferência quando com verbos terminados por –mentar. Nessa seção, comentamos ainda o uso de –ção como uma “tendência regularizadora” da língua, que pode ser explicada por uma alteração na seleção da base verbal: do tema do passado para o tema do infinitivo (VILLALVA, 2000).

Na continuidade, apresentamos particularidades do sufixo –mento deverbal (seção 1.2.2.2), salientando a facilidade com que atualiza os sentidos de “instrumento” e “lugar” às palavras construídas (além do sentido denominal de “coleção”). Essas palavras são subcategorizadas, então, como nomes concretos, mediante a aplicação de regras semânticas sobre o sentido previsível da nominalização. Conforme consta em Almeida (1999), Santos (2006) e Rodrigues (2006), as palavras com –mento tendem a trazer um caráter de continuidade temporal a um evento, tomado como temporalmente disperso, em decorrência do traço de [processo] que caracteriza o sufixo. A noção processual de –mento faz com que esse sufixo seja preferido nos casos de bases verbais em –ecer e –escer, que também mostram continuidade temporal, e o faz ser preterido com bases em –izar, portador do traço de [efetuação]. Citamos, ainda, a restrição de uso de –mento junto a bases verbais em –mentar e sua preferência com bases em –ciar e –cionar, justificadas, neste caso, por questões fonológicas.

Considerando que os verbos sempre têm uma contraparte nominal no léxico (BASÍLIO, 1980), refletimos sobre os fatores que influenciam na não atualização de palavras possíveis de serem construídas com –ção ou com –mento em português (seção 1.2.3), sabendo que esses são os sufixos de maior produtividade na nominalização. Observamos que aspectos formais, categoriais e/ou semânticos das bases podem restringir o uso de um ou de outro desses sufixos, privilegiando outras construções nominais. Sandmann (1996) ressalta que motivos eufônicos limitam o emprego de sufixos em bases com terminações fonologicamente semelhantes. Em algumas situações, porém, é a incompatibilidade semântica entre sufixo e base que responde pela não atualização de palavras fonologicamente possíveis na língua: o traço [processo] de –mento, por exemplo, torna-se empecilho na seleção de bases terminadas em –izar, que têm o traço [efetuação]. Além disso, vimos que a subcategoria da base verbal

(verbos de processo) pode impedir a extensão de sentido mais concreto das palavras com –ção (SANTOS, 2006).

A última das questões residuais apresentadas refere-se à possibilidade de reconhecimento de tipos diferentes de terminações –ção e –mento (seção 1.2.4), uma vez que algumas palavras com tais terminações parecem associar-se a algum verbo no léxico. Refletimos sobre três possíveis explicações para a palavra *torção*, pois não ignoramos sua proximidade com o verbo *torcer*. Concluídos tratar-se de uma simples terminação –ção, já presente na palavra construída em latim e trazida assim ao léxico do português. As alternativas de construção em português não se sustentam, pois: (a) na estrutura [*torc-* + *-ão*] teríamos um ‘falso sufixo’ adjungido ao radical verbal, enquanto que a nominalização seleciona o tema verbal; e (b) a origem possível em *torceção* dificilmente seria construída, devido à proximidade fonológica entre base e sufixo. Também a terminação –mento provém do latim, presente em palavras que não mantêm relação paradigmática com algum verbo em português. Por outro lado, reconhecemos a associação da palavra *experimento* com o verbo *experimentar*. Ainda assim, o que temos aí ainda é uma terminação da palavra nominalizada, construída pela derivação regressiva, em que *-ment-* faz parte da base e *-o-* é apenas a vogal do tema nominal.

Após tais reflexões sobre –ção e –mento, conforme nos anunciam linguistas, gramáticos e lexicógrafos, passamos ao segundo capítulo desse trabalho, quando focalizaremos o aporte teórico que é objeto e fundamento dessa pesquisa: objeto, devido ao caráter epistemológico da presente tese; fundamento, porque é a base para os capítulos que seguem e para a análise das palavras que constituem o *corpus* de trabalho.

2 O PERCURSO TEÓRICO DA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL

A especial importância deste capítulo se justifica pelo fato de que a presente tese, além de se ocupar com a identificação dos sufixos –ção e –mento, tem por foco também os avanços da Morfologia Construcional. Por essa razão, o objetivo desse capítulo não se restringe a trazer-nos a fundamentação científica para o estudo dos sufixos; o que se quer aqui é apresentar a trajetória teórica deste modelo de estudo do léxico¹⁶. Para tanto, após abordarmos os fundamentos do modelo (seção 2.1), traremos ainda duas grandes seções: uma com o empreendimento teórico inicial, tal como apresentado por Danielle Corbin na publicação de 1987 e atualizado em 1991 (seção 2.2); e outra relativa ao desdobramento do modelo, considerando sua fase mais recente, conhecida a partir de 1997 (seção 2.3). Na sequência, traremos algumas considerações acerca do percurso teórico do modelo (seção 2.4), culminando com um resumo dos principais aspectos abordados no capítulo.

2.1 MODELO DE ESTUDO DO LÉXICO (FUNDAMENTOS)

Na primeira seção desse capítulo, nos ocuparemos com as principais características e pressupostos do modelo, proposto por Danielle Corbin (1987) e desenvolvido pelos membros

¹⁶ Por orientação da Banca Examinadora, foram retiradas 52 páginas do texto apresentado à ocasião da defesa da Tese, as quais consistiam em uma ótima introdução à Morfologia Construcional. A Tese inicial era composta por dois capítulos referentes ao modelo, considerando a proposta inicial (no antigo capítulo 2) e a versão mais recente do modelo (no antigo capítulo 3). Por indicação da Banca, essas páginas farão parte da publicação de um livro intitulado “Introdução à Morfologia Construcional”, de minha autoria. Assim, o presente capítulo sintetiza todo o aporte teórico necessário aos objetivos desta tese, possibilitando fundamentação para análise e conhecimento do percurso teórico do modelo.

do centro de pesquisa SILEX (Syntaxe, Interprétation et Lexique – UMR CNRS), da Universidade de Lille III, França. Cientes da importância de tais informações a esta tese, tomamos a presente seção como ponto de partida para o desenvolvimento epistemológico que almejamos nesta pesquisa, ao considerarmos, na sequência do capítulo, o progresso teórico da Morfologia Construcional. Identificando o modelo que se ocupa especialmente com o estudo das palavras construídas, cabe-nos, nesta seção, abordarmos as suas principais características e apresentarmos os tipos de palavras encontradas no léxico¹⁷.

Desde o primeiro momento, o modelo construcional é identificado dentro do quadro gerativista, com clara ênfase lexicalista:

A Morfologia Construcional é, pois, gerativista na medida em que reconhece a competência linguística como faculdade inata do ser humano: considera que há um sistema de regras interiorizado que permite produzir e interpretar um número infinito de palavras construídas, inclusive aquelas ainda não conhecidas. (...) Por reconhecer a autonomia de um nível derivacional do léxico que responde pela aplicação de regras que norteiam a construção de novas palavras, a Morfologia Construcional revela-se como uma teoria lexicalista. (SANTOS, 2006, p. 68,70)

É no nível derivacional do Léxico que se dá a elaboração (e aplicação) inconsciente das regras de construção de palavras (doravante RCP¹⁸), que respondem pela predizibilidade, e conseqüente regularidade, das palavras construídas. A definição de ‘palavra construída’ é apresentada logo na introdução da obra marco do modelo:

Un mot construit est un mot dont le sens prédictible est entièrement compositionnel par rapport à la structure interne, et qui relève de l’application à une catégorie lexicale majeure (base) d’une opération dérivationnelle (effectuée par une RCM) associant des opérations catégorielle, sémantico-syntaxique et morphologique. (CORBIN, 1987, p. 6)

Assim, em uma palavra construída temos uma estrutura interna complexa e um sentido composicional que corresponde a essa estrutura formal, resultantes da relação entre a base (de

¹⁷ Uma vez que a pesquisa anterior, que culminou na dissertação de Mestrado defendida em 2006 junto ao Programa de Pós-Graduação e, Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SANTOS, 2006), apresenta pormenorizadamente as características do modelo construcional, considerando especialmente a sua fase inicial, tomamos a liberdade, aqui, de mencionarmos de forma mais sucinta as características do modelo e os pressupostos da sua primeira fase, remetendo então àquele estudo.

¹⁸ Ao longo dessa tese, usaremos “RCP”, tradução para o português do original “RCM”, em francês (*règles de construction des mots*), utilizado por Corbin (1987). Preferimos seguir o exemplo de Correia (2004), por entendermos garantir maior coerência com o modelo adotado, a usar “RFP”, empregado em português por Rio Torto (1998).

categoria maior) e uma operação derivacional, dada por meio de uma RCP. É por associar as operações categorial, semântico-sintática e morfológica que a RCP garante a predizibilidade da palavra construída. Através da definição de palavra construída já podemos conhecer as principais características do modelo, as quais são apresentadas na declaração inicial de CORBIN (1987):

Le travail presente ici a pour objectif, dans le cadre théorique general de la grammaire générative, de construire une théorie synchronique du lexique susceptible d'assigner une structure et une interprétation adéquates aux mots construits du français, attestés ou non, de caractériser la nature de la "grammaticalité lexicale", et de déterminer de la sorte les contraintes que gouvernent l'application et définissent la spécialité des règles de construction des mots (désormais RCM). (CORBIN, 1987, p. 1)

A partir de tais palavras, vemos que este se trata de um modelo (a) **sincrônico** [*“une théorie synchronique du lexique”*], (b) de caráter **associativo** [*“susceptible d'assigner une structure et une interprétation adéquates aux mots construits”*], que (c) vai **além da evidência** das palavras [*“attestés ou non”*], (d) descrevendo o léxico de forma **estratificada**, a ponto de *“déterminer de la sorte les contraintes que gouvernent”* as RCP.

Pelo caráter sincrônico do modelo (a), uma palavra construída existe na língua desde que seja possível a aplicação da regra responsável por sua construção¹⁹, sendo que a datação apenas revela a atestação de uma palavra em período anterior²⁰. O modelo mostra-se claramente associativo (b) ao defender a construção conjunta da estrutura morfológica (forma) da palavra e sua interpretação semântica (sentido), o que repercute no fato de não limitar-se à evidência (c), propondo um análise das palavras que vai além da sua estrutura superficial. Isso é possível a partir de uma visão estratificada (d) do Componente Lexical e dos dados observados.

Tais características do modelo levam ao reconhecimento de uma tipologia de palavras, dada a partir dos critérios de sua constituição interna e de sua construção e inserção na língua: conforme a estrutura, as palavras classificam-se em não complexas e complexas (em que, se não os dois elementos que a constituem, então pelo menos um deles é identificado no léxico, seja como base, seja como afixo); o segundo critério apresentado nos permite distinguir as

¹⁹ O caráter sincrônico da Morfologia Construcional permite, então, que se reconheça *-ção* como um sufixo na língua, formador de substantivos derivados de verbo, sem que seja necessário buscar-se sua raiz latina. Em outras palavras, a existência de *-ção* como sufixo produtivo em português (e não como uma terminação sem sentido associado), não requer remissão a *-ão*, como apresentam os registros lexicográficos atuais.

²⁰ Assim, mesmo que uma palavra não ocorra nos dicionários atuais, o fato de que ela já foi encontrada em textos e documentos da língua leva-nos a entender que ela poderá, um dia, retornar ao léxico atestado (CORBIN, 1987, p. 87).

palavras não construídas (que podem ser resultantes de empréstimos de outras línguas ou do latim) daquelas construídas na língua. Temos, então:

- “palavras não complexas não construídas”, que não apresentam estrutura interna (nem formal, nem semântica) (CORBIN, 1987, p. 187) e, evidentemente, não foram construídas na língua – não podem ser segmentadas, ainda que algumas possam ter aparência de conter uma estrutura interna²¹;

- “palavras complexas não-construídas” na língua, em que é reconhecida uma estrutura interna, mas a sua interpretação semântica não está inteiramente superposta à sua estrutura morfológica (CORBIN, 1987, p. 459), ou seja: ou trazem uma base conhecida na língua, mas acompanhada de um segmento que não é afixo²², ou têm um afixo pertencente ao léxico, mas em que o segmento que ocupa a posição de base não é interpretável na língua²³;

- “palavras (complexas) construídas”, com estrutura interna, reconhecidamente base e afixo, e completa sobreposição entre sentido e forma (CORBIN, 1987, p. 236), provenientes da aplicação de regras (RCP), conforme a definição acima mencionada.

As palavras construídas na língua são o objeto de estudo por excelência da Morfologia Construcional, conforme veremos ao longo deste capítulo. E, num estudo sobre itens afixais, é o tipo de palavras que esperamos encontrar no corpus da presente pesquisa. Para melhor entendermos a construção das palavras e, conseqüentemente, o modelo construcional, passaremos à próxima seção, que apresentará mais detalhadamente a primeira fase do modelo.

2.2 O MODELO CONSTRUCIONAL NA SUA PROPOSTA INICIAL

Nessa seção apresentaremos o empreendimento teórico inicial do modelo construcional, tal como proposto por Danielle Corbin (1987) e atualizado em 1991. Começaremos tomando como objeto de estudo a Morfologia Construcional, conforme apresentada na obra marco do modelo: a publicação *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*, de Danielle Corbin (1987). Conhecidas as principais características

²¹ A autora exemplifica as ‘palavras não complexas não construídas’, em francês, com a palavra *omelette*, em que nem **omel(le)* é uma base na língua, nem *-ette* é um sufixo válido aqui.

²² Em *royaume*, temos uma base (*roi*) que pertence ao léxico francês, mas sem que o segmento *-aume* possa ser tomado como sufixo (CORBIN, 1987, p. 12).

²³ Em *carpette* (“petit tapis”), temos o mesmo sufixo de sentido diminutivo encontrado em *maisonnette*, sem que o segmento que o antecede seja identificado como uma base pertencente ao léxico (CORBIN, 1987, p. 460).

do modelo (na seção anterior, 2.1), abordaremos aqui especificidades da proposta inicial e atualizações trazidas pela autora, o que nos servirá de base para que alcancemos o objetivo de cunho epistemológico desta tese, identificando os avanços trazidos na fase mais recente do modelo (a ser tratado na próxima seção, 2.3).

A fim de darmos a conhecer a proposta inicial do modelo construcional, organizamos a presente seção em três partes, contemplando os seguintes aspectos: a visão estratificada do léxico, com atenção à posição e atuação dos itens afixais (seção 2.2.1); considerações acerca do caráter associativo do modelo (seção 2.2.2); e alterações propostas na atualização do modelo, em 1991 (seção 2.2.3).

2.2.1 A estratificação do Léxico e os itens afixais

Vimos anteriormente que a noção de estratificação é uma das principais características do modelo construcional. Dada sua relevância para o conhecimento do modelo e especialmente para a compreensão do processo de construção de palavras na língua, esta seção tratará especificamente da estratificação do Componente Lexical tal como foi apresentada no momento inicial da Morfologia Construcional. Tomaremos a liberdade de reportarmos-nos à pesquisa anterior, Santos (2006), uma vez que aquele estudo dos sufixos –ção e –mento (com ênfase metalexográfica) foi fundamentado em Corbin (1987):

O componente lexical é concebido como um conjunto de três níveis hierarquizados e ordenados, sendo todos eles constituídos por itens lexicais e por operações linguísticas (CORBIN, 1987, p. 416): (a) o Componente de Base, de caráter idiosincrático; (b) o Componente Derivacional, que é o componente gerativo por excelência; e (c) o Componente Convencional. De antemão informamos que os elementos afixais (ao que nos interessa aqui, os sufixos) desempenham um papel específico em cada um desses componentes. (SANTOS, 2006, p. 71)

Assim, cabe-nos aqui tecer algumas considerações acerca de cada um desses níveis do Componente Lexical, ressaltando conceitos relevantes e o comportamento dos afixos:

a) Quanto ao Componente de Base:

Como os demais níveis, o Componente de Base é composto por itens lexicais, as “entradas lexicais de base” (que têm sua identidade assegurada por estatutos específicos), e por operações (regras) que atuam sobre esses itens, as “regras de base”. Caracterizadas como itens não construídos na língua, as “entradas lexicais de base” são inventariadas com suas propriedades inerentes imprevisíveis, o que justifica a natureza fundamentalmente idiossincrática deste primeiro nível do Componente Lexical. Temos aí dois grupos de entradas lexicais: (i) aqueles que podem servir de base na aplicação das RCP, incluindo todos os itens não construídos (segmentos de base e palavras não construídas na língua); e (ii) os afixos.

O primeiro grupo é definido pelo estatuto de base, dado a partir do seguinte Princípio²⁴:

Principe (résumé) de délimitation des entrées lexicales susceptibles de servir de bases aux RCM

Um segment de mot complexe peut être liste parmi les entrées lexicales susceptibles de servir de bases aux RCM si et seulement si

- 1) il appartient à une catégorie lexical majeure;
- 2) il répond aux propriétés syllabiques de la langue;
- 3) il est doté de propriétés syntaxiques;
- 4) il est interprétable;
- 5) plus d'une RCM peut s'appliquer à lui;
- 6) il n'est pas reliable à une autre entrée lexical par une règle mineure.

(CORBIN, 1987, p. 457)

Assim, para que um segmento de palavra seja considerado como uma base para a construção de uma nova palavra, ele deve: ser de categoria maior, ser interpretável, ter as propriedades silábicas e sintáticas da língua, ser empregado em outras RCPs e não resultar de regras menores (como alomorfa ou truncamento²⁵). Segundo a autora, desde que atenda a tais condições, os segmentos podem ser “bases dans les mots construits indépendamment de leur (non-) attestation à l'état autonome” (CORBIN, 1987, p. 191), o que permite incluir nesse grupo as formas supletivas (autônomas ou não), tais como *jeu* e *lud(e)* (de *ludique*). Importa ainda dizer que, quando as entradas lexicais de base deste primeiro grupo são elencadas no Componente de Base, já trazem algumas informações que lhe são inerentes, a saber: (a) marca

²⁴ Este princípio de delimitação das entradas lexicais suscetíveis de ser base às RCP é enumerado em Corbin (1987, p. 457) como “Princípio 25”.

²⁵ Trataremos das regras menores, tanto formais (de alomorfa e de truncamento) como semânticas, ainda nesta seção, quando apresentarmos o Componente Convencional.

categorial; (b) representação fonológica; (c) estrutura argumental; (d) representação semântica; e (e) traços diacríticos (CORBIN, 1987, p. 454).

No segundo grupo citado, temos as “entradas lexicais afixais”, termo usado por Corbin (1987) a fim de ressaltar que os afixos também integram o Componente de Base, desde que atendam ao seguinte Princípio:

Principe délimitation des entrées affixales

Um segment Y d'un mot complexe X peut être listé parmi les entrées lexicales marquées de la catégorie [Affixe] si et seulement si il sert à construire d'autres mots complexes qui entretiennent avec leur base, définie par les propriétés 1 à 5 du principe 25²⁶, les mêmes relations catégorielles et sémantiques que X avec la sienne. (CORBIN, 1987, p. 458)

A condição para que um segmento de uma palavra construída seja identificado como afixo é o fato de ele ser encontrado também em outras palavras construídas na língua, ou seja, ele deve ser empregado sobre outras bases, mas pela mesma RCP, pois é a regra que responde pelas informações categorias e semânticas da palavra construída. Delimitada a entrada afixal, sabe-se que, tanto quanto as entradas de categorias maiores, esta também traz informações que lhe são inerentes e merecem ser consideradas neste estudo, incluindo: (a) marca categorial; (b) representação fonológica; (c) traços diacríticos; e (d) referência à RCP à qual o afixo é associado (CORBIN, 1987, p. 454).

Como todas as entradas lexicais são categorizadas, a identificação da categoria [Afixo] (a) remete ao que a autora chama de uma “generalização importante”: é o único caso em que a totalidade das entradas lexicais desse grupo categorial não pode ser inserida em estado autônomo nas estruturas sintáticas (CORBIN, 1987, p. 440). Além disso, tal categorização expressa que cabe à RCP em que o item afixal atua a identificação tanto das categorias maiores envolvidas (da base e da palavra construída), quanto do sentido a ser atribuído à palavra construída, pois neste primeiro momento a proposta teórica defende que “les contraintes d'ordre catégoriel et sémantiques ont du ressort des RCM” (CORBIN, 1987, p. 494). É justificado aí o fato de que a referência à RCP (d) é uma informação inerente ao afixo: neste modelo associativo, é somente através da regra que a forma afixal é associada a uma operação semântica. Outra informação trazida pelas entradas afixais é sua representação

²⁶ O “Princípio 25”, mencionado aqui, refere-se ao “Princípio de delimitação das entradas lexicais suscetíveis de servir de bases às RCP”, apresentado nesta seção. Da mesma forma, o “Princípio de delimitação das entradas afixais” de que tratamos agora é identificado pela autora como “Princípio 26”.

fonológica (b), que deve respeitar os padrões de silabação da língua, com informações quanto à sua realização fonética (CORBIN, 1987, p. 429 e 430).

Ressaltamos, ainda, os traços diacríticos (c) como importante informação inerente aos itens afixais, pois trazem características individuais dos afixos, tais como: sua disponibilidade na língua (traços [+D] e [-D]); a referência a regras menores (traços ativo e/ou passivo para Alomorfia e Truncamento: [A+], [+A], [T+], [+T]); o gênero a ser atribuído à palavra construída (traços [masc] ou [fem]); a subcategorização conforme a posição na nova palavra (traços [prefixo] ou [sufixo]), entre outros (CORBIN, 1987, p. 576). Além dos traços diacríticos, encontramos também propriedades idiossincráticas, que marcam restrições particulares, de ordem fonológica e morfológica, que pesam sobre cada afixo (CORBIN, 1987, p. 494), impedindo sua adjunção a determinados tipos de base²⁷.

Sabendo que os níveis do Componente Lexical são constituídos de itens lexicais e de operações sobre esses itens e já tendo dado a conhecer os dois tipos de itens lexicais deste primeiro nível, antes de passarmos ao segundo componente do Léxico, resta-nos tratar aqui, de forma sucinta, das regras de base, que respondem pelas regularidades não derivacionais que podem existir entre as entradas lexicais de base (CORBIN, 1987, p. 416). Temos, então: (a) as regras de alomorfia das entradas lexicais (RAEL), que ligam entradas semanticamente associadas com alguma proximidade formal²⁸; (b) as regras semânticas de base, que associam duas entradas lexicais de base sem a exigência de associação formal entre elas (CORBIN, 1987, p. 418)²⁹; e (c) as regras de estrutura interna que regem a constituição estrutural das palavras complexas não construídas na língua, em que ao menos um dos segmentos não é entrada lexical (CORBIN, 1987, p. 461)³⁰.

b) Quanto ao Componente Derivacional:

Neste segundo estrato do Componente Lexical também encontramos regras e itens lexicais. Temos aqui as “regras de construção de palavras” (RCP) que regem a construção de novos itens lexicais, as “palavras construídas”, sendo justificado, assim, o caráter claramente

²⁷ Em Santos (2006, p. 84), trazemos como exemplos de propriedades idiossincráticas: a restrição do emprego de –ção a bases verbais em –ecer; e a restrição de emprego de –mento a bases verbais em –mentar.

²⁸ Corbin (1987, p. 304) cita que a associação das formas duplas como *croix* e *°cruc(e)* é dada por uma RAEL.

²⁹ Citam-se como exemplo as bases supletivas, sem associação forma, *jeu* e *°lud* (CORBIN, 1987, p. 15-16).

³⁰ Lembremos aqui dos exemplos *royaume* e *carpette* já mencionados ao abordarmos a tipologia das palavras.

gerativo do Componente Derivacional. De reconhecida importância na constituição do léxico, a RCP é desta forma definida na obra inicial do modelo construcional:

Une règle de construction de mots (RCM) associe une structure morphologique mettant en jeu un rapport catégoriel (orienté) entre deux et seulement deux catégories lexicales semblables ou différentes, une opération sémantique et un ensemble d'opérations morphologiques non combinables entre elles en nombre supérieur ou égal à 1. CORBIN (1987, p. 257)

Tal definição pode ser melhor visualizada a partir da equação apresentada em Santos (2006, p. 75):

$$\text{RCP} = 1 \text{ RC} + 1 \text{ OS} + 1 \text{ PM (nOM)}$$

Temos, então, que uma RCP se compõe a partir de três elementos:

- uma relação categorial (RC) orientada entre dois itens lexicais de categoria maior, regida pela “restrição da unicidade categorial”, que exige o envolvimento sempre das mesmas categorias (de base e da palavra construída)³¹:

Contrainte d'unicité catégorielle

Chaque RCM ne s'applique qu'à une catégorie de base et une seule, et n'attribue aux mots qu'elle construit qu'une catégorie et une seule. (CORBIN, 1987, p. 482)

- uma operação semântica (OS) única para cada regra (conforme a restrição apresentada a seguir), responsável pela atribuição do sentido à nova palavra e que se traduz em uma paráfrase incluindo a base empregada (CORBIN, 1987, p. 261):

Contrainte d'unicité sémantique

A chaque RCM n'est associée qu'une opération sémantique et une seule. (CORBIN, 1987, p. 485)

³¹ Conforme a obrigatoriedade da unicidade categorial, se forem tomadas diferentes categorias, seja na base ou na palavra resultante da operação, então teremos RCPs diferentes.

- um paradigma morfológico (PM) constituído de uma ou mais operações morfológicas (OM) – como afixos e operação de conversão – a serem aplicadas individualmente pela regra, sendo que “*un processus donné ne peut être associé à plus d’une RCM*” (CORBIN, 1987, p. 493), pois uma OM pertence ao paradigma de uma única regra e, conseqüentemente, associa-se a apenas um sentido (uma OS). Conclui-se daí que as palavras construídas no Componente Derivacional do léxico são absolutamente regulares e possíveis na língua, predizíveis em decorrência da própria regra e da projeção das características e traços diacríticos da base e, o que mais nos interessa neste estudo, da OM (dos afixos) sobre a palavra construída.

Considerando que a aplicação de uma RCP se faz pela atuação simultânea dos três elementos que constituem a regra, temos aí a construção conjunta da forma (dada pela OM) e do sentido a ser atribuído à nova palavra (pela OS), como é esperado num modelo associativo. Além disso, a possibilidade de aplicação de uma RCP sobre inúmeras bases, tantas vezes quantas OM constarem no paradigma da regra, leva-nos a um léxico possível ilimitado, em que nem todas as formas serão atestadas.

c) Quanto ao Componente Convencional:

Também no terceiro estrato do Componente Lexical encontramos regras e itens lexicais. As regras e operações encontradas aqui funcionam como “filtros” à inserção lexical das palavras provindas do componente anterior, levando à formação do “léxico convencional” da língua, assim definido pela autora:

L’output du composant conventionnel est le lexique conventionnel, c’est-à-dire l’ensemble lexicalisé instable des mots et propriétés résultant de l’action des filtres successifs sur l’output du composant dérivationnel et sur les entrées lexicales de base. (CORBIN, 1987, p. 418).

A inserção lexical, que leva à constituição do léxico de fato, decorre da aplicação de regras menores e de filtros sobre as palavras (construídas ou não). As regras menores se aplicam a apenas um conjunto de palavras, respondendo por sub-regularidades parcialmente

predizíveis, sejam elas de caráter formal (Alomorfia³² e de Truncamento³³) ou semântico (Regras Semânticas Menores – RSM). Da sua parte, os filtros, tanto o Aplicador de Idiossincrasias quanto o Seleccionador, atuam individualmente em uma ou outra palavra, revelando casos idiossincráticos na língua.

Nesse estudo, não nos deteremos detalhadamente em cada uma das regras e operações que atuam no Componente Convencional³⁴. Convém destacarmos, porém, que os itens afixais têm participação ativa nas regras menores formais, pois nestes casos “um traço ativo do afixo, que lhe era associado já no Componente de Base do léxico, destrava um traço passivo do elemento de base”³⁵ (SANTOS, 2006, p. 77). Nas RSM³⁶, entretanto, os afixos não exercem essa função, uma vez que tais regras, responsáveis por um desbobramento de sentido, alcançam a palavra construída por completo e não apenas um de seus constituintes (CORBIN, 1987, p. 382).

Quanto aos dois tipos de filtros do Componente Convencional, salientamos que o Aplicador de Idiossincrasias (A.I.) traz, de forma *ad hoc*, uma propriedade não predizível à palavra construída, podendo torná-la suscetível de sofrer uma RSM (CORBIN, 1987, p. 388) ou incluindo um segmento parasita, por exemplo. O Seleccionador, da sua parte, atribui o traço [+atestado] às palavras (construídas ou não) que farão parte do léxico, escolhendo, assim, uma palavra em detrimento de outra, que constituirá uma lacuna acidental no léxico³⁷.

Objetivando uma melhor visualização da estratificação do Componente Lexical, em conformidade com a proposta inicial do modelo construcional (CORBIN, 1987), e no intuito de enfatizar a atuação dos itens afixais, trazemos o quadro apresentado em Santos (2006, p. 72):

³² Alomorfia é definida pelo modelo como “*une variation de nature phonologique, non explicable phonologiquement, qui affecte un morphème appartenant à une catégorie lexicale majeure ou affixale lors d’une opération dérivationnelle ou dans un contexte phonologique*” (CORBIN, 1987, p. 285).

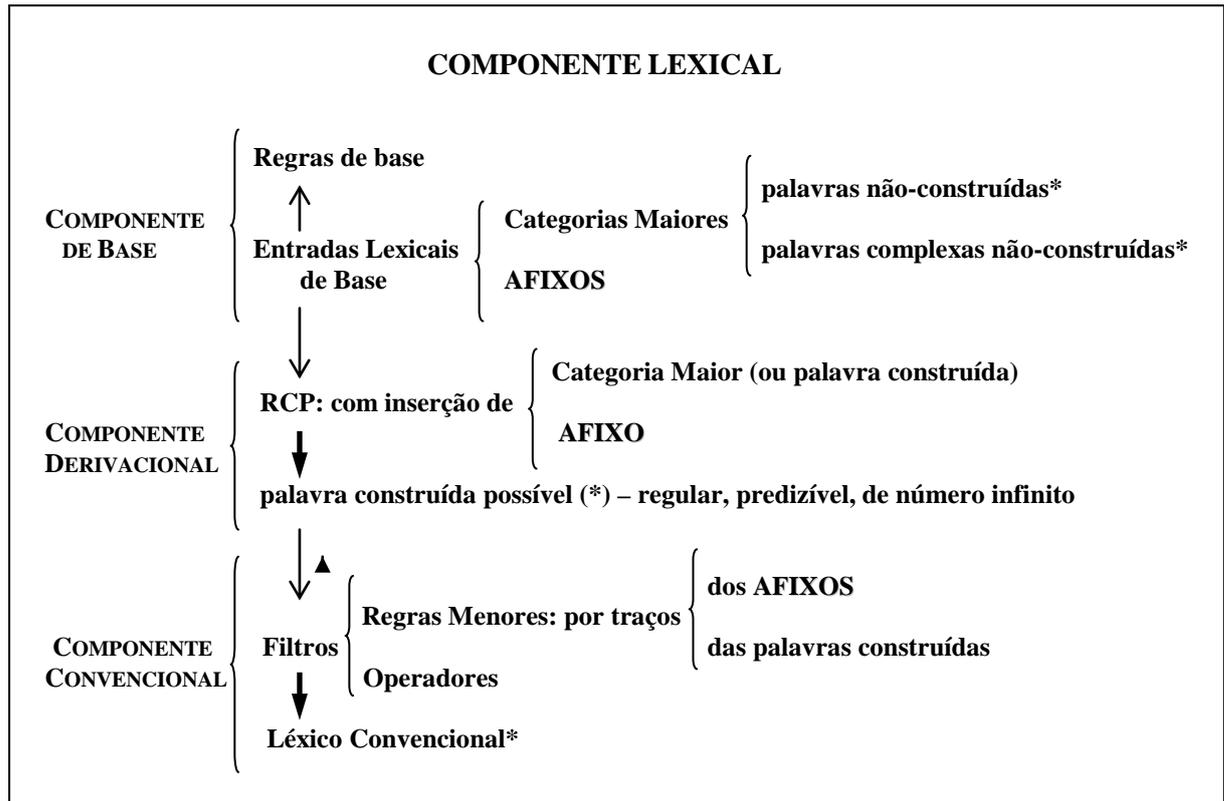
³³ Truncamento é definido como “*l’effacement d’un segment d’une base, construite ou non construite, dans un contexte dérivationnel, c’est-à-dire après un préfixe ou devant un suffixe*” (CORBIN, 1987, p. 341).

³⁴ Para uma abordagem mais detalhada dos operadores do Componente Convencional, bem assim dos pressupostos teóricos da fase inicial do modelo construcional, sugerimos Santos (2006), pesquisa anteriormente realizada, que culminou com a dissertação de Mestrado.

³⁵ Como exemplo da aplicação de regras menores formais, podemos citar *batimento*, em que a alomorfia é destravada pela proximidade do sufixo *-mento* (de traço ativo [A+]) à base *bater* (portadora do traço [+A]).

³⁶ A autora exemplifica RSM citando o sentido especializado de “conjunto de agentes que V” aplicado a um subconjunto de nomes deverbiais construídos com o sentido previsível de “ação ou resultado de V” (CORBIN, 1987, p. 373), como *administration* [*administração*]: “ação de administrar” (pela RCP) e “conjunto de pessoas que administra” (pela RSM).

³⁷ É o que acontece, por exemplo, com as palavras construídas com OM concorrentes (presentes no PM da mesma regra), sem que se explique a escolha e, conseqüentemente, a não atestação de palavras possíveis.



As setas simples (\leftrightarrow) indicam que os itens lexicais estão sujeitos à aplicação de operações linguísticas (regras e filtros); as setas cheias (\downarrow) apontam ao output das regras e operações linguísticas. Marcamos com asterisco (*) os itens lexicais passíveis de inserção lexical. É possível observar, ainda, que os itens afixais não são inseridos de forma isolada no léxico, e que nem toda palavra possível é atestada. (SANTOS, 2006, p. 72,73)

2.2.2 O caráter associativo e a atenção formal

Como temos visto neste capítulo, a associação entre forma e sentido é uma das principais características da Morfologia Construcional. Nosso objetivo nesta seção é mostrar que, embora ciente da construção conjunta de forma e sentido das palavras, a primeira fase do modelo dedica maior atenção às questões formais envolvidas na construção das palavras.

Quando se fala em construção conjunta da forma e do sentido das palavras, é importante entendermos que a construção das palavras se dá pela atuação de uma operação morfológica (OM) sobre uma base, que se faz concomitantemente à atuação de uma operação semântica (OS) própria da regra que é aplicada. Essa “associação” justifica a predizibilidade formal e semântica das palavras construídas. Entretanto, não é desconsiderada certa assimetria nessa relação: embora o sentido da palavra seja sempre predizível a partir de sua estrutura

morfológica (base + OM) (CORBIN, 1987, p. 221), a forma é apenas parcialmente predizível pelo sentido (CORBIN, 1987, p. 232), pois a OS inerente a uma RCP pode se concretizar através de uma ou outra OM do paradigma morfológico daquela regra. Nos termos de Corbin (1987, p. 242): “à chaque affixe n’est associé qu’un sens; à chaque sens peuvent être associés plusieurs affixes”³⁸.

Não seria equívoco salientarmos aqui outro aspecto de assimetria quanto ao caráter associativo entre forma e sentido: ainda que as questões semânticas perpassem cada um dos três níveis do Componente Lexical, vemos que na proposta inicial do modelo maior esforço é dispendido para explicar os fenômenos relativos à estrutura morfológica das palavras construídas. Isso é visto tanto no que concerne às sub-regularidades, quanto às situações de idiosincrasias, ambas apresentadas no Componente Convencional.

De fato, enquanto apenas uma regra menor se refere ao sentido das palavras (RSM), são duas regras menores que se ocupam com as sub-regularidades formais (Regra de Alomorfia e Regra de Truncamento). Além disso, o Aplicador de Idiosincrasias (A.I.) parece mais direcionado aos fenômenos formais, respondendo, por exemplo, pelo emprego de segmentos parasitas, desprovidos de sentido (CORBIN, 1987, p. 236). Não há, entretanto, sentido atualizado nas palavras construídas que não se associe, de alguma maneira, ao sentido predizível pela operação semântica (OS) da respectiva RCP. Os dois casos de A.I. de natureza semântica mencionados pela teoria (o sentido técnico e as formas duplas) mostram-se, na verdade, mais como casos de aplicação do Seleccionador, ao escolher qual acepção de sentido (associada à OS da regra) será atestada pela palavra construída.

A atenção formal que verificamos neste momento inicial do modelo construcional se manifesta pelo estudo aprofundado da estrutura morfológica das palavras construídas, acompanhado da rigidez própria das regras e restrições, respondendo pela descrição dos elementos e fenômenos lexicais. Com certa facilidade, a descrição linguística proposta pelo modelo requer que se lance mão da noção de homonímia. Diferente da polissemia, em que um sentido deriva de outro, na homonímia os sentidos de itens lexicais aparentemente iguais são claramente dissociados um do outro. São reconhecidas três situações de palavras homônimas: (a) palavras com aparência formal idêntica, mas com estruturas internas diferentes (em geral,

³⁸ Assim, se nos for dado o sufixo -ção para construirmos uma palavra com a base *agitar*, podemos prever o sentido a ser inerentemente associado como “ação de V” (*agitação*); mas dado o sentido “ação de agitar”, apenas a base da palavra a ser construída é conhecida, a qual podem ser aplicadas as várias OM concorrentes, pertencentes ao paradigma da RCP de nominalização verbal (*agitação*, *agitamento*, *agito*, por exemplo).

uma delas não é palavra construída na língua)³⁹; (b) palavras construídas sobre bases homônimas⁴⁰; e (c) palavras construídas com itens afixais homônimos, ou seja, que atuam em RCPs diferentes⁴¹.

Conforme observamos nesta seção, os primeiros estudos em morfologia construcional, trazidos em Corbin (1987), parecem ocupar-se com maior discussão e detalhamento acerca das questões formais e da estrutura morfológica das palavras, enquanto sobre as questões semânticas ainda não muita coisa é dita, demandando mais estudos a serem desenvolvidos, o que realmente passa a ser objeto das pesquisas que se seguem. É o que veremos na próxima seção.

2.2.3 Atualização do modelo: estudos semânticos

O modelo SILEX de estudos morfológicos, desde seu início, não se declara fechado, uma vez que os fenômenos linguísticos merecem investigação constante e aprofundada. Os trabalhos da equipe coordenada por Danielle Corbin levaram, então, à atualização da proposta inicial, com a publicação da revista *Lexique 10* (CORBIN, 1991). Na presente seção, pretendemos abordar as alterações trazidas nessa fase intermediária⁴², considerando, além da reorganização do Componente Lexical em quatro níveis hierárquicos (e não mais em três, como no texto inaugural), outros três aspectos que se mostram relevantes ao avanço do modelo: (a) o desenvolvimento dos estudos semânticos relativos aos itens lexicais e à construção das palavras; (b) a flexibilização da “restrição de obrigatoriedade categorial” na aplicação das regras de construção de palavras; e (c) o reconhecimento de novos tipos de itens lexicais.

Um dos aspectos revisados em 1991 foi a estratificação do Componente Lexical, identificando-se agora um Componente Pós-Derivacional, responsável por sub-regularidades

³⁹ Como exemplo de palavras homônimas com estrutura interna diferente, podemos citar *apartamento1* (“ação de se apartar”, construída com base verbal seguida do sufixo –mento) e *apartamento2* (“moradia”, palavra não construída em português, tomada por empréstimo do francês *appartement*).

⁴⁰ Exemplificamos casos de palavras construídas sobre bases homônimas com *carpição1/carpimento1* (“ação de carpir1”, capinar a terra) e as formas *carpição2/carpimento2* (“ação de carpir2”, chorar).

⁴¹ Retomamos aqui exemplos de afixos homônimos já vistos no capítulo anterior: em *armamento1* (“ação de armar”), temos o sufixo –mento1 deverbal, enquanto que em *armamento2* (“coleção de armas”) temos o sufixo denominativo –mento2.

⁴² Como não se trata de um segundo modelo, independente do modelo inicial, optamos por usar o termo apresentado por Margarita Correia no primeiro capítulo de sua dissertação (CORREIA, 1999, p. 20) para referirmo-nos ao período de 1991 (publicação de *Lexique10*) até 1997 (publicação de *Silicales*).

lexicais, que se encontram entre as regularidades predizíveis da aplicação das RCP no Componente Derivacional e as irregularidades próprias do Componente Convencional. Com a nova proposta de hierarquização lexical, temos na abrangência pós-derivacional as regras de Truncamento morfológico (motivado morfológicamente) e as regras de Integração Paradigmática (pela inclusão de segmentos com informação categorial). O Truncamento fonológico e as regras de Alomorfa passam a ser reconhecidas como operações próprias do Componente Fonológico⁴³. Resulta daí que no Componente Convencional, agora, há apenas os dois filtros de aplicação *ad hoc*: o Aplicador de Idiossincrasias e o Seleccionador (CORBIN, 1991, p.23).

Convém tecermos aqui algumas observações com relação às três frentes de atualização da proposta mencionadas. Devido ao caráter associativo do modelo, era evidente a necessidade de um reclinar-se maior sobre as questões semânticas (a), levando ao reconhecimento de que os itens afixais trazem às palavras construídas um “sentido predizível específico da operação morfológica”. O avanço nos estudos semânticos revela também a complexidade da construção do sentido, que se dá a partir de fatores linguísticos predizíveis pela regra e por adaptações referenciais, entendidas então como adaptações pragmáticas do sentido predizível da palavra construída (CORBIN, 1991, p. 12).

Outra importante alteração teórica proposta nesta fase intermediária é a flexibilização da “restrição de obrigatoriedade categorial” (b), como vemos na Introdução de *Lexique 10*:

La plupart des RCM obéissent à un principe d’unicité catégoriale (...). Dans l’état actuel de nos connaissances, il semble que **ce principe ne s’applique pas** dans les cas suivants: (i) celui de la RCM “évaluative” (...); (ii) celui de la plupart des règles auxquelles sont associés des prefixes à sens prépositionnel ou adverbial” (CORBIN, 1991, p. 21, grifos nossos).

Os dois casos citados pela autora, quais sejam, a construção dos avaliativos (diminutivos e aumentativos) e o emprego de palavras com prefixos de sentido preposicional ou adverbial⁴⁴, têm em comum o fato de serem regras homocategoriais, ou seja, a categoria da base é mantida na palavra construída. O fundamental aí é que seja garantido o mesmo efeito

⁴³ Com o avanço dos estudos até 1991, é reconhecida com mais clareza a interação do Léxico com outros componentes da gramática (especialmente o Componente Semântico e o Componente Fonológico).

⁴⁴ A autora traz: (i) como exemplos de avaliativos de categorias diferentes, construídos pela mesma regra: *maisonnette_N*, *volet(er)_V*, *propret_A*; e (ii) como exemplos de palavras construídas por prefixos preposicionais ou adverbiais: *surprotéger_V*, *surfin_A*, *surhomme_N* (CORBIN, 1991, p.21).

semântico nas palavras construídas, independentemente da sua categoria, evitando-se assim a reduplicação de afixos homônimos.

Destacamos ainda que esta fase intermediária dos estudos construcionais traz inovação também no que toca aos itens lexicais (c), com a identificação de “integradores paradigmáticos” (elementos de carga categorial, mas não semântica) e com a inclusão de palavras ditas “transcategorizadas”, ou seja, provenientes de outros componentes da gramática e que assumem uma categoria maior. Os primeiros são apresentados pela autora como “présence superficielle de segments affixoides non nécessaires à l’interprétation sémantique” (CORBIN, 1991, p. 14), mas justificados pela capacidade de inserção da palavra construída numa categoria específica esperada⁴⁵. O segundo tipo acolhe grupos sintáticos que sofreram congelamento, eventualmente submissos a regras semânticas de metáfora ou metonímia e também palavras resultantes da passagem de uma categoria verbal flexionada a uma categoria nominal (do infinitivo) ou adjetival (do particípio) (CORBIN, 1991, p. 20)⁴⁶.

No quadro abaixo, sintetizamos as alterações trazidas por Corbin (1991), as quais representam sensível atualização ao modelo:

ATUALIZAÇÃO DO MODELO: CORBIN, 1991(*Léxique10*)

- **Estratificação quaternária do Componente Lexical:** Componente Pós-derivacional
 - inclui: ‘truncamento morfológico’ e ‘integração paradigmática’;
 - exclui: ‘alomorfia’ e ‘truncamento fonológico’
- **Desenvolvimento semântico:** ‘sentido predizível específico ao processo morfológico’
- **Flexibilização da ‘restrição de unicidade categorial’:** avaliativos e prefixos preposicionais
- **Novos tipos de itens (lexicais):** palavras ‘transcategorizadas’ e integradores paradigmáticos

⁴⁵ O segmento –al de *antigripal* pode ser citado como exemplo de integrador paradigmático, pois embora não participe da construção do sentido da nova palavra, responde por sua inserção na categoria adjetival.

⁴⁶ Como exemplo transcategorial em português, podemos citar “bom-mocismo”, expresso na capa da revista *Veja* de 02/02/2011 (capa: “A reinvenção do bom-mocismo”). Nesse caso, o congelamento de um grupo sintático (bom moço) garantiu-lhe o estatuto lexical (de categoria maior e com valor semântico), capacitando-o a tornar-se base para a sufixação em –ismo.

2.3 O MODELO CONSTRUCIONAL NA SUA VERSÃO MAIS RECENTE

A terceira grande seção deste capítulo tem por objetivo apresentar o desdobramento do modelo, cientes de que a sua natureza investigativa abre espaço a adaptações, revisões e constante atualização no que concerne aos estudos morfológicos do léxico. Se com a publicação de *Lexique 10*, em 1991, observamos alterações à proposta de 1987, temos a partir da publicação de *Silexicales*, em 1997, e de outros artigos de Danielle Corbin (CORBIN, 1997b, 1997c), um novo olhar sobre os fenômenos ligados à construção lexical.

Para isso, estruturamos a seção em três partes: de início abordaremos as características específicas deste momento dos estudos construcionais e definições relativas aos indivíduos lexicais (seção 3.2.1); segue-se uma grande seção que tratará da semântica das unidades lexicais construídas e da existência de lacunas lexicais (seção 3.2.2); culminando com as informações afixais e sua influência na construção lexical (seção 3.2.3).

2.3.1 Caráter construcional do modelo

Nesta seção traremos questões de especial relevância ao quadro teórico estudado por revelarem, sem prejuízo aos princípios e características apresentados na tese de 1987, um novo posicionamento face ao caráter gerativista e derivacional adotado pelo modelo. Neste novo momento do quadro teórico, verificamos: (a) o seu distanciamento das características mais gerativistas de análise morfológica; e (b) a clareza quanto à sua identificação como “morfologia construcional”, em oposição a uma morfologia derivacional.

Sem negar o inatismo e o objetivo de descrição da competência derivacional, próprios da gramática gerativa, a trajetória teórica proposta por Danielle Corbin e pesquisadores do SILEX (a) se distancia dos “desenvolvimentos que os modelos de morfologia representativos da escola gerativa têm apresentado nos últimos anos” (CORREIA, 1999, p. 24). Dois aspectos justificam esse distanciamento e autonomia do modelo construcional: ele não se limita à aplicação dos moldes sintáticos à análise da formação de palavras e, dada a sua natureza associativa, não admite uma supervalorização das propriedades formais ou estruturais das palavras em detrimento das suas propriedades semânticas (CORBIN, 2004, p. 55). Conforme e autora, a perspectiva associativa, segundo a qual entendemos que a relação entre a estrutura

e o sentido das unidades lexicais construídas é motivada, é “la seule façon pour théorie linguistique d’être non seulement un traitement mais une explication des faits qui constituent son objet” (CORBIN, 2004, p. 56). Essa “explicação”, possível devido ao caráter associativo do modelo, se dá a partir do desenvolvimento dos estudos semânticos das palavras construídas, paralelo à estratificação dos dados observáveis, que permite ao linguista distinguir diferentes níveis de regularidades na língua, aparentes ou não.

Outra questão que merece ser abordada ao tratarmos da fase mais atual do quadro teórico proposto por Danielle Corbin e equipe é a clareza na identificação do modelo como ‘morfologia construcional’ (b), em distinção ao que até então era tomado como ‘morfologia derivacional’, o que evita a ambiguidade terminológica por entender-se que ‘derivação’ se opõe tanto à flexão quanto à composição. De fato, os itens flexionais, com atuação limitada aos aspectos formais, visando à inserção sintática, não influenciam na construção do léxico propriamente dita (o que inclui o aspecto semântico da unidade lexical)⁴⁷. Entretanto, como domínio da Gramática que trata da formação de unidades lexicais, a Morfologia Construcional não pode desconsiderar a composição entre as operações de construção de lexical⁴⁸. Uma vez que a composição não pertence à abrangência da derivação, a proposta teórica em questão já não pode mais ser considerada como modelo derivacional de estudos do léxico, assumindo-se, então a partir da perspectiva “construcional”.

A inclusão da composição na construção de unidades lexicais está vinculada ao reconhecimento de que, além dos afixos, há outros itens menores que uma unidade lexical autônoma inventariados no Componente de Base. Convém, então, mencionarmos aqui as definições relativas aos “indivíduos lexicais”, tal como proposto por Danielle Corbin nas publicações após 1997, incluindo as “unidades infralexicaais” e as “unidades lexicais” propriamente ditas, com ênfase nas unidades construídas na língua. Em obra ainda não publicada de Danielle Corbin, citada na apresentação de *Lexique 16* e referida por pesquisadores da morfologia construcional⁴⁹, a autora usa o termo “indivíduos lexicais” para referir-se às

⁴⁷ A flexão situa-se, assim, na interface com o componente sintático.

⁴⁸ Conforme Corbin (1999, p. 8 e 9), quatro são as operações de construção lexical específicas ao componente morfológico: (a) afixação; (b) a composição (erudita e não erudita); (c) a conversão; e (d) os processos de deformação (operam contra a integridade fonológica da unidade lexical).

⁴⁹ Além da tese inicial, publicada em 1987, Danielle Corbin escreveu um outro livro, intitulado “Le lexique construit. Méthodologie d’analyse”, que ainda aguarda publicação. Essa nova obra traz a visão mais recente do modelo acerca do léxico construído, fundamentando os trabalhos que se seguem por autoria dos pesquisadores em morfologia construcional. Dada a restrição de acesso ao conteúdo do livro em sua íntegra, a fim de conhecermos as discussões e constatações veiculadas ali, fundamentais ao entendimento desta fase mais atual do

unités de la langue (em nombre non fini) intrinsèquement pourvues d'un ensemble de propriétés identitaires, caractéristique que les distingue des expressions syntaxiques dont les propriétés définitoires ne sont pas préalables à la construction de l'énoncé. (CORBIN, a publicar, Cap. II, apud: P.CORBIN, 2004, p. 27, nota 64)

Nas palavras da autora, os indivíduos lexicais têm por principal característica o fato de serem portadores de 'propriedades identitárias' intrínsecas, anteriores e independentes à construção dos enunciados. Correia (1999) menciona sete tipos de propriedades inerentes aos indivíduos lexicais e que os definem, salientando que “nem todas [as propriedades] têm o mesmo poder identificador” (CORREIA, 1999, p. 27): as propriedades históricas (ou etimológicas), as flexionais (formas instanciadas dos indivíduos) e as combinatórias (referente à distribuição sintática) têm menor poder identificador; enquanto que as propriedades formais, as estruturais (aplicadas apenas às unidades construídas), as semânticas (relativas ao significado lexical) e as categoriais mostram-se mais fortes na identificação dos indivíduos lexicais.

Corbin (1999, p. 70) propõe que os indivíduos lexicais sejam classificados a partir de dois critérios: (i) critério sintático: quanto à sua capacidade de ocupar posição sintática atômica, podem ser “unidades lexicais” (com autonomia sintática) ou “unidades infralexicaais” (menores que uma unidade); e (ii) critério semântico: quanto à natureza do seu sentido, podem ter “sentido descritivo” (descrevem uma categoria conceitual) ou “sentido instrucional” (revelam de uma forma específica um dado referente). Tais critérios nos levam à seguinte tipologia de unidades do léxico:

- a) unidades lexicais com sentido descritivo: N, V e A prototípicos;
- b) unidades lexicais com sentido instrucional: determinantes, preposições etc;
- c) unidades infralexicaais com sentido descritivo: constituintes eruditos do grego ou do latim (proctoconstituintes), unidades lexicais truncadas nas palavras compostas⁵⁰ (fractoconstituintes⁵¹);
- d) unidades infralexicaais com sentido instrucional: afixos.

modelo, é necessário que lancemos mão de textos de outros pesquisadores, como Pierre Corbin e Margarita Correia, entre outros, bem assim textos da própria Danielle Corbin escritos a partir de 1997.

⁵⁰ Como exemplo de constituinte erudito, Corbin (1999, p.70) cita *anthrop-* e cita *euro-* para exemplificar uma unidade lexical francesa truncada empregada em palavras compostas.

⁵¹ Os termos “proctoconstituinte” e “fractoconstituinte” são mencionados em Correia (1999) e Corbin (2004).

Temos, a partir daí, o conceito de “unidade lexical” reconhecido nesta nova fase:

Je propose de définir une unité lexicale comme une séquence linguistique associée ou associable de façon stable, hors contexte, à un sens et porteuse d’une catégorie que l’autorise à occuper dans des énoncés une position syntaxiquement atomique. (CORBIN, 1997a, p. 81)

As principais características de uma unidade lexical (doravante, UL), independentemente do contexto, são, assim, a associabilidade da sequência linguística a um sentido e o fato de ser portadora de uma categoria que lhe permita a posição de átomo sintático nos enunciados. Essa definição de UL é referência para as demais pesquisas em morfologia construcional, sendo posteriormente retomada: no seu texto a publicar, Danielle Corbin define “unidades lexicais” da seguinte forma:

expressions linguistiques que, quels que soient leur structuration interne, leur extension et leur sens, constituent tout à la fois des unités du lexique – et en particulier la classe à laquelle appartiennent les produits du composant morphologique de la grammaire – et les unités minimales des configurations syntaxiques (CORBIN, a publicar, Cap. II, apud: P.CORBIN, 2004, p. 27, nota 62)

Independentemente de sua estrutura interna e de seu sentido, as ULs constituem-se em unidades do léxico, sendo também unidades mínimas da sintaxe. A referência aos “produtos do componente morfológico da gramática” nos remete à noção de “unidade lexical construída”, cuja definição merece especial atenção no modelo construcional:

On peut définir une unité lexicale construite comme une unité lexicale dont le sens, la forme et/ou la structure résultant d’une ou plusieurs opérations linguistiques. Cette propriété se marque par une motivation réciproque de la forme (et/ou de la structure) et du sens. (CORBIN, 1997c, p. 7)

A natureza associativa do modelo, presente desde sua fase inicial, é evidenciada na construção lexical, que se dá a partir de operações linguísticas que atuam simultaneamente sobre os aspectos formais (e/ou estruturais) e sobre os aspectos semânticos da nova unidade. Em outras palavras, uma UL só é construída se, além da atualização do seu sentido, também a sua forma e/ou sua estrutura forem construídas (CORBIN, 2004, p. 56). E isso pode se dar através de quatro tipos de operações de construção lexical específicas ao Componente

Morfológico: (a) a afixação; (b) a composição (erudita e não-erudita); (c) a conversão; e (d) os processos de deformação das ULs. Entre essas operações, a “afixação” é aquela que mais interessa à presente tese, sendo definida como “application à une base d’un opérateur de construction de mots obéissant à des contraintes déterminées et porteur d’une instruction sémantique spécifique” (CORBIN, 1999, p. 8; e 2004, p. 58). Sabemos que os operadores de construção de palavras mencionados aqui são os afixos, que se caracterizam como “unidades infraléxicais”, definidas em conformidade com a tipologia de indivíduos léxicais já apresentada:

individus lexicaux de rang inférieur à la catégorie UL [=unité lexicale] dont les propriétés catégorielles interdisent l’insertion en position d’atomes syntaxiques (CORBIN, a publicar, Cap. II, apud: P.CORBIN, 2004, p. 27, nota 63)

Sendo menores do que uma UL, esses indivíduos se caracterizam por serem portadores de uma categoria que não lhes permite assumir posição de átomo sintático. Sua inserção nos enunciados se dá a partir da atuação nas operações morfológicas de construção de ULs. As unidades infraléxicais revelam-se, assim, específicas à morfologia, sem que a sintaxe tenha acesso a elas (CORBIN, 1999, p. 8).

Nesta seção, apresentamos de forma sucinta os tipos de indivíduos léxicais, com destaque àquilo que caracteriza as unidades léxicais e as unidades infraléxicais na língua. Na próxima seção (2.3.2) trataremos de forma mais detalhada do significado das unidades léxicais da língua, deixando para abordar o aspecto semântico das unidades afixais na seção 2.3.3.

2.3.2 Semântica das unidades léxicais (e lacunas léxicais)

Conforme observamos na seção 2.2.2, embora tratando-se de um modelo associativo, a proposta inicial dada em Corbin (1987) mostra-se primeiramente mais atenta aos aspectos formais da construção de palavras. Foi justamente a necessidade de aprofundamento acerca do sentido das palavras construídas que marcou a continuidade dos estudos construcionais – de forma tênue na atualização da proposta em 1991 e com mais impacto a partir de 1997. O desdobramento do modelo verificado a partir de então tem como uma de suas maiores

características o avanço no que se refere ao significado dos indivíduos lexicais e sua influência nos fenômenos linguísticos. É, pois, indiscutível a importância dos aspectos semânticos associados às unidades lexicais a ponto de, como veremos nesta seção, influenciar (a) nos aspectos categoriais e (b) referenciais das unidades lexicais construídas.

a) Quanto à influência do significado sobre a categoria das unidades lexicais construídas:

É inegável que as reflexões e novas constatações acerca do sentido dos indivíduos lexicais, decorrentes da continuidade das pesquisas construcionais, afetam também o conhecimento sobre o aspecto categorial das unidades lexicais e das infralexicais. Vimos, já na fase intermediária do modelo (CORBIN, 1991), a fragilidade da obrigatoriedade de unicidade categorial na aplicação das RCPs como consequência do reconhecimento de que os afixos são portadores de instrução semântica específica. Pierre Corbin remete, agora, ao abandono do “princípio de unicidade categorial”, decorrente da associação da operação semântica a cada operador construcional e do poder de atuação dessa instrução semântica afixal na constituição do léxico. O autor salienta que Danielle Corbin é clara ao assumir que “n’est plus possible de soutenir tel quel un ‘principe d’unicité catégorielle’” (P. CORBIN, 2004, p. 34).

Fato é que a rigidez categorial do princípio apresentado em 1987 acabava por reduplicar afixos de mesma forma e sentido. O caráter descritivo da atualização do modelo (em 1991) mostrou dois casos em que o efeito semântico de uma regra se mantém, ainda que as bases pertençam a categorias diferentes. As pesquisas construcionais mais recentes (após 1997), entretanto, revelam mais intensamente a natureza explanatória do modelo, encontrando, no conhecimento semântico do léxico, fundamentação para as restrições categoriais envolvidas na construção morfológica das palavras. É o aspecto semântico envolvido na construção das ULs e especialmente a informação semântica afixal que impede a multiplicidade categorial na aplicação das operações construcionais:

Sauf intervention d’une contrainte plus forte, l’instruction sémantique dont les affixes sont porteurs détermine leur instruction catégorielle, et donc la catégorie des mots qu’ils servent à construire, en connexion avec les types sémantiques et catégoriels de bases sur lesquelles leur instruction sémantique les autorise à s’appliquer. (CORBIN, 1999, p.71)

A citação acima revela a supremacia do aspecto semântico, pois a instrução semântica afixal afeta de forma determinante tanto a instrução categorial do afixo, quanto a categoria da nova UL e também a seleção das bases a que um afixo se aplica. Essa visão mais semântica aplicada sobre a categorização afixal se justifica porque algumas operações semânticas são tomadas como específicas aos prefixos (as quais não trazem alteração do referente da base e, por isso, é mantida a categoria na ULC), enquanto outras são próprias das formas sufixais. Não raro, as operações de sentido que atuam através de sufixos (noção relacional e de denominação, por exemplo) requerem mudança categorial⁵², o que explica que “les suffixes apparaissent plus typiquement associés aux combinaisons hétérocatégorielles que les prefixes” (CORBIN, 1999, p. 72); mas também há sentidos manifestos por sufixos (como o sentido avaliativo) em que se vê a conservação referencial, a qual é refletida, então, na conservação da categoria da base.

Conclui-se, daí, que as informações de sentido trazidas pelos itens afixais e a forma como tais dados semânticos agem sobre as bases se refletem, então, na categoria das palavras construídas e na relação categorial associada à regra.

b) Quanto à influência do significado sobre os aspectos referenciais:

Vemos a supremacia do aspecto semântico envolvido na construção lexical tanto sobre o aspecto categorial como também sobre os aspectos referenciais das unidades lexicais. Em razão disso, nos ocuparemos aqui com o sentido das ULs, em especial das unidades construídas na língua, considerando a relação entre o sentido morfológicamente construído e o sentido referencial (que remete ao emprego da UL). O estudo do léxico, nesta fase mais recente do modelo construcional, não se limita à forma/estrutura e sentido das ULs, mas atenta também para a utilização dessas ULs, envolvendo sua capacidade de referir e a adequação e/ou pertinência de seu emprego (CORBIN, 1997a, p. 82).

Conforme Corbin (2004, p.56), não há coincidência completa entre o sentido construído da UL e o referente que deve ser apreendido pela realidade linguística. Por essa

⁵² Como operações semânticas próprias dos prefixos temos as noções de “localização espacial e temporal”, de “negação/privação/oposição” e de “quantificação”; por outro lado, como operações semânticas mais propriamente sufixais temos: “noção relacional”, “avaliação”, “coletivização”, “denominação de um processo” e “denominação do argumento de um processo” (CORBIN, 1999, p. 71).

razão, é própria da natureza da língua, e especificamente da construção lexical, a relação entre o que é apresentado no léxico (as propriedades linguísticas da UL, tais como forma, estrutura, categoria e sentido construído) e o que é referido (a referencialidade da UL):

Le sens lexical d'une unité construite est le produit de la combinaison des propriétés sémantiques que confère à cette unité l'opération qui l'a construite (sens construit) et des propriétés résultant de l'utilisation de cette unité pour dénommer un ou plusieurs référents (sens référentiel). Le sens construit ne détermine que partiellement l'utilisation référentielle des unités. (CORBIN, 2004, p. 57)

Vemos que o sentido lexical de uma unidade construída se faz pela combinação do sentido construído com o sentido referencial, em que aquele, ainda que parcialmente, condiciona/orienta a aplicação do segundo: o sentido referencial precisa do sentido construído, caracterizando-se como a adequação deste à denominação de categorias conceituais (CORBIN, 1997c, p. 11). Por 'sentido construído' entende-se o conjunto das propriedades semânticas envolvidas na operação de construção da UL (com origem em uma operação linguística que envolve também a construção formal/estrutural). O 'sentido referencial', por outro lado, é o conjunto das propriedades semânticas que autorizam a associação da nova unidade, fora do contexto, a um ou mais referentes – em outras palavras, relaciona a unidade com aquilo que ela nomeia (CORBIN, 1997c, p. 11).

Ocorre, entretanto, que a relação entre as propriedades linguísticas (relativas ao sentido construído) e as propriedades referenciais (de sua aplicação) não é biunívoca, pois um sentido construído pode denominar mais de um referente. Uma forma polirreferencial é explicada, assim, pelo fato de um único sentido morfológicamente construído ser aplicado a diversos sentidos referenciais (CORBIN, 1997c, p. 30). É o que se vê em *laitier / laitière*, UL que denomina entidades cuja principal característica é sua relação utilitária com leite, como profissionais, animais mamíferos, veículos de transporte e recipientes (CORBIN, 1997c, p. 22). A autora cita também outra possibilidade polirreferencial, em que os referentes podem ser associados a diferentes sentidos morfológicamente construídos, ainda que com a mesma forma. Ela exemplifica pela diferença entre dois adjetivos que têm a forma *laitier*, mas são construídos sobre bases diferentes: em *produit laitier*_{A1}, o adjetivo subcategoriza, entre todos os produtos, aqueles provenientes da transformação do *lait*_N (base morfológica), enquanto que em *beurre laitier*_{A2}, considerando-se que toda manteiga vem do leite, o adjetivo subcategoriza

o produto fabricado industrialmente pelo *laitier*_N (base morfológica), diferenciando-se da manteiga fabricada artesanalmente pelo fazendeiro (CORBIN, 1997c, p. 16).

O modelo teórico permite, ainda, contrastar a polissemia e a polirreferência (CORBIN, 2004, p. 64): enquanto que na polirreferência muitos sentidos referenciais correspondem a um só sentido construído (como *laitier/laitière*, por exemplo), a polissemia se caracteriza pelo fato de uma UL corresponder a mais de um sentido construído, por submeter-se a operações regulares de construção de sentido, como as operações de natureza metafórica, que podem atuar tanto sobre o sentido de unidades não construídas na língua, como na construção do sentido de palavras construídas (CORBIN, 1997c, p. 12).

A aplicação de operações semânticas leva, então, a dois casos possíveis de polissemia (CORBIN, 1997c, p. 30): (a) quando a operação semântica atua diretamente sobre a unidade construída, como em *prunelle*, que traz o sentido primeiro de “pequena ameixa”, o qual sofre operação semântica, assumindo o sentido também de “pupila dos olhos”; e (b) quando a operação semântica atua em um momento anterior, na sua base, fazendo com que se tenha, na verdade, mais de um sentido da base. E, uma vez que “les mots construits peuvent être construits sur divers sens de leur base” (CORBIN, 1997c, p. 27), a polissemia na base pode levar a unidades construídas que sejam polissêmicas. Isso é ilustrado em *champignon laiteux*, em que não se trata de um champignon cheio de leite, mas caracterizado por produzir um suco metaforicamente denominado “leite₂”, que evoca as propriedades do leite₁ produzido pelos animais – a base já tem dois sentidos: ‘leite dos mamíferos’ e, por metáfora, ‘suco dos vegetais’. Vemos que, num e noutro caso, a operação metafórica, seja sobre a palavra construída (*prunelle*), seja sobre a base (*lait*), destaca as propriedades aspectuais dos referentes (CORBIN, 1997c, p. 12). De fato, a metáfora se caracteriza por ativar uma ou mais propriedades estereotípicas de um referente nomeado pelo sentido primeiro da UL (CORBIN, 1997c, p. 21).

É considerando as noções de sentido construído e de sentido referencial que Danielle Corbin propõe o Dicionário Derivacional do Francês – DDF, a fim de explicitar a forma como os sentidos construídos das ULs permitem orientar os seus sentidos referenciais (CORBIN, 2004, p. 63). O DDF tem por objetivo colocar em prática a teoria morfológica desenvolvida ao longo dos anos. São estabelecidas, então, as relações hierárquicas entre as ULs de uma mesma família a partir das operações morfológicas e semânticas envolvidas na sua construção e no seu emprego, permitindo que sejam revelados, assim, não só os diversos sentidos

possíveis associados à unidade (os casos de polissemia), mas também a sua adequação e uso, evidenciando seus sentidos referenciais (e casos de polirreferência).

Nesse artigo mais recente, que apresenta o DDF, Danielle Corbin torna a ressaltar a importância das propriedades referenciais e das propriedades linguísticas de uma UL para que essa tenha existência no léxico atual, o qual é entendido como o conjunto de palavras disponibilizado pela língua, atestado nos dicionários⁵³ e correspondendo à competência linguística do falante (CORBIN, 2004, p. 62). Em oposição ao léxico atual, o modelo apresenta a noção de “léxico não atual”, formado pelo “ensemble des lacunes, quel que soit leur statut” (CORBIN, 1997a, p. 80). Cabe ao linguista ater-se também às “lacunas lexicais”, ou seja, aos motivos que levam à não atualização de palavras na língua.

É bem verdade que são as propriedades gramaticais de cada unidade que revelam a conformidade dessas palavras com o padrão da língua. Mas o critério de boa formação não é suficiente para identificar as unidades que são atualizadas e as não atualizadas na língua: assim como encontramos no léxico atual alguns indivíduos parcialmente mal formados, o léxico não-atual inclui unidades bem formadas, que se constituem em “léxico virtual” na língua. Assim, enquanto o critério de atualização nos revela a existência de um léxico atual e de um léxico não atual, o critério de boa formação permite-nos distinguir que há unidades bem formadas e unidades mal formadas na língua (tanto atualizadas como não).

No que toca ao léxico não atual, Danielle Corbin propõe uma tipologia de lacunas lexicais, que sintetizamos no quadro abaixo:

Tipologia das Lacunas Lexicais (léxico não atual):

- **Lacunas acidentais** (léxico virtual): unidades lexicais bem formadas, mas não atualizadas
- **Lacunas não acidentais:** não atualizadas por...
 - motivação linguística (infração à boa formação)
 - motivação referencial (sem referentes possíveis)

Conforme vemos no quadro acima, relativo à tipologia das lacunas lexicais, as palavras bem formadas, mas não atualizadas, correspondem ao léxico virtual, como “lacunas acidentais”, sendo palavras possíveis na língua; há, por outro lado, “lacunas não acidentais”,

⁵³ Conforme artigo publicado no *Sillexicales*, as palavras existentes requerem uma instância de atualização que possam autenticá-las, ao que considera especialmente os dicionários (CORBIN, 1997, p. 80).

que não são passíveis de serem atualizadas por serem motivadas gramaticalmente. Conforme a autora, a não atualização desses indivíduos pode ser: (a) motivada pela infração às condições de boa formação, como “*pommier_A*”, bloqueada semanticamente tanto em “*arbre pommier*” (pois há um hiperônimo intermediário – *arbres fruitiers*), como em “*fruitier pommier*” (a relação utilitária própria do sufixo –ier é redundante com *fruitier*); ou (b) motivada por restrições a “conditions générales que pèsent sur l’utilisabilité et l’actualisation des unités lexicales” (CORBIN, 1997a, p. 81), ou seja, a atualização é limitada por inadequação ou por não-pertinência referencial, como “*retuer*”, verbo sem referente, pois o prefixo *re-* remete à recorrência de um processo, impedindo uma interpretação única e ocasional, esperada pelo sentido da base (*matar*): não se pode matar duas vezes a mesma pessoa (CORBIN, 1997a, p. 83).

Vemos então uma interdição semântica (linguística) regendo uma impossibilidade de conceituação (que requer uma correspondência referencial). Como temos visto aqui, para que uma UL realmente exista na língua é preciso que ela tenha conformidade linguística e conformidade referencial. E a tentativa de relação entre os aspectos linguísticos, responsáveis pela boa formação das ULs, e o aspecto referencial (conceitual, de adequação e uso de tais unidades) pode falhar, dando lugar a lacunas lexicais. Assim, embora aparentemente sem infringir as exigências morfológicas, uma UL pode não ser atualizável devido a restrições culturais e conceituais.

2.3.3 Informações afixais na construção lexical

Nesta seção abordaremos algumas características e informações inerentes aos afixos, considerando especialmente os afixos derivacionais, os quais são assim definidos por Danielle Corbin:

Je définis un affixe dérivationnel comme une unité infralexical à sens instructionnel servant à la construction d’unités lexicales. Cette définition met en jeu trois propriétés qui caractérisent la notion par rapport respectivement aux unités lexicales, aux unités à sens référentiel et aux unités infralexicales à sens instructionnel ne servant pas à construire des unités lexicales. (CORBIN, 1997b, p. 79, grifo nosso)

Conforme vemos na citação, a definição de afixo derivacional é dada a partir de três atributos que revelam sua oposição às noções de: (a) unidade lexical; (b) constituintes com sentido descritivo (procto e fractoconstituintes); (c) afixos flexionais. A primeira propriedade que compõe a definição apresentada, sua identificação como uma “unidade infralexical”, pressupõe a noção de “unidade lexical” que, conforme vimos, têm um sentido que remete a uma categoria referencial e são portadoras de uma categoria que lhes permite ocupar posição sintaticamente atômica. Diferente disso, os afixos derivacionais são portadores da categoria “afixo”, que os impede de ocuparem posição sintática mínima (CORBIN, 2004, p. 60), ainda que por vezes possam ter o mesmo tipo de sentido de unidades autônomas⁵⁴.

A segunda propriedade dos afixos derivacionais apresentada, o fato de serem portadores de um sentido instrucional, distingue-os dos constituintes de composição erudita e de outros segmentos parte de bases (b), os quais conservam propriedades semânticas que lhes conferem um sentido referencial, remetendo diretamente a um referente (CORBIN, 1997b, p. 80). Os afixos, entretanto, não têm em si a capacidade de referir, mas trazem à palavra construída uma instrução semântica que lhe é relevante.

A terceira propriedade fala da importância dos afixos derivacionais na construção das palavras distinguindo-os dos afixos flexionais (c), que também são unidades infralexicais e também têm sentido instrucional. Entretanto, os afixos flexionais garantem apenas a manutenção da categoria e do sentido lexical da base a que se unem, enquanto que os afixos derivacionais respondem por uma diferenciação no sentido da base, capaz de fazer identificar uma nova unidade, ainda que nem sempre haja mudança categorial. O que ocorre na operação de derivação é que a palavra assim construída inaugura um novo sentido lexical, resultante da atuação da instrução semântica do item afixal somado ao sentido lexical da base.

Devido ao seu sentido instrucional, os afixos derivacionais têm dupla atuação na construção das palavras de uma língua, influenciando tanto no aspecto semântico como no aspecto referencial da nova UL. A informação instrucional dos afixos lhes permite efetuar operações semânticas sobre as bases, participando na construção do sentido lexical da nova palavra. Por outro lado, por atuarem em combinação com as bases, os afixos derivacionais também ajudam a tornar visíveis os referentes das palavras construídas (CORBIN, 2004, p.

⁵⁴ Algumas preposições e alguns prefixos podem ter o mesmo sentido, como remeter à operação de anterioridade [caso de *avant* (preposição, unidade lexical) e *pré-* (prefixo, unidade infralexical), exemplos trazidos por Corbin (1997b, p. 80)], mas, como se vê nesses exemplos, preposições e prefixos são diferentes quanto à autonomia sintática.

60). É verdade que o afixo em si não tem a capacidade de remeter a um referente, mas colabora para a referencialidade da palavra construída⁵⁵.

Convém salientarmos que, na construção de uma nova UL, está em jogo também a combinação da instrução semântica afixal com o sentido da base, envolvendo aí a relação com o referente da base (CORBIN, 1999, p. 74), fazendo com que sejam atualizados traços de sentidos diferentes, autorizados pelo processo de construção. Como exemplo é citado o prefixo *sous-*, cujo sentido geral de localizador tanto pode se referir a uma posição de inferioridade espacial em relação ao referente da base (como *sous-tasse* e *sous-sol*), quanto pode se referir a outra posição hierarquicamente inferior, conforme o sentido da base selecionada (como *sous-développé*, *sous-estimer* e *sous-chef*).

Reconhecidas as propriedades que definem e caracterizam os afixos derivacionais, é necessário que sejam identificados os tipos de informações que são trazidas por cada afixo, as quais não se esgotam no seu aspecto formal ou na sua instrução semântica, sendo, antes, dados que permitem definir especificamente cada item afixal⁵⁶. Como uma proposta de modelização e de normatização do estudo dos afixos (CORBIN, 1997b, p. 84), neste novo momento da Morfologia Construcional são identificadas essas oito classes de informações específicas que definem cada afixo (CORBIN, 2004, p. 60), ainda que nem todos esses pontos possam ser tomados para todos os afixos. Dada a sua importância na presente tese sobre as semelhanças e a distinção entre os sufixos *-ção* e *-mento*, passamos a apresentá-los aqui:

a) Variantes alomórficas: eventualmente empregadas sob condições contextuais específicas, podendo depender do contexto fonológico, do contexto morfológico ou mesmo de fatores mais complexos ainda não completamente descritos⁵⁷ (CORBIN, 1997b, p. 85).

b) Flexão: variações formais quanto ao número ou ao gênero lexical dos sufixos nominais, cabendo considerar-se também as restrições que regem sua distribuição.

c) Pronúncia: forma fônica do item afixal (e de suas eventuais variantes alomórficas e flexionais).

⁵⁵ A autora ilustra a participação do afixo: “ce n’est pas le suffixe *-aie* qui a pour sens “plantation”, mais les mots construits avec ce suffixe peuvent référer à des plantations” (CORBIN, 1997b, p. 81).

⁵⁶ Acontinuidade dos estudos e, em consequência, o conhecimento mais detelhado acerca dos itens afixais repercute na intenção de se elaborar um dicionário específico aos afixos derivacionais, apresentando, no corpo dos verbetes, as informações específicas trazidas pelos afixos.

⁵⁷ Corbin (1997b, p. 85) traz os exemplos de *-able* e *-ible* e também *-ité*, *-eté*, *-été* e *-té*, salientando, quanto à escolha de uma ou outra forma: “à ma connaissance, les principes de cette distribution ne sont pas encore découverts”.

d) Categoria [afixo]: permite diferenciar tais itens de outros formantes e elementos constituintes das palavras. Segue-se sua subcategorização como prefixo ou sufixo, que remete a características específicas e à posição em que é empregado em relação à base na construção das palavras.

e) História: podem tanto revelar mudanças de propriedades dos afixos no decorrer do tempo, como remeter às propriedades do seu étimo na língua de origem (CORBIN, 1997b, p. 87). Mesmo num modelo sincrônico, os dados históricos dos itens da língua são necessários especialmente para que se possa: (i) distinguir as palavras construídas na língua e aquelas não construídas, herdadas do latim e portadoras de ‘sufixos fósseis’, ou seja, “apenas reconhecíveis nas estruturas onde surgem, mas que não permitem a construção de palavras” (CORREIA, 1999, Cap. I)⁵⁸; e (ii) confirmar a distinção entre afixos homônimos, especialmente quanto ao seu sentido e ao seu emprego (CORBIN, 1997b, p. 87). Entre as informações pertinentes à história de um afixo, que remetem às suas propriedades etimológicas, a autora salienta ainda dados quanto à sua rentabilidade⁵⁹ ou disponibilidade⁶⁰ diante de certos tipos de bases, além da sua especialização semântica ou referencial na língua de origem (CORBIN, 2004, p. 60).

f) Sentido: tem influência em aspectos importantes como na sua categoria (e subcategoria), na categoria e sentido da palavra construída e também na seleção das bases a que se aplica, papel fundamental na identificação e diferenciação entre os afixos. Danielle Corbin salienta que a descrição adequada dos itens afixais requer que as informações sobre o sentido dos afixos apareçam de forma hierarquizada: (i) primeiro a instrução semântica geral trazida pelo afixo (que o associa a uma regra); seguida (ii) da especificidade dessa instrução semântica em relação a de outros afixos próximos (pertencentes ao paradigma daquela mesma regra); e, então, (iii) a forma como essa instrução se modula em função dos diferentes tipos semânticos de bases as quais o afixo se aplica (CORBIN, 1997b, p. 89).

g) Relação categorial: embora o princípio de obrigatoriedade categorial tenha sido abandonado, a relação entre as categorias da base e da palavra construída continua relevante

⁵⁸ No capítulo introdutório de sua tese sobre nomes de qualidade em português, Margarita Correia (1999, Cap. I) esclarece que, embora geralmente considerados sufixos do português, -ície e -tude “mais não são do que sufixos latinos, presentes em palavras construídas em latim e que foram importadas para português – exs.: *calvície*, *magnitude*.”

⁵⁹ Considerando-se, por exemplo, a sua inclusão nos inventários da época da sua origem, pois, conforme Corbin (1987, p. 42), a rentabilidade “s’appuie sur les variations des inventaires, lexicographiques ou autres”.

⁶⁰ Considerando-se que a disponibilidade “est d’ordre linguistique, et n’a pour point d’appui empirique que les manifestations de la compétence lexicale” (CORBIN, 1987, p. 42), pode interessar saber, por exemplo, se um determinado afixo continuou possibilitando a construção de novas palavras em outros períodos da história da língua ou se foi fossilizado (cf. nota 19, acima).

para a definição de um afixo, tornando-se necessário, conforme Corbin (1997b, p. 89, 90): (i) identificar tanto a categoria da base (o que nem sempre é tão visível⁶¹), quanto a categoria da palavra construída; e (ii) explicitar a ligação entre a relação categorial e o sentido instrucional do afixo, especialmente se a ele forem associadas diferentes relações categoriais⁶².

h) Restrições sobre as bases: aspecto importante num modelo que desde seu primeiro momento prima pela identificação do caráter regular da língua, em especial, do Componente Lexical. As restrições que levam à seleção ou alteração das bases a serem utilizadas com um afixo podem ser de vários tipos, tais como: restrições fonológicas⁶³, restrições estruturais e sequenciais⁶⁴, restrições quanto à origem das bases⁶⁵. Pesam sobre as bases também restrições categoriais e semânticas, fundamentalmente ligadas ao tipo de sentido que o afixo é capaz de contruir (CORBIN, 1997b, p. 90), o que é diretamente associado à instrução semântica trazida por aquele item afixal (CORBIN, 2004, p. 61) – como no caso de afixos que se aplicam somente sobre nomes concretos, ou apenas sobre constituintes eruditos, por exemplo. Além disso, na aplicação da instrução semântica de um afixo sobre o sentido da base, deve ser levada em conta também a sua relação com o referente da base, o que pode fazer com que um mesmo afixo selecione tipos diferentes de bases (é o caso de afixos homo e heterocategoriais, como *sous-*⁶⁶).

Encerramos esta seção com um quadro que apresenta de forma sintética as oito classes de informações que caracterizam e definem os itens afixais:

⁶¹ A identificação da categoria da base pode requerer argumentação a partir do sentido da palavra construída (CORBIN, 1997b, p. 90, nota 31), como, por exemplo, o sentido de *armamento* como o “conjunto de armas”, que revela a categoria nominal da base (*armas_N*) e não verbal (*armar_V*).

⁶² Para exemplificar, Danielle Corbin (1997b, p. 90) cita o prefixo *a-*, que constrói verbos, podendo ter por base um nome, um adjetivo ou um verbo, sempre com o sentido de um limite alcançado: (a) num verbo denominal (*aterrir, apaiser*), ao fim do processo, o referente da base é alcançado (o nível de terra, a paz); (b) num verbo deadjetival (*aplatir*), ao fim do processo, a entidade sobre a qual o verbo exerce fica como indicado pela base (fica chato); e (c) num verbo deverbal (*acourir*), o processo não limitado do verbo de base alcança um limite (acorrer tem uma destinação reconhecida no contexto).

⁶³ Entre os exemplos apresentados por Corbin (1997b, p.90), no que toca às restrições de ordem fonológica sobre as bases, é citado que o sufixo *-al*, em francês provoca a posteriorização de uma vogal anterior da base, como em *fleur>floral*.

⁶⁴ Danielle Corbin (1997b, p. 91) cita, como exemplo desse tipo de restrição, o sufixo *-age*, que só se aplica a verbos em *-iser* se essa terminação não for um sufixo (*balisage*).

⁶⁵ É o caso de afixos que se aplicam apenas a bases de origem francesa (*dizaine*), enquanto outros selecionam bases gregas (*décade*) (CORBIN, 1997b, p.91).

⁶⁶ O prefixo *sous-* tem sentido geral de localizador, remetendo à inferioridade espacial em relação ao referente da base (como *sous-tasse* e *sous-sol*). Entretanto, Corbin (1999, p. 74 e 75) mostra que com bases A e V, esse prefixo atualiza sentido de inferioridade em relação a um valor sociocultural incluído no sentido da base (como *sous-développé* e *sous-estimer*) e com bases N em que o referente não requer localização espacial mostra quantificação ou classificação inferior a um padrão tipo por normal (*sous-développement, sous-chef, sous-groupe*).

Informações que definem os itens afixais:

- Variações alomórficas – contextos específicos
- Variações flexionais – inserção sintática
- Pronúncia – forma fônica
- Categoria ([afixo]) e subcategoria ([pref] ou [suf])
- História – explica mudanças de propriedades
- Sentido – informação semântica geral e específica
- Relação categorial – entre a base e a ULC
- Restrições sobre as bases – fonológicas, estruturais, categoriais e semânticas

2.4 AVANÇOS NO MODELO

Abrimos esta seção com o objetivo de identificarmos, de forma clara, os avanços teóricos que marcam a trajetória do modelo construcional, desde a sua proposta inicial, em 1987, até a sua fase mais recente, a partir de 1997, conforme temos apresentado neste capítulo. Convém destacarmos que os aspectos que fundamentam os estudos construcionais permanecem inalterados. Os estudos que se seguiram de forma nenhuma negam as características principais do modelo, especialmente no que diz respeito ao seu caráter associativo: a importância da associabilidade se dá pelo reconhecimento de que a forma (e estrutura) e do sentido das novas unidades lexicais são construídos conjuntamente.

Por outro lado, vemos que houve diferença entre a fase inicial e a fase mais recente do modelo no que toca ao posicionamento e comprometimento com o gerativismo. Enquanto a proposta inicial se apresenta claramente como um modelo gerativo, a fase mais recente dos estudos já não aceita os moldes sintáticos e a valorização formal nos estudos morfológicos e, além disso, passa a considerar também a influência de aspectos contextuais e referenciais nos estudos linguísticos. Fato é que a continuidade das pesquisas não nega o inatismo, entendendo que a competência linguística (e derivacional) é inata ao ser humano, o que continua assegurando a inscrição do modelo no quadro gerativo.

A fim de tratarmos aqui dos avanços resultantes da trajetória do modelo, podemos citar dois aspectos que sintetizam o aprofundamento teórico que marca a continuidade dos

estudos de Dannielle Corbin e equipe SILEX: (a) a abrangência dos estudos morfológicos; e (b) o aprofundamento dos estudos semânticos. O primeiro desses aspectos a ser mencionado aqui revela uma visão diferenciada entre os dois momentos do modelo no que se refere à abrangência dos estudos morfológicos (a): já no título na obra marco (CORBIN, 1987), o modelo é apresentado como um estudo de “morfologia derivacional”, que se ocupa com as palavras passíveis de serem construídas na língua a partir de operações derivacionais; os estudos posteriores a 1997, entretanto, revelam uma visão mais abrangente da morfologia, que já não se restringe à derivação, mas responde por todos os processos de construção lexical (incluindo a composição, por exemplo), justificando-se então como “morfologia construcional”. Vemos, então, que de uma perspectiva estritamente morfológica, passamos a uma perspectiva lexical dos fenômenos linguísticos.

O segundo aspecto a ser considerado nesta seção, o aprofundamento dos estudos semânticos (b) é entendido como consequência natural deste modelo associativo, uma vez que os primeiros estudos evidenciavam maior atenção à questão formal, fazendo-se esperar um debruçar-se mais aprofundado sobre os aspectos semânticos. Lembremos que, no primeiro momento, entendia-se que os itens afixais não traziam carga semântica, ficando a informação de sentido restrita à operação semântica (OS) da regra de construção de palavras (RCP). A continuidade dos estudos, porém, revelou não só que os itens afixais trazem uma instrução semântica específica, como mostrou a importância dessa informação semântica afixal, a ponto de influenciar tanto na seleção das bases quanto nos aspectos categoriais e referenciais vinculados à nova unidade lexical. Assim, aprofundamento dos estudos semânticos levam, por um lado, ao abandono das restrições de unicidade categorial e de unicidade semântica que regiam as RCP e forçavam a produção de itens homônimos, e, por outro lado, ao reconhecimento de que o sentido lexical se dá pelo sentido morfológicamente construído e pelo sentido referencial da nova UL.

A continuidade dos estudos construcionais sob uma perspectiva lexical mais ampla resultou num conhecimento mais aprofundado dos itens lexicais (ao que nos interessa aqui, dos itens afixais), permitindo a identificação mais detalhada das informações inerentes que definem os afixos. Inicialmente, as informações possíveis sobre um afixo se restringiam à “referência à sua RCP” (e, esta, sim, daria indicações categoriais e semânticas à palavra construída) e à limitação dada como “traços diacríticos”, ao que se podia somar uma nebulosa de informações sob o rótulo de “propriedades idiossincráticas”. A trajetória do modelo nos leva, agora, à definição dos itens afixais a partir de oito classes de informações que vão desde

a identificação de variantes alomórficas e flexionais, até as restrições próprias dos afixos que exercem sensível influência sobre as bases a serem selecionadas na construção lexical, passando pelas informações categoriais (dos afixos e das unidades lexicais a serem construídas por eles), informações históricas que explicam mudanças de propriedades e, com a ênfase devida, informações de sentido detalhadas e hierarquizadas, que têm atuação decisiva na construção e no emprego das novas unidades lexicais.

Convém salientarmos que não podemos desconsiderar a importância do conhecimento linguístico obtido já nos primeiros estudos em morfologia construcional. O conhecimento acerca dos itens afixais e da construção de palavras disponibilizado na proposta inicial do modelo é de inquestionável relevância aos estudos lexicais. Conforme comprovamos na pesquisa anterior, fundamentada em Corbin (1987), a primeira fase dos estudos construcionais mostra-se suficiente para o reconhecimento de semelhanças entre afixos, permitindo identificar aqueles que concorrem no paradigma morfológico de uma regra de construção de palavras. Entretanto, a proposta inicial mostra-se restrita e insuficiente para a identificação dos aspectos que diferenciam os afixos pertencentes ao paradigma de uma mesma regra. Entendemos que as informações afixais elencadas na fase mais recente do modelo permitirão a definição das características dos itens afixais, identificando as diferenças entre os afixos estudados, o que justifica a sua existência como itens únicos na língua.

É nessa expectativa que avançamos no desenvolvimento desta pesquisa. Antes, porém, trazemos um resumo dos aspectos que foram abordados no presente capítulo.

RESUMO DO CAPÍTULO

O objeto de estudo deste capítulo foi o percurso teórico da morfologia construcional, considerando dois importantes momentos do modelo: o empreendimento inicial conforme apresentado em Corbin (1987) e atualizado em Corbin (1991); e o desdobramento do modelo, dado a partir de Corbin (1997). O capítulo assume especial importância a esta tese tanto por possibilitar a fundamentação teórica para a análise linguística relativa aos sufixos *-ção* e *-mento*, quanto por trazer as características principais do modelo, constituindo-se base para a identificação dos avanços propostos no quadro teórico em questão. A fim de obtermos maior clareza acerca do percurso teórico da morfologia construcional, organizamos o capítulo em quatro seções, nas quais abordamos desde as características e fundamentos do modelo,

aspectos da proposta inicial e aspectos relativos à fase mais recente do modelo, culminando com observações sobre a trajetória teórica da morfologia construcional.

Na primeira seção, apresentamos as características e princípios que o fundamentam o modelo (seção 2.1), identificado como modelo gerativista e lexicalista. Seguindo Corbin (1987, p. 6), já de início trouxemos a definição de “palavra construída”, entendida pela autora como um novo item lexical, marcado pela construção conjunta da sua estrutura morfológica e da sua interpretação semântica. Na sequência, abordamos quatro características do modelo construcional: é um modelo sincrônico, associativo, que vai além da evidência da análise superficial, e estratificado (apresenta o léxico em níveis e sistematiza os dados observados e o ordenamento das operações linguísticas). Ainda no que se refere aos fundamentos do modelo, trouxemos a tipologia das palavras apresentada por Corbin (1987), classificadas conforme a sua estrutura interna e sua construção e inserção na língua. Temos, então: “palavras não-complexas não-construídas”, “palavras complexas não-construídas” e “palavras construídas” – essas últimas são o objeto por excelência da morfologia construcional.

A segunda grande seção deste capítulo traz o modelo construcional na sua proposta inicial (seção 2.2). Para tanto, subdivide-se em três seções menores, em que as duas primeiras fundamentam-se na obra marco do modelo (CORBIN, 1987) e a última traz atualização à proposta inicial, conforme Corbin (1991). Começamos, então, tratando da estratificação do léxico, considerando o lugar e comportamento dos itens lexicais (seção 2.2.1). Na proposta inicial do modelo, o Componente Lexical apresenta estratificação trinária, sendo que os itens afixais têm atuação clara em cada um desses níveis. Temos, então: (a) o Componente de Base, onde são elencadas as entradas lexicais de base e as “entradas lexicais afixais” (afixos) com suas informações inerentes (e, no caso dos afixos, a referência à regra em que atuam; (b) o Componente Derivacional (de caráter gerativo), onde as “regras de construção de palavras” (RCP), com a participação de bases e operações morfológicas (incluindo afixos), produzem as “palavras construídas” (regulares, predizíveis e possíveis) na língua; e (c) o Componente Convencional, onde atuam regras e operações que funcionam como “filtros” (por vezes destravados pela influência dos afixos), transformando o léxico possível em léxico atestado.

Em seguida, salientamos o caráter associativo do modelo, observando que este primeiro momento da morfologia construcional é marcado por uma maior atenção formal (seção 2.2.2). Na obra marco do modelo é reconhecida uma assimetria na relação entre forma e sentido, pois o sentido é predizível pela forma, mas a forma é apenas parcialmente predizível pelo sentido. Além disso, constatamos haver mais explicações sobre a estrutura das

palavras do que sobre seu sentido. De fato, quanto às subregularidades lexicais, temos apenas uma regra menor de natureza semântica, enquanto são duas regras menores formais; e, no que toca às idiossincrasias, são trabalhadas mais claramente aquelas ligadas a fenômenos formais *ad hoc*, enquanto que aquelas semânticas parecem não ter o sentido completamente dissociado da regra de construção de palavras.

Na sequência, ocupamo-nos também com a atualização do modelo (seção 2.2.3), conforme Corbin (1991). Além da nova proposição de estratificação do Componente Lexical, agora em quatro níveis (com um componente pós derivacional), consideramos inovações em outros três aspectos: maior valorização semântica, reconhecendo um sentido predizível específico dos itens afixais; a flexibilização da restrição de unicidade categorial nos casos dos avaliativos e dos prefixos preposicionais; e o reconhecimento de outros indivíduos lexicais, como os integradores paradigmáticos e as palavras transcategorizadas.

A trajetória teórica da morfologia construcional, considerando a nova fase do modelo, inaugurada a partir da publicação da revista *Silexicales*, em 1997, é objeto da terceira seção deste capítulo (seção 2.3), que também foi dividida em três partes. Começamos abordando o caráter construcional do modelo (seção 2.3.1), em que a natureza investigativa assumida permitiu que se chegasse a novos posicionamentos: seja no distanciamento da morfologia gerativista (sem abandonar as noções de inatismo e de descrição – e agora, explicação – dos fenômenos linguísticos), seja na clareza de tratar-se de um modelo construcional (e não apenas derivacional). Essa seção ocupou-se, também, com algumas definições novas, importantes à morfologia construcional, tais como “indivíduos lexicais”; “unidade lexical” (com sentido e categoria próprios); “unidade lexical construída” (por operação linguística reciprocamente motivada); “afixação” (processo morfológico de construção de palavras); e “unidades infralexicaís” (indivíduos portadores de categoria que impede sua autonomia sintática, independente do tipo de sentido que lhes é associado).

Neste capítulo observamos a importância dos aspectos semânticos na construção do léxico (seção 2.3.2), com influência sobre os aspectos categoriais e sobre a referencialidade da unidade lexical. A atuação da instrução semântica afixal leva ao abandono da obrigatoriedade de unicidade categorial, pois determina a instrução categorial do afixo e a categoria da unidade lexical a ser construída, além de também influir na seleção das bases. Considerando que o conhecimento de uma UL abrange também a sua capacidade de referir e a adequação do seu uso, temos que o sentido lexical de uma unidade é definido como o resultado da combinação entre o sentido construído (que tem sua origem em operações linguísticas) e o

sentido referencial (vinculado à sua utilização, ao denominar um referente). Ainda no que diz respeito à semântica das unidades lexicais, o modelo aborda casos de polirreferência (um sentido morfológicamente construído para mais de um referente) e de polissemia (uma UL com mais de um sentido, devido a operações semânticas como a metáfora – sobre a palavra construída ou diretamente sobre a base).

Esses mesmos critérios linguísticos e referenciais que levam à construção do sentido lexical das UL disponíveis na língua (léxico atual) são responsáveis também pela identificação dos tipos de lacunas que existem na língua (léxico não atual). Assim, temos as “lacunas acidentais” (léxico virtual, possível de se atualizar) e as “lacunas não acidentais” (de atualização impedida gramaticalmente), seja por motivação linguística (por infringir a boa formação) ou por motivação referencial (por não corresponder a nenhum referente).

A versão mais recente da morfologia construcional traz luz sobre as características que permitem a identificação pormenorizada dos afixos derivacionais (seção 2.3.3), os quais são definidos como unidades infralexicais com sentido instrucional, que participam na construção (formal e semântica) de uma UL. Assim, o sentido instrucional de cada afixo efetua operações semânticas sobre a base, colaborando para a referencialidade da nova palavra, e, em combinação com o referente da base, pode atualizar diferentes sentidos na unidade a ser construída. Vimos que os afixos são portadores de até oito tipos de informações que os definem e distinguem de outros itens afixais, quais sejam: variantes alomórficas (eventuais), variantes flexionais (para inserção sintática), pronúncia, categoria [afixo] e subcategoria (prefixo ou sufixo), informações históricas (para identificação da estrutura lexical e de casos de homonímia), instrução semântica (com influência na categoria, no sentido da nova UL, na diferenciação entre afixos próximos e na seleção das bases), relação categorial (entre base e palavra construída) e restrições sobre as bases (fonológicas, estruturais, etimológicas...).

Na última seção deste capítulo, procuramos sistematizar os aspectos mais relevantes que caracterizam o percurso teórico da morfologia construcional (seção 2.4), considerando a proposta inicial (em 1987) e a sua fase mais recente (a partir de 1997). Constatamos que os fundamentos do modelo permanecem, especialmente a referência ao caráter associativo; percebemos, porém, um distanciamento do gerativismo mais genuíno (visto na primeira fase). Pontuamos dois aspectos que direcionam o percurso teórico do modelo. O primeiro aspecto citado diz respeito ao entendimento acerca da abrangência dos estudos morfológicos: o modelo assume-se, agora, como “morfologia construcional” (e não apenas derivacional), com uma perspectiva explicitamente lexical (e não somente morfológica). O segundo aspecto

abordado, como não poderia deixar de ser, refere-se ao aprofundamento dos estudos semânticos: se inicialmente os afixos eram tomados como itens sem carga semântica, em que o sentido decorria apenas da regra de construção, agora vemos despontar com notória importância a instrução semântica dos itens afixais, capaz de atuar na seleção das bases e sobre os aspectos categoriais e referenciais das unidades lexicais. Os avanços nos estudos semânticos garantem, assim, maior conhecimento dos itens afixais, os quais são definidos a partir das oito classes de informações mencionadas anteriormente. Temos, então, que enquanto a primeira fase do modelo possibilita o reconhecimento de semelhanças entre os afixos (associados a uma regra), a versão mais recente da morfologia construcional permite a identificação das diferenças entre os afixos que podem ser empregados num mesmo tipo de operação de construção lexical.

Conhecendo as características, os princípios e a trajetória teórica da morfologia construcional, em especial o detalhamento com que trata os itens afixais, dada sua relevância na construção lexical, cabe-nos, agora, ocuparmo-nos com sua aplicação em palavras com –ção e com –mento, a fim de chegarmos à identificação e diferenciação entre esses sufixos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentaremos a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na presente tese, necessária para que alcancemos o objetivo de identificação das aproximações e diferenças entre os sufixos –ção e –mento em português com base nos pressupostos teóricos da Morfologia Construcional. Para tanto, estruturamos o capítulo em duas partes: num primeiro momento, trataremos da importância dos dicionários como fonte de dados para pesquisas linguísticas (seção 3.1), apresentando as duas obras lexicográficas utilizadas neste estudo; em seguida, abordaremos a metodologia empregada para a recolha e a seleção dos dados a serem analisados (3.2), referindo-nos à extração e organização dos dados e apresentando as categorias analíticas que nortearão o trabalho de análise a ser desenvolvido no capítulo seguinte.

3.1 DICIONÁRIO COMO FONTE DE DADOS

É importante começarmos o capítulo referente à metodologia adotada nesta pesquisa tratando das obras lexicográficas, considerando-as especialmente como fonte dos dados a serem analisados a fim de atingirmos o objetivo linguístico proposto nesta tese. Não podemos ignorar, entretanto, que o público primeiro dos dicionários de língua geral não são os linguistas, mas os usuários da língua. Cientes das limitações próprias das obras lexicográficas, justificaremos o seu uso nos estudos do léxico, para, então, apresentarmos os dois dicionários utilizados na recolha e seleção dos dados para o estudo dos sufixos –ção e –mento: o

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS, 2004) e o Dicionário de Usos do Português do Brasil (BORBA, 2002).

Partimos, aqui, do entendimento de que o dicionário:

constitui-se não só num instrumento de consulta que, na medida do possível, quer-se completo, a fim de atender às necessidades dos usuários da língua, mas apresenta-se, também, aos olhos dos linguistas e especialistas da linguagem, como fonte de pesquisa dos fenômenos linguísticos. (SANTOS, 2006, p. 25)

Vemos, então, dois públicos potenciais às obras dicionarísticas: os usuários da língua, que utilizam o dicionário como instrumento de consulta; e os especialistas, que buscam no dicionário informações para pesquisas no âmbito dos estudos linguísticos.

Como instrumento de consulta, o objetivo a ser atendido pelo dicionário deve fazer dele “un reflet de la langue ou de la compétence lexicale du locuteur-auditeur idéal, utilisable grace à un métalangage accessible à tous” (CORBIN, 1983, p. 57). Sem correr o risco de ser tomado como “um repertório de idiossincrasias diversas”, o dicionário é reflexo da língua e da competência lexical dos seus usuários à medida que se ocupa em apresentar o vocabulário dos falantes descrevendo os sentidos e usos das unidades elencadas. Um dicionário de língua geral, ainda que de tamanho médio, reúne na sua nomenclatura um grande contingente de vocábulos técnicos e científicos (muitos já vulgarizados na língua), regionalismos, termos raros e literários, além de empréstimos adotados de outras línguas, conferindo aos itens lexicais apresentados os conceitos elaborados e cristalizados na cultura, o que faz do dicionário “um objeto cultural de suma importância nas sociedades contemporâneas” (BIDERMAN, 2001, p. 17 e 18).

Ainda que com objetivo utilitário e de vocação didática, a prática lexicográfica encontra limitações de ordem técnica, decorrentes de sua própria natureza, e, a partir daí, também limitações entendidas como de ordem linguística. De um lado, a obra lexicográfica precisa responder a questões editoriais e comerciais que vão desde seu tamanho (para editoração e venda) até ao atendimento das necessidades de um ou outro tipo de usuário (como no caso dos dicionários escolares)⁶⁷. De outro lado, o dicionário se limita a trabalhar com o léxico atestado, no escopo dos documentos que lhe servem de fonte (face à infinidade

⁶⁷ Corbin (1997, p. 80) menciona, entre critérios condicionantes à limitação das obras lexicográficas, o tipo de dicionário, o período a ser contemplado, seu tamanho, o público visado, além de “contingences internes au dictionnaire lui-même”.

de possibilidades lexicais que a língua apresenta) e raramente se fundamenta em uma teoria adequada do léxico (CORBIN, 1987, p. 23) que lhe dê suporte, guiando as decisões tanto da sua macroestrutura (na seleção e registro da nomenclatura) como da sua microestrutura (no registro de informações que constituem os verbetes) (SANTOS, 2006).

Os especialistas nas ciências da linguagem, segundo público mencionado nesta seção, ao tomarem o dicionário como fonte para seus estudos, devem estar cientes das limitações das obras lexicográficas. No que diz respeito à morfologia, citamos Danielle Corbin (1987):

Ce dont a besoin le morphologue, c'est de la liste des mots d'une langue, et de leurs sens. Aucun dictionnaire n'est capable de lui fournir ces renseignements, pour des raisons que tiennent autant à la langue elle-même qu'à la forme et aux objectifs des dictionnaires. (CORBIN, 1987, p. 22)

Devido ao confronto da forma e objetivos dos dicionários, por um lado, e o dinamismo da língua, por outro, nenhuma obra lexicográfica em si poderá atender à totalidade das necessidades dos estudos morfológicos – nem no que toca a uma lista completa das palavras da língua, nem quanto aos seus sentidos e usos. A autora menciona ainda o caráter pouco confiável dos dicionários, os quais, seja por sua própria natureza, seja pela carência de fundamentação linguística, não conseguem resolver questões (contradições, nos termos de Corbin) como: a finitude da obra lexicográfica diante das infinitas possibilidades de novas formações lexicais (CORBIN, 1987, p.23); a subjetividade dos critérios relativos à noção de frequência para atestação das palavras (CORBIN, 1987, p.26); o tratamento das regularidades e idiossincrasias lexicais (CORBIN, 1987, p.28); e o posicionamento quanto à lexicalização e aos neologismos (CORBIN, 1987, p.36).

Tais “contradições” revelam, como consequência, que o real lexicográfico não reflete a totalidade do real linguístico (CORBIN, 1987, p. 24), pois a língua não tem as limitações próprias do dicionário. Da mesma forma, “le lexique des lexicologues et des lexicographes ne se confond avec celui des linguistes” (CORBIN, 1987, p. 44), visto que, dado o objetivo de servir ao usuário comum da língua, o lexicógrafo não se aprofunda nas questões linguísticas:

les lexicographes ne s'autorisent pas l'approche strictement linguistique des unités lexicales qui caractérise la théorie, mais se sentent tenus d'apprécier aussi leur charge sémiotique, leur ancrage social.”(CORBIN, 1989, p. 938)

Assim, de um lado, o léxico lexicográfico (léxico atestado, registrado nos dicionários) é apenas um subconjunto do léxico possível (contemplado como léxico linguístico), mas, por outro lado, o léxico registrado nos dicionários traz outro tipo de informações, que não pertence necessariamente ao léxico dos linguistas (CORBIN, 1987, p. 45). Conforme Corbin (1987, p. 44), “le dictionnaire n’enregistre pas, quoi qu’on en pense, des unités linguistiques, mais des unités ‘sémiotiques’”. Assim, o tratamento lexicográfico dado aos itens repertoriados nos dicionários permite que sejam veiculadas informações mais associadas ao funcionamento social do léxico, comportando marcas de uso, por exemplo.

Para além das limitações características dos dicionários de língua geral e da diferença de ponto de vista em relação ao léxico, as obras lexicográficas se constituem, sim, em importante fonte de dados para pesquisas linguísticas, pois “seuls les dictionnaire offrent un accès objectivable aux unités actualisées” (CORBIN, 1997, p.79). Nessa mesma linha, Correia (2004, p. 38 e 39) salienta que, além de permitir acesso objetivo aos itens repertoriados, “os dicionários fornecem uma inestimável quantidade de informação organizada a respeito do léxico” e, em função disso, tais obras “podem ser auxiliares preciosos à investigação linguística”. Convém registrarmos ainda:

Assim sendo, os dicionários constituem-se como um instrumento prático e valioso, não podendo o seu uso ser contornado por quem queira elaborar trabalhos sobre unidades lexicais (seja do ponto de vista semântico, lexicológico, histórico, morfológico, ou outros). (CORREIA, 2004, p. 39)

Considerando a diferença entre o léxico linguístico (infinito) e o léxico lexicográfico (finito), mas sabendo que o registro lexicográfico permite acesso objetivo e sistemático às unidades lexicais ali repertoriadas, importa enfatizarmos que o trabalho com o dicionário como fonte de dados requer, por meio de uma perspectiva hipotético-dedutiva, a aplicação das constatações e conclusões ao conjunto lexical que constitui a língua.

Nesse sentido, a pesquisa que desenvolvemos para a conclusão da presente tese toma por objeto palavras atestadas, repertoriadas nos dicionários. Estamos cientes, porém, de que o léxico atual não se esgota aí, antes, inclui outras tantas palavras não atestadas, mas possíveis na língua na medida em que podem ser resultantes das regras e processos construcionais do português⁶⁸. Assim, a fim de compormos o *corpus* de trabalho da presente pesquisa,

⁶⁸ Neste estudo, recorreremos às palavras possíveis, ainda que não atestadas, sempre que se fizer necessário à descrição do léxico e explicação dos fenômenos lingüísticos aqui envolvidos.

utilizamo-nos de dois dicionários de língua geral: o Dicionário Eletrônico Houaiss (DEH), na versão eletrônica de 2004; e o Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUP), de Francisco Silva Borba, edição de 2002. Cabe-nos, então, mencionarmos, a seguir, algumas características e considerações acerca das obras em questão.

3.1.1 O Dicionário Eletrônico Houaiss (DEH)

Nosso objetivo, nesta seção, é trazer alguns comentários a respeito de um dos dicionários utilizados para coleta do *corpus* da presente pesquisa. Ocupamo-nos, aqui, com o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (doravante DEH), versão 1.0.7, de 2004. Trata-se de um dicionário de língua geral que, mais do que o compromisso com uma proposta teórica, visa à satisfação das necessidades dos usuários da língua. Entendemos que a melhor forma de abordarmos essa obra lexicográfica seja justamente recorrendo ao seu texto de Apresentação, assinado por Mauro de Salles Villar, um dos responsáveis pela fundação, em 1997, do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. A Apresentação do dicionário começa com três aspectos que fundamentam a obra em questão:

O projeto deste dicionário fundamentou-se em três pressupostos iniciais: **levantamento de uma nominata abrangente** cujas entradas ganhassem definições ancoradas nos estudos de nosso grupo de etimólogos; levantamento e **análise minuciosa dos elementos mórficos** da língua como base do estabelecimento de grandes famílias lexicais, e **máximo esforço de datação** das unidades léxicas a definir. (VILLAR, 2004, Apresentação, grifo nosso)

Esses três aspectos mostram claramente algumas características de DEH. O objetivo de se fazer “levantamento de uma nominata abrangente” (a), que se traduz em cerca de 228.500 unidades léxicas registradas, torna esse dicionário referência aos usuários da língua e importante fonte de dados a pesquisas linguísticas. De fato, o grande número de entradas do DEH traz contribuição quantitativa ao *corpus* do estudo que aqui empreendemos.

A preocupação com a “análise minuciosa dos elementos mórficos” (b) resulta na identificação, no interior dos verbetes, dos segmentos constituintes das palavras elencadas e na inclusão desses elementos mórficos na nominata do dicionário. Conforme o texto de Apresentação, são 13.295 dessas unidades registradas como entradas lexicográficas, permitindo a aproximação entre os itens e, então, o estabelecimento de famílias lexicais. O

DEH classifica os elementos mórficos em dois grupos: os “elementos formadores dos vocábulos da língua” e as “terminações”. O primeiro grupo abrange os afixos e “elementos de composição”, entendidos como aqueles que trazem alguma informação semântica específica a ser agregada ao sentido da palavra em que se encontram. Diferente desses, as terminações, que integram o segundo grupo, são apresentadas como “partículas originalmente sem significado próprio e por vezes tomadas como sufixo” (VILLAR, 2004, Conhecendo o dicionário, item 5.5).

Na elaboração do DEH, juntamente com o importante papel desempenhado pelos dados etimológicos e o reconhecimento dos elementos mórficos, logo de início é anunciado o “máximo esforço de datação das unidades léxicas” (c). Conforme salientamos na pesquisa anterior a essa tese:

...é a relevância assumida pela datação que chama atenção nesse dicionário, a ponto de esta ser tomada como critério para o ordenamento das acepções no interior dos verbetes e, além disso, ser entendida como substituição satisfatória das abonações das definições apresentadas (SANTOS, 2006, p. 104)

Assim, a identificação do primeiro registro em português das unidades lexicais influi tanto na organização da macroestrutura desse dicionário, definindo, por exemplo, a ordem de apresentação das entradas homônimas (VILLAR, 2004, Conhecendo o dicionário, item 1.3), quanto na microestrutura dos verbetes, em que as informações são apresentadas a partir da “datação suplementar de acepções e sintagmas locucionais” (VILLAR, 2004, Apresentação), entendendo-se que as demais acepções (se houver) possam decorrer de derivação semântica daquela reconhecida como mais antiga.

Seguindo-se à relevância dos dados históricos (etimologia e datação) e de estrutura das palavras (seus elementos mórficos), temos a atenção do lexicógrafo voltada ao registro do sentido das unidades lexicais, salientando que os “redatores foram instados a evitar a armadilha da sinonimização”, que, segundo ele, “resulta as mais vezes em vagas inexatidões”, pois “as afinidades entre a unidade léxica a definir e o sinônimo escolhido podem existir no plano da denotação, mas praticamente nunca no da conotação” (VILLAR, 2004, Apresentação). Em alguns casos, entretanto, as definições, ainda que através de textos mais longos, não são tomadas como a opção mais adequada:

Esforçamo-nos por definir da maneira mais clara e acurada as unidades léxicas sobre que a obra versa, mas é inevitável que a terminologia de alguns temas, especialmente de ordem científica e tecnológica, venha a conter dificuldades para leitores não especializados em tais matérias. (...) em geral o problema resolve-se com uma simples ida a outro verbete, com o que a questão se esclarece e o consulente sai a ganhar no enriquecimento de um novo conceito. (VILLAR, 2004, Apresentação)

Depreende-se do texto citado que as remissões a outros verbetes decorrem da terminologia própria de temas mais ligados à ciência e à tecnologia. Observamos, porém, a grande frequência de remissões do tipo “m.q.” (mesmo que) nos verbetes de palavras terminadas por –ção e por –mento, independentemente de tratar-se de área específica ou de palavras da língua comum. O campo Ajuda, introdutório a esse dicionário, esclarece que “quando uma unidade léxica tiver a sua definição em outro verbete, por ser um sinônimo ou quase sinônimo deste, a remissão geralmente é feita com a abreviação “m.q.” (mesmo que)” (VILLAR, 2004, Conhecendo o dicionário, item 36.1). Então, considerando o que é dito acerca da sinonímia na apresentação dessa mesma obra lexicográfica, fica aqui o questionamento quanto à “inexatidão” ou, por outro lado, necessidade e adequação de tais remissões.

Para além da questão das sinonímias e remissões a que se lança-mão na elaboração do dicionário, vale ressaltarmos a ampla pesquisa realizada pela equipe de lexicógrafos e especialistas envolvidos no registro das unidades elencadas no DEH. O resultado dos trabalhos fundamentados nos aspectos mencionados na apresentação dessa obra (levantamento das entradas ancorado em dados etimológicos, análise dos elementos mórficos e datação das unidades) repercute não só numa “nominata abrangente”, mas também na variedade de dados constantes nos verbetes.

As entradas lexicográficas do DEH trazem informações como datação (com bibliografia da fonte), ortoépia, transcrição fonética, além de informação quanto à língua e tradução (tratando-se de palavras estrangeiras) e, quanto for o caso, acesso à entrada homônima. No corpo do verbete há registro da classe gramatical da palavra entrada, seguida das acepções enumeradas por ordem de datação, conforme já foi dito aqui. É aí que encontramos as definições, remissões, regência, abonações e exemplos, além de espaço específico às locuções. Constam ainda informações referentes a derivações semânticas, rubricas temáticas, informações enciclopédicas, marcas e níveis de uso e estatística de emprego. Na sequência, outros tantos elementos ainda podem compor o verbete, como informações quanto à gramática, coletivos, sinônimos/variantes, antônimos, parônimos,

etimologia, vozes de animais e noções quanto a outros radicais relativos à palavra. O quadro completo de componentes dos verbetes pode ser acessado nos textos introdutórios, campo Ajuda da versão eletrônica, tanto em “Chave do dicionário” como em “Detalhamento do verbete” (VILLAR, 2004, Conhecendo o dicionário, item 51).

É certo que voltaremos a falar sobre o DEH neste capítulo sobre a metodologia do trabalho. Importa agora, porém, tratarmos do outro dicionário a ser utilizado nesta pesquisa – é o que faremos na próxima seção.

3.1.2 O Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUP)

Tendo já tratado sobre o DEH, cabe-nos, nesta seção, abordarmos o Dicionário de Usos do Português do Brasil (doravante, DUP), de Francisco da Silva Borba (2002). Nos moldes da seção anterior, guiaremos nossas reflexões a partir do texto de Apresentação dessa obra lexicográfica, ao que se somam informações importantes abordadas pelo autor em outras obras que dão suporte a esse dicionário: referimo-nos à obra *Uma gramática de valências para o português* (BORBA, 1996) e à *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia* (BORBA, 2003). A fim de conhecermos o DUP, partimos dos seus objetivos, os quais são claramente expressos:

Este dicionário pretende:

- I. prover os usuários da língua escrita de um instrumento eficiente de agilização do uso escrito tanto na recepção como na criação de textos;
- II. estimular a pesquisa vocabular e a reflexão sobre o próprio uso da língua;
- III. fornecer elementos de avaliação das propriedades sintático-semânticas do léxico. (BORBA, 2002, p. vi)

Enquanto o primeiro objetivo apresentado é voltado ao público geral, o segundo objetivo volta-se, de forma mais específica, a linguistas, pesquisadores e estudiosos. Nos dois casos temos o uso da língua como foco desse trabalho lexicográfico, seja servindo como “instrumento eficiente de agilização do uso”, seja estimulando a pesquisa e reflexão acerca do desse uso. É, porém, no terceiro objetivo expresso, ao tematizar as “propriedades sintático-semânticas do léxico”, que reconhecemos nitidamente o diferencial do DUP em relação aos dicionários de língua geral: trata-se de um dicionário teórico.

Os dicionários teóricos se caracterizam por serem claramente fundamentados numa teoria linguística. Eles são ancorados em pressupostos teóricos que se refletem na sua organização e, inclusive, na apresentação das definições dos verbetes. (SANTOS, 2006, p. 28)

Como dicionário teórico, o DUP defende que “é necessário adotar uma teoria gramatical que sustente a apresentação sistemática da estrutura e do funcionamento da língua” (BORBA, 2002, p.vii) e, nesse caso, a sistematização linguística deve dar conta das propriedades sintáticas e semânticas do léxico (que revelam a estrutura da língua), considerando o seu contexto de uso (o funcionamento da língua). As noções de propriedades sintáticas e semânticas e de contextualização de uso que perpassam a organização do DUP refletem a teoria linguística que dá fundamentação a esse dicionário, apresentada pelo autor em *Uma gramática de valências para o português* (BORBA, 1996). Essa obra trabalha as relações de dependência entre os termos, explicando as nuances de sentido possíveis na língua mediante a união da gramática de valências com a gramática de casos:

Os pontos de vista arrolados até aqui encaminham uma justificativa para uma gramática que dê conta da rede de dependências contraídas pelos argumentos com relação ao predicado (= gramática de valências), e que esteja acoplada a uma gramática de casos⁶⁹. E este aparato teórico (mais ou menos eclético) servirá para mostrar as relações sintático-semânticas no léxico, ou melhor, é um modelo centrado no léxico e, idealmente, tentará descrevê-lo por meio de regras de combinação, que dispensam as regras de estrutura frasal, como as de reescrita. Essa orientação norteará a montagem do dicionário de usos do português contemporâneo (do Brasil). (BORBA, 1996, p. 15)

Vemos aí que o DUP se fundamente num modelo centrado no léxico, propondo-se, então, a descrever o léxico atual a partir das combinações sintático-semânticas percebidas no contexto de aplicação dos itens lexicais. Conforme Borba (2003, p.45), ao dicionarista interessa verificar o comportamento das palavras nos textos e nos contextos em que são empregadas. Em função disso, observamos que as palavras sempre são consideradas: (a) completas (não segmentadas) e (b) em combinação com outras. De fato, (a) todas as entradas desse dicionário têm autonomia sintática e tais itens lexicais não são tomados a partir dos elementos que os compõem, embora seja reconhecido o papel dos afixos na significação

⁶⁹ Para a definição/identificação do que é “caso”, citamos o próprio autor: “entendendo-se *caso* como: (i) relação sintático-semântica entre um predicado e um argumento; (ii) resultado de uma relação sintática que tem uma consequência semântica; (iii) categoria subjacente, isto é, propriedade gramatical universal que não se confunde com funções superficiais do tipo sujeito, objeto direto, objeto indireto tais como vêm tratados na gramática tradicional.” (BORBA, 1996, p. 15)

lexical, pois esses “acrescentam traços semânticos [às bases] ou alteram o valor do conjunto” (BORBA, 2003, p.80), podendo trazer especialização de sentido à palavra como resultado da sua relação com outras do contexto em que é aplicada (BORBA, 2003, p. 151). E, de outro lado, entende-se que (b) as propriedades das palavras (a serem descritas na obra lexicográfica) são reveladas quando da sua combinação com outras e não como itens isolados. Isso é claramente exposto logo no primeiro parágrafo da Apresentação do DUP:

... os dicionários de língua não devem apresentar as palavras como unidades de sentido isoladas, mas, antes, em função da combinatória com outras palavras e estruturas. Assim, deve ser dada atenção especial às relações gramaticais e às propriedades colocacionais. (BORBA, 2002, p. vi)

Conforme dissemos anteriormente, os pressupostos linguísticos que dão base ao dicionário teórico norteiam a sua organização. Se inicialmente falávamos na estrutura e no funcionamento da língua, vistos nas “propriedades sintático-semânticas” dos itens lexicais a partir do seu “contexto de uso”, percebemos novamente aqui a importância das “relações gramaticais” e das “propriedades colocacionais” para a devida apresentação das palavras no dicionário. Como é de se esperar, essa dicotomia propriedades gramaticais/propriedades contextuais é projetada também no interior dos verbetes do DUP:

... procurou-se organizar os verbetes de tal forma que o consulente tenha, de um lado, uma informação geral de como a língua se organiza e, de outro, uma série de exemplos de como a língua está sendo efetivamente usada nos textos. (BORBA, 2002, p. vii)

É entendida, assim, a importância das abonações de cada entrada lexicográfica, as quais revelam o emprego de cada item lexical (dados do contexto), ao lado das acepções dos verbetes (dados linguísticos); somam-se a isso as marcas de uso (informação contextual) e as classificações categoriais e referências a complementos (de ordem gramatical). Temos, aí, cinco níveis de informações que acompanham as entradas desse dicionário, a serem apresentados na seguinte ordem no interior dos verbetes (segundo Borba, 2003, p.311): informações taxionômicas; informações sintáticas; informações semânticas e pragmáticas; contextualização; e, quando for o caso, variações de localização (especial ou social). A essas, podem seguir-se, ainda, outras informações adicionais que se fizerem necessárias.

Dada a relevância de tais níveis de informações para a análise a ser desenvolvida nesta pesquisa, faz-se necessário trazermos, aqui, algumas observações sobre cada uma dessas informações que compõem os verbetes do DUP, mencionadas preferencialmente em conformidade com a Apresentação do dicionário (BORBA, 2002, p. ix):

a) Taxionomia: informação quanto à classe (categorias gramaticais) a que pertence a palavra (a entrada lexicográfica) e também quanto à sua respectiva subclasse (como as subcategorizações verbal e nominal, por exemplo), sendo que, em decorrência da colocação contextual, um item pode se apresentar participando de mais de uma classe (e subclasse);

b) Sintaxe: dados quanto à combinação sintagmática entre as palavras, com atenção ao sistema de complementação dos itens lexicais arrolados;

c) Semântica/pragmática: conjunto de acepções elencadas no verbete, sendo que a informação pragmática, quando presente, segue a informação semântica e inicia por “expressa” ou “usado para”;

d) Contextualização: conjunto de abonações extraídas do *corpus*, revelando o emprego de cada item num contexto restrito – trata-se, como citado acima, da “série de exemplos de como a língua está sendo efetivamente usada”;

e) Variação: rotulação relativa aos diversos registros de uso dos itens lexicais, incluindo dados quanto à localização (regionalismos), quanto ao registro (como coloquial, obsoleto) e/ou quanto ao tom do discurso em que certas palavras ou construções são empregadas (como solene, jocoso, depreciativo).

Comentários específicos a respeito desses níveis de informações, particularmente acerca da taxionomia e da semântica dos itens lexicais apresentados no DUP, serão objeto da próxima seção, especialmente quando tratarmos da organização dos dados a serem analisados nesta pesquisa, uma vez que o *corpus* da presente tese é selecionado a partir desse dicionário.

Convém adiantarmos aqui que, quanto à taxionomia, os verbos são subcategorizados no DUP em verbos de ação, de processo, de ação-processo ou de estado, além de que, quando for o caso, podem ser classificados pela função gramatical exercida (verbos auxiliar, modalizador ou suporte). De sua parte, os nomes (substantivos) são subcategorizados em concretos ou abstratos, sendo esses últimos classificados, à semelhança da classe verbal, em abstratos de ação, de processo ou de estado (BORBA, 2002, p. xi). O autor salienta, porém, que os traços que respondem pela categorização e subcategorização dos itens lexicais somente

constarão no verbete se marcarem oposição (BORBA, 2002, p. viii), o que explica o fato de encontrarmos, em algumas entradas, a subcategorização NC (marcação explícita de nomes concretos), enquanto em outras entradas consta apenas a classificação quanto ao gênero (Nm/Nf), visto que não se opõem a nomes abstratos.

No tocante às informações semânticas que constituem as acepções dos verbetes do DUP, adiantamos aqui que, conforme consta na Apresentação do dicionário, essas podem se dar na forma de definições (como explicações) ou de equivalência léxica (como remissões a outras entradas desse dicionário) (BORBA, 2002, p. ix). Voltaremos a essa questão ao longo deste capítulo.

Do que tratamos nesta seção com relação ao DUP, vale salientarmos seu comprometimento com uma teoria linguística que privilegia a contextualização do item lexical, considerando-o especialmente a partir das suas propriedades sintático-semânticas. A gramática de valências (e junto com essa, a gramática de casos) responde pela organização do dicionário no que toca à sua macro e sua microestrutura, uma vez que os verbetes se organizam em conformidade com o aporte teórico apresentado pelo autor responsável pela obra lexicográfica.

Assim, após as considerações acerca dos dicionários, feitas nesta primeira grande seção do capítulo destinado à metodologia da pesquisa, quando tratamos particularmente do DEH e do DUP, obras lexicográficas a serem utilizadas para o estudo dos sufixos –ção e –mento, passaremos à segunda seção do capítulo, a fim de expormos a metodologia empregada na recolha e na seleção dos dados a serem analisados.

3.2 METODOLOGIA DE RECOLHA E SELEÇÃO DOS DADOS

Nesta seção nos ocuparemos com as decisões e procedimentos adotados para a recolha, seleção e organização dos dados para análise das palavras com –ção e –mento, que nos permitirão o reconhecimento de aproximações e diferenças entre esses dois sufixos nominalizadores à luz do quadro teórico da Morfologia Construcional. Para tanto, dividiremos a seção em duas partes: abordaremos primeiro os procedimentos relativos à extração dos dados (seção 3.2.1), para, em seguida, passarmos à abordagem dos critérios de organização dos dados coletados (seção 3.2.2).

3.2.1 Extração dos dados e constituição do *corpus*

A presente seção deve ser tomada como um espaço para apresentação das questões relativas à extração dos dados e constituição do *corpus* de análise da nossa pesquisa. Abordaremos aqui tanto as decisões tomadas para recorte do corpus, quanto os procedimentos empregados para a coleta das ULs a serem analisadas. Desde o início desta tese temos anunciado nosso objetivo da identificação das aproximações e diferenças entre os sufixos –ção e –mento, tidos como concorrentes na nominalização verbal, mas que, na realidade da língua, não se anulam mutuamente, levando, pelo contrário, à construção de formas duplas na língua.

Dada a importância das obras lexicográficas para as pesquisas linguísticas, e considerando que uma das características do DEH, conforme abordamos na seção anterior, é a abrangência da sua nomenclatura, tomamos esse dicionário como fonte dos dados que constituirão o *corpus* da análise que empreenderemos. A versão eletrônica do DEH traz um outro facilitador aos nossos trabalhos, pois possibilita a pesquisa combinada da “classificação gramatical” com a terminação a ser buscada (“terminado por”). Então, preenchamos os referidos campos com as informações necessárias do nosso estudo: solicitamos a pesquisa da classe dos substantivos terminados por –ção e, posteriormente, dos substantivos terminados por –mento. Chegamos, assim, a um total de 4.491 entradas de substantivos terminados por –ção e outras 2.762 entradas de substantivos terminados por –mento, o que comprova serem esses os dois “sufixos nominalizadores mais produtivos do português” (ROCHA, 2003, p. 127).

De fato, não são poucas as palavras atestadas com esses formantes. Devido ao número elevado de ocorrências, entendemos necessário trabalharmos com um recorte neste universo, a bem de realizarmos uma análise qualitativa condizente com o objetivo da pesquisa e requerida pelos pressupostos da última fase do Modelo construcional. Optamos, então por trabalharmos somente com os casos de formas duplas na língua, ou seja, palavras em que –ção e –mento apresentam a mesma base aparente. Assim, somente serão recolhidas palavras em que o segmento anterior a um desses formantes se apresente de forma idêntica em uma palavra com o outro formante. Ficamos, então, com 598 casos de formas duplas, que, em função da

atestação de entradas homônimas, representam 599 palavras terminadas por *-ção*⁷⁰ e 600 palavras com *-mento*⁷¹, num total de 1.199 entradas lexicográficas envolvidas.

É importante salientarmos, aqui, que a aplicação do critério de redução do corpus a partir da atestação de formas duplas no dicionário que nos constitui fonte dos dados tem respaldo no reconhecimento por parte de Danielle Corbin, de que “le lexique attesté comporta bom nombre de doublets” (CORBIN, 1987, p. 196), ao que cita “*dèlitage/dèlitement/dèlitation*” como exemplos de palavras construídas sobre a mesma base a partir de processos morfológicos diferentes. Além disso, convém mencionarmos, ainda, que o recorte do corpus tomando-se somente as formas duplas foi de antemão autorizado pela Prof^a. Margarita Correia, da Universidade de Lisboa⁷². Segundo ela, para o estudo das semelhanças e diferenças entre *-ção* e *-mento*, a observação da totalidade das palavras em português com esses dois formantes talvez pouco acrescentasse às constatações de uma análise das palavras construídas com esses sufixos sobre as mesmas bases aparentes. Partimos do entendimento de que é justamente na observação do comportamento de cada um desses sufixos sobre uma base idêntica que podem ser manifestadas as características específicas de cada formante e mesmo da palavra assim construída.

Se, por um lado, a recolha das palavras para o corpus do trabalho tem como fonte o DEH, por outro lado, a seleção das unidades lexicais a serem analisadas depende da sua atestação também no DUP. O registro das ULs no dicionário de usos se faz necessário em decorrência da relevância dos aspectos semânticos e referenciais proposta na fase mais recente da Morfologia Construcional. Uma vez que o modelo teórico com que temos trabalhado propõe uma análise de ordem categorial, semântica e referencial das unidades lexicais, entendemos que deve ser considerado aqui o léxico atual, livre de arcaísmos e expressões que já não são significativas à realidade da língua. De outra parte, a preocupação com o contexto de uso das palavras atestadas aliada às propriedades semântico-categoriais de cada UL atestada, conforme compromisso assumido pelo DUP, faz dessa obra lexicográfica fonte adequada dos dados a serem analisados para que alcancemos, ao final dos trabalhos, os

⁷⁰ Às 598 entradas com *-ção* que correspondem a uma palavra com *-mento* soma-se a forma homônima *apegação*₂, registrada como entrada específica no DEH, com sentido de “ato de tomar posse judicialmente (de alguma coisa)”, termo jurídico antigo.

⁷¹ Às 598 entradas com *-mento* que se caracterizam como forma dupla de uma palavra com *-ção* somam-se dois casos de homonímia, perfazendo 600 unidades lexicais com *-mento*: *aleitamento*₂, com sentido de “ato de colocar no leito ou na cama”; e *apartamento*₂, com sentido de “aposento”, “moradia” e não de “apartar-se”.

⁷² Tivemos a oportunidade de discutir o projeto inicial dessa tese com a Prof^a. Margarita Correia, especialista em morfologia e conhecedora do modelo construcional, principalmente na sua aplicação ao português, por ocasião do curso “Tópicos de Morfologia Portuguesa”, ministrado por ela em janeiro de 2008, oferecido pelo Departamento de Línguas Vernáculas, da Universidade de Brasília.

indicadores de diferenciação entre os itens afixais estudados. De fato, mais do que nos atermos ao léxico geral (dado pela abrangência do DEH), pretendemos aqui identificar as propriedades de –ção e de –mento conforme constam no léxico atual (registrado no DUP).

Estando suficientemente justificada nossa decisão relativa à utilização das informações de microestrutura do DUP, passamos à consulta, nesse dicionário, de cada uma das palavras recolhidas no DEH. Chegamos, então, a um total de 198 unidades lexicais a serem analisadas, que representam 99 pares de formas duplas em que um segmento reconhecido como “base aparente” da UL antecede ora um, ora outro dos formantes estudados, ou seja, temos 99 UL com –ção e 99 UL com –mento⁷³.

Diante do grande número de ULs que constituem o léxico atual, estamos cientes de que o corpus selecionado para a presente pesquisa se faz restrito por necessidade, mas reconhecemos, também, que ele é suficientemente representativo para o alcance do objetivo a que nos dispomos e, da mesma forma, adequado aos procedimentos metodológicos a serem empregados na análise dos dados. A redução do corpus em decorrência da inclusão de dados qualitativos à pesquisa é condizente com a realização de um trabalho mais pormenorizado com os indivíduos lexicais. As acepções de sentido apresentadas nos verbetes de cada unidade lexical analisada se tornam objeto importante de observação, e certamente assumem maior relevância ao presente estudo do que a quantidade de ocorrências de um e outro sufixo. À medida que diminuimos o número de palavras a serem analisadas, maior atenção deverá ser dispensada às informações trazidas no interior dos verbetes das entradas lexicográficas a serem coletadas, o que vai ao encontro da progressão do modelo teórico adotado, caracterizado, na sua fase mais recente, pela valorização dos aspectos semânticos e referenciais das palavras construídas.

3.2.2 Organização dos dados

A organização dos dados para o desenvolvimento desta pesquisa tem em vista o duplo objetivo a que nos propomos alcançar na presente tese: o reconhecimento da contribuição da

⁷³ A seleção das palavras pelo DUP levou à eliminação dos casos de homonímia encontrados na recolha das formas duplas no DEH: o dicionário de usos já não registra as formas *apegação*_{1 e 2} / *apartamento* (apenas *apgado*_A, *apegar-se*_V, *apego*_N), nem *aleitamento*₂ (somente *aleitamento*₁, com sentido de “amamentação”), e tampouco *apartamento*₁, com sentido de “ação de se apartar, se afastar” (há somente *apartamento*₂, com sentido de moradia).

trajetória teórica da Morfologia Construcional aos estudos linguísticos e, a partir daí, a identificação das semelhanças e diferenças entre os sufixos –ção e –mento nominalizadores. Sendo assim, tanto a organização quanto à análise dos dados se estruturam levando em consideração os dois grandes momentos do modelo construcional que temos abordado nesta tese (capítulo 2): a proposta inicial do modelo, revisada e atualizada em seguida (CORBIN, 1987 e 1991); e a proposta construcional mais recente (CORBIN, 1997).

Justificamos, assim, a divisão desta seção em duas partes: a primeira, que tem como base os pressupostos iniciais do modelo, é voltada à estrutura das unidades lexicais que compõem o *corpus* de análise (seção 3.2.2.1); e a segunda, que tem por base a fase mais atual do modelo, analisa com mais profundidade os verbetes das entradas lexicográficas selecionadas, revelando casos de equivalência léxica entre as unidades do *corpus* (seção 3.2.2.2).

3.2.2.1 Quanto à estrutura das unidades lexicais

Os pressupostos teóricos da Morfologia Construcional, tal como apresentados na proposição do modelo, nos convidam a olhar com atenção à estrutura das palavras que compõem o corpus coletado. A partir da estrutura das unidades lexicais, poderemos identificar, na análise dos dados a ser efetivada no próximo capítulo, aspectos importantes acerca das ULs coletadas e dos sufixos estudados, especialmente no que diz respeito à tipologia das palavras e à homonímia afixal. Para tanto, adotaremos os seguintes procedimentos relacionados à estrutura das palavras:

- a) observação quanto à possibilidade de segmentação das ULs;
- b) identificação das bases aparentes das palavras de estrutura complexa, verificando se o segmento tomado por base realmente atende às exigências do “estatuto de base” (CORBIN, 1987, p.457); e
- c) identificação da categoria lexical das bases das ULs.

Os dois primeiros procedimentos nos apontarão à tipologia das unidades lexicais, em conformidade com o modelo construcional. Tais procedimentos são importantes ao estudo dos sufixos nominalizadores, pois permitem que sejam identificadas as ULs que fogem ao padrão

“base + afixo”, justificando que as mesmas sejam excluídas da análise, uma vez que não poderão contribuir para o estudo dos itens sufixais.

É sobre as palavras construídas a partir da estrutura “base + afixo”, coletadas para o corpus da pesquisa, que aplicaremos o terceiro procedimento relativo à estrutura dos dados de análise, o qual se faz pela identificação categorial das bases a serem analisadas. Convém estarmos cientes de que a classificação das bases quanto à sua categoria maior leva-nos à questão da existência de afixos homônimos, já abordada no primeiro capítulo dessa tese e que será, necessariamente, retomada na análise do corpus (capítulo seguinte).

As questões levantadas aqui sobre a estrutura das palavras a serem analisadas, identificadas pela aplicação dos pressupostos do modelo em sua fase inicial e atualizadas com a publicação de *Lexique 10*, em 1991, serão retomadas na seção de análise dos dados. Veremos, então, que não se esgota aí a contribuição desse primeiro momento do modelo construcional aos estudos linguísticos atuais.

3.2.2.2 Quanto aos grupos de equivalências

O desdobramento da Morfologia Construcional, que veio a público através da publicação de *Silexicales*, em 1997, é marcado pelo aprofundamento das questões semânticas concernentes às unidades lexicais e, em especial, às unidades lexicais construídas, tal como expusemos no segundo capítulo desta tese. Em razão disso, a análise dos dados, a ser empreendida no próximo capítulo, requer uma atenção maior ao conteúdo dos verbetes das palavras coletadas e selecionadas para comporem o *corpus* de trabalho.

Importa dizermos que, já no momento de recolha e seleção do *corpus*, ficou evidente a quantidade dessas entradas lexicográficas que apresentam remissão por equivalência léxica à respectiva forma dupla, em que a mesma base aparente é empregada na construção de palavras com um outro sufixo da mesma regra. Em razão disso, as unidades lexicais que compõem o corpus de análise deste estudo foram organizadas em três grupos diferentes, tomando-se por critério para tal classificação a informação quanto à “equivalência léxica” trazida nos seus respectivos verbetes no DUP. A classificação por grupos de equivalência se justifica pelo fato de que, ao remeter às definições e informações da respectiva forma dupla, a UL estudada permite evidenciar características e propriedades do outro sufixo.

Assim, à medida em que uma palavra com –ção faz remissão à respectiva forma dupla, deve ser entendida, em termos gerais, como assumindo as mesmas propriedades semânticas e contextuais da palavra com –mento e, conseqüentemente, revelando características específicas e preferenciais do sufixo –mento. Da mesma forma, as palavras com –mento que equivalem à unidade lexical construída com a mesma base e o sufixo –ção assumem as propriedades preferencialmente associadas ao sufixo –ção.

Não podemos deixar de considerar, entretanto, que a atestação dos duplos só se justifica na língua se eles não se anularem mutuamente. Isso significa que, ao serem atestadas as duas formas num dicionário caracterizado pelo compromisso com o uso, uma e outra UL trazem informações diferentes que lhe são específicas e, conforme nos alerta o modelo associativo que fundamenta esse estudo, tais nuances de sentido já estão marcadas na sua forma e/ou estrutura. Convém, então, que a análise dos dados considere conjuntamente as duas unidades lexicais, a fim de melhor se perceber as nuances de sentido atualizadas por uma e por outra forma.

Entendemos, então, necessária a organização do corpus de análise pelo critério de equivalência lexical, conforme o DUP, considerando a informação remissiva constante nos respectivos verbetes. Para isso, providenciamos a organização do *corpus* em grupos de equivalência e a inclusão da ULC em um dos grupos sempre que uma das suas acepções fizer remissão à respectiva forma dupla. Apresentamos a seguir os três grupos de equivalência que deverão ser considerados na organização do corpus, a fim de que alcancemos o objetivo da presente pesquisa:

- Grupo 1: uma acepção da ULC com –mento equivale a uma acepção da ULC com –ção ($X\text{-mento} \rightarrow X\text{-ção}^{74}$): são evidenciadas propriedades associadas ao sufixo –ção (*renegamento*: equivale a *renegação*);
- Grupo 2: uma acepção da ULC com –ção equivale a uma acepção da ULC com –mento ($X\text{-ção} \rightarrow X\text{-mento}$): são evidenciadas propriedades relativas ao sufixo –mento (*agravação* equivale lexicalmente a *agravamento*);
- Grupo 3: há reciprocidade de equivalência lexical ($X\text{-ção} \leftrightarrow X\text{-mento}$), em que tanto uma acepção de X-ção equivale a X-mento, quanto uma acepção de X-mento

⁷⁴ Empregaremos “X” como variável referente à base (e base aparente) da unidade lexical. X-mento, então, se refere à construção de uma unidade lexical estruturada mediante um segmento de base (X) que também é encontrado em X-ção.

remete a X-ção (*aleitação* equivale a *aleitamento*, que, por sua vez, equivale a *aleitação*).

As ULCs pertencentes a esses três grupos merecem atenção redobrada na análise dos dados, pois devem ser consideradas as características das acepções com equivalência léxica e, quando for o caso, serão analisadas de forma específica as acepções com autonomia lexical, assim entendendo aquelas que não remetem à forma com o outro sufixo estudado. Outro aspecto que não pode ser desconsiderado na análise são os motivos que levam à equivalência a uma determinada acepção da forma com o outro sufixo em detrimento das outras eventuais acepções do verbete.

Cabe-nos salientar, ainda, que a análise das ULs que integram o corpus (apresentando ou não equivalência lexical) se fará a partir dos critérios definidos pelo modelo teórico adotado, conforme será apresentado no início do capítulo 4 desta tese.

RESUMO DO CAPÍTULO

O terceiro capítulo desta tese trata dos procedimentos metodológicos adotados para a aplicação do aporte teórico (apresentado no capítulo 2), na análise dos dados desta pesquisa, a ser realizada no capítulo 4. O capítulo foi dividido em duas seções pela necessidade de abordarmos algumas questões atinentes à utilização dos dicionários nas pesquisas linguísticas.

Duas características das obras lexicográficas tornam-se argumentos que justificam a importância do uso dos dicionários de língua geral nos estudos lexicais (seção 3.1): o fato de os dicionários serem instrumentos de consulta aos usuários da língua, trazendo conceitos elaborados e cristalizados na cultura; e por oferecerem, aos pesquisadores e especialistas, um acesso objetivo às unidades lexicais atestadas. Não podemos ignorar, porém, as limitações próprias da obra lexicográfica, tanto no que diz respeito às questões editoriais (tamanho, público alvo, documentos fonte), quanto no que concerne a questões epistemológicas e linguísticas: fato é que o real lexicográfico (que inclui informações semióticas e de cunho social) não reflete o real linguístico, pois, além de carecer de fundamentação teórica que sustente as decisões quanto à sua macro e microestrutura, não se aprofunda nas questões linguísticas. Ainda assim, é instrumento necessário às pesquisas sobre o léxico.

Depois desses esclarecimentos, passamos a apresentar as duas obras lexicográficas utilizadas para a constituição do *corpus* para a análise dos dados desta tese: o Dicionário

Eletrônico Houaiss (DEH) e o Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUP). Vimos que o DEH (seção 3.1.1) fundamenta-se em uma nominata abrangente, na análise dos elementos mórficos e no esforço de datação. É em razão da abrangência da nomenclatura atestada que esse dicionário pode representar importante contribuição quantitativa no levantamento do *corpus* da pesquisa. O DUP (seção 3.1.2) caracteriza-se como um dicionário com fundamentação teórica clara (na Gramática de Valências), com foco no uso da língua. Essa obra lexicográfica ocupa-se em apresentar as propriedades linguísticas (sintáticas e semânticas) na contextualização de uso das palavras atestadas. Em razão disso, esse dicionário assume compromisso em dispensar especial atenção às definições e abonações constantes nos verbetes de cada entrada lexicográfica.

Temos, nas características próprias de cada um desses dicionários, as razões que nos levaram a tomá-los como fonte para a recolha e a seleção dos dados desta pesquisa (seção 3.2). Quanto à extração dos dados que constituem o *corpus* a ser analisado para que alcancemos os objetivos desta tese (seção 4.2.1), recolhemos no DEH as unidades lexicais em que *-ção* e *-mento* são empregados sobre a mesma base aparente (caracterizando-se como formas duplas na língua) e tomamos como critério para a seleção do *corpus* o fato de tais palavras serem atestadas também no DUP. Tal seleção é importante ao nosso trabalho, uma vez que são as informações constantes nesse dicionário que constituirão os dados para a análise a ser realizada aqui (classificação subcategorial, acepções e abonações).

A organização dos dados (seção 3.2.2) foi feita em conformidade com a trajetória teórica da Morfologia Construcional, que fundamenta essa pesquisa sobre os sufixos *-ção* e *-mento*. A partir dos pressupostos iniciais do modelo (CORBIN, 1987 e 1991) propusemos a organização dos dados conforme a estrutura das unidades lexicais (seção 3.2.2.1), o que repercutirá na tipologia das palavras e na questão relativa à homonímia lexical. O aprofundamento dos estudos semânticos que marca a fase mais recente do modelo (CORBIN, 1997) leva-nos à organização dos dados em grupos de equivalência (seção 3.2.2.2), conforme registro das remissões por equivalências léxicas encontradas nos verbetes das palavras coletadas. Dessa forma, pretendemos passar à próxima seção desta tese, quando apresentaremos a definição das categorias analíticas que conduzirão nosso trabalho e a realização da análise dos dados desta pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O presente capítulo se destina a apresentar a análise dos dados que compõem o corpus da pesquisa. Mediante o que temos abordado sobre o desenvolvimento teórico da Morfologia Construcional (capítulo 2) e considerando o que se conhece acerca dos sufixos nominalizadores –ção e –mento (capítulo 1), nos propomos aqui a analisar as informações constantes nos verbetes das unidades lexicais com esses formantes registrados no DUP, a fim de reconhecermos pontos em que esses sufixos se assemelham e, especialmente, aspectos que fazem a diferença entre eles.

Esse capítulo se caracteriza, então, como espaço privilegiado para que alcancemos o objetivo de contribuição aos estudos linguísticos a que nos propomos, tanto pela identificação e caracterização dos sufixos –ção e –mento, quanto pelo reconhecimento da trajetória teórica do modelo construcional e da importância de sua aplicação para um maior conhecimento do léxico.

O capítulo está estruturado em três seções. Apresentamos, de início, os fundamentos para a análise dos dados, quando trataremos as categorias analíticas referentes aos dois momentos do desenvolvimento do modelo construcional (seção 4.1). A segunda seção é destinada à análise dos dados propriamente dita, em que procederemos à aplicação das categorias de análise sobre o corpus da pesquisa (seção 4.2). A sistematização dos resultados a que chegamos ao final do trabalho de análise dos dados é objeto da terceira seção (seção 4.3), seguida do capítulo.

4.1 FUNDAMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

A primeira seção deste capítulo de análise dos dados ocupa-se em trazer os fundamentos para a realização da pesquisa. Com base no desenvolvimento do modelo, em que identificamos dois importantes momentos de abordagem dos fenômenos linguísticos, propomos a divisão desta seção em duas partes referentes à apresentação das categorias de análise a serem empregadas na próxima seção. Começaremos abordando as categorias analíticas propostas em conformidade com o momento inicial do modelo construcional (seção 4.1.1) e, então, retomaremos as categorias de análise da fase mais recente do modelo (4.1.2)

4.1.1 Categorias analíticas conforme Corbin, 1987 e 1991

Na presente seção apresentaremos categorias de análise para o maior conhecimento dos itens afixais, levantadas a partir da proposta inicial da Morfologia Construcional, com a publicação da obra marco em 1987, e considerando a atualização proposta a partir de *Lexique 10*, em 1991. Fato é que as características do modelo de Danielle Corbin e, em especial, a estratificação do léxico com os itens lexicais e as regras próprias de cada nível do Componente Lexical, conforme apresentado pela autora (CORBIN, 1987, p. 417), permitem-nos conclusões que vão além daquilo que, até então, é trazido pela literatura conhecida acerca dos dois formantes em questão, objeto do primeiro capítulo desta tese.

Vimos que na proposta inicial do modelo, ainda que sem prejuízo ao seu caráter associativo, houve maior abordagem (e conhecimento) das questões formais e estruturais relativas ao léxico. Em razão disso e conforme já anunciamos quando tratamos da organização dos dados desta tese (seção 3.2.2.1), os critérios para análise dos itens lexicais em conformidade com a proposição inicial do modelo construcional se dão a partir de aspectos associados à sua estrutura. Assim, assumimos que as categorias analíticas se organizam ao redor de três eixos: (a) quanto à tipologia das palavras; (b) quanto à categoria das bases; e (c) pelo reconhecimento das informações inerentes aos itens afixais. Trataremos, a seguir, de cada um desses aspectos que nos permitem a análise dos dados.

a) Quanto à tipologia das palavras:

Adotando os procedimentos metodológicos explicitados no capítulo anterior no que diz respeito à possibilidade de segmentação da unidade lexical e à identidade dos segmentos que a compõem, verificando se um deles realmente tem “estatuto de base”⁷⁵ para a construção de novas unidades lexicais e se o outro segmento é, de fato, um item afixal na língua, temos três tipos de palavras possíveis:

- palavras simples (não complexas): sem segmentação interna⁷⁶;
- palavras complexas não construídas: com uma estrutura interna segmentada, mas um dos elementos que a constitui não tem estatuto reconhecido, ou seja: ou é identificada uma base, sem que o outro elemento seja reconhecido como item afixal na língua; ou um dos elementos é, de fato, um afixo, mas o outro segmento que o acompanha não tem estatuto de base⁷⁷;
- palavras complexas construídas: com estrutura interna segmentada, constituídas por um segmento de base e um segmento afixal, os quais se unem em um novo item lexical, respeitando os processos de construção da língua e reconhecidos pela competência linguística dos falantes.

b) Quanto à categoria lexical das bases, potencialmente teríamos:

- bases adjetivais: em que –ção e –mento se uniriam a um adjetivo (entretanto não encontramos tal possibilidade na língua⁷⁸);
- bases nominais: com –ção e –mento unidos a um substantivo, em que à palavra construída é associado o sentido inerente de “coleção de N”⁷⁹;

⁷⁵ Conforme o princípio de delimitação das entradas lexicais suscetíveis a servirem de bases na construção de palavras, entre outras condições, é necessário que tal segmento pertença a uma categoria maior, tenha propriedades sintáticas e propriedades silábicas em consonância com a língua, seja interpretável e se aplique a mais de uma regra de construção de palavras (CORBIN, 1987, p. 457).

⁷⁶ Como exemplo de palavra simples na língua, podemos citar *tormento*, unidade lexical que integra o corpus desta pesquisa.

⁷⁷ Como exemplo de palavra complexa não construída encontrada no corpus do nosso trabalho, citamos *sedição*, em que o usuário da língua pode reconhecer um sentido de ação ou processo, marcado por –ção, entretanto o segmento que o antecede não é identificado como base para a construção dessa palavra. Retomaremos esse exemplo no capítulo relativo à análise dos dados.

⁷⁸ Ribeiro (1890, 2ª ed., p. 134) menciona *contentamento*, *atrevimento* e *sacramento* como exemplos em que –mento poderia ser aplicado tanto à base adjetiva, quanto à base verbal. Considerando o caráter explanatório do modelo construcional, que busca explicar as regularidades que estão atrás de aparentes idiossincrasias e ditas irregularidades da língua, discordamos do autor, assumindo que os referidos substantivos têm por base de construção, respectivamente, os verbos *contentar-se* (esse, sim, construído sobre o adjetivo *contente*) e *atrever* (que também é base para a construção de *atrevido*), enquanto *sacramento* é palavra não construída em português (do latim, *sacramentum*, i).

⁷⁹ Como no caso de *armamento*, palavra construída sobre a base “*armas*” (substantivo concreto).

- bases verbais: com os sufixos –ção e –mento nominalizando verbos, atualizando o sentido de “ação ou processo de V”.

c) Quanto às informações lexicais afixais:

Um aspecto importante elucidado pelo modelo construcional, já na sua proposição inicial, refere-se às informações trazidas pelos itens afixais desde o Componente de Base. Corbin (1987) apresenta as informações que são inerentes aos itens lexicais afixais da língua, descritas na sua inscrição no primeiro nível do Componente Lexical e que lhe acompanham nos demais níveis de estratificação do léxico, devido à utilização do afixo na construção de palavras e sua inserção lexical. Referimo-nos às seguintes informações afixais: (a) marca categorial; (b) sua representação fonológica; (c) referência à RCP em que atua (em que é associado a uma relação categorial e a um sentido) ; (d) seus traços diacríticos, incluindo a sua disponibilidade na língua, sua subcategoria, a possibilidade de atuar em regras menores, e gênero da nova palavra; e (e) suas particularidades contextuais, que influenciam na seleção das bases junto às quais o afixo atuará.

Essas são as categorias de análise das palavras e da atuação dos itens afixais a serem consideradas em conformidade com a proposta inicial do modelo construcional.

4.1.2 Categorias analíticas conforme Corbin, 1997 *et seq.*

Nesta seção, nosso objetivo é apresentar as categorias analíticas a serem assumidas no estudo das palavras com –ção e com –mento que compõem o corpus da presente pesquisa, a fim de chegarmos a constatações sobre as semelhanças e diferenças entre esses dois sufixos nominalizadores. Salientamos que as categorias de análise aqui expressas estão ancoradas na teoria linguística que é fundamento e objeto desta tese, tomando-se especialmente o avanço do modelo proposto na fase mais atual (capítulo 2). Além disso, consideramos também o que já é conhecido sobre esses sufixos, conforme apresentado na literatura (capítulo 1). Assim, a análise linguística a que nos propomos reúne as informações, constatações e conhecimentos com que temos trabalhado desde o início da presente tese. Destacamos, porém, que mais do que retomarmos as categorias consideradas com base na fase inicial do modelo, trazemos

aqui, para o estudo dos sufixos –ção e –mento, o conhecimento alcançado na fase mais recente dos estudos construcionais.

Embora a Morfologia Construcional conserve as suas características iniciais, como modelo associativo, que trabalha conjuntamente a forma e o sentido na construção das unidades lexicais, o conhecimento mais aprofundado dos aspectos semânticos que caracteriza os estudos recentes do modelo trazem uma nova visão do léxico. Se antes entendia-se que o sentido da nova palavra construída dependia completamente da operação semântica envolvida na regra de sua construção, temos agora que os itens afixais são portadores de instrução semântica que lhes permite influenciar no sentido da nova UL e, também, participar de forma ativa na seleção das bases a que se adjungem, atualizando preferencialmente um ou outro traço da base na nova palavra.

O aprofundamento dos estudos semânticos revela, na fase atual, a supremacia do sentido sobre os demais aspectos envolvidos na construção das palavras, influenciando na categoria e na referencialidade da ULC. Como consequência disso, vemos cair a obrigatoriedade de unicidade categorial entre base e palavra construída, desde que seja garantida a manutenção do sentido associado ao processo de construção.

Mais do que ocupados com a descrição do léxico, temos agora nosso olhar voltado ao aspecto explanatório da teoria, buscando as regularidades que permitem esclarecer e explicar os fenômenos linguísticos. É em razão disso que esse modelo sincrônico nos leva à consulta histórica acerca dos itens lexicais, assumindo-se que os dados etimológicos podem contribuir para o entendimento de fatos que poderiam ser superficialmente tidos apenas como irregularidades ou idiosincrasias lexicais.

Ancorados nas alterações propostas pelo avanço da Morfologia Construcional, principalmente no que toca à valorização semântica e aos tipos de informações que acompanham os itens afixais, buscamos nessa última fase do modelo a fundamentação para a proposição e organização das categorias analíticas adotadas nessa pesquisa.

Concordamos que todos os oito tipos de informações específicas trazidas pelos afixos sejam reconhecidamente relevantes para a sua identificação e caracterização⁸⁰ (CORBN, 1997b, p.84). Propomos, porém, que os critérios para nossa análise se estruturam a partir de quatro desses tipos de informações próprias dos afixos (as quais somamos a referência), que

⁸⁰ Além das informações específicas dos afixos abordadas nesta seção, os outros tipos de informações afixais são: variações alomórficas, variações flexionais (como o gênero a ser atribuído à nova ULC); pronúncia; subcategoria afixal (no caso, [sufixo]); e informações históricas (CORBN, 1997b, p.84).

tomamos como importantes e necessárias para este estudo dos sufixos –ção e –mento, quais sejam: (a) relação categorial, (b) sentido, (c) referência e (d) restrições sobre as bases.

Antes de apresentarmos as categorias analíticas que se organizam a partir desses quatro tipos de informações dos afixos, convém considerarmos, aqui, a importância dos dados históricos relativos aos itens afixais. É bem verdade que uma das características da Morfologia Construcional é o fato de ser um modelo de estudo sincrônico do léxico que, dada sua natureza associativa e estratificada, busca explicar as aparentes irregularidades e idiosincrasias lexicais. É o caráter explanatório do modelo que faz buscar nos dados históricos a explicação para os fenômenos linguísticos. Em nosso estudo sobre –ção e –mento à luz do percurso teórico do modelo construcional, encontramos duas informações históricas importantes à pesquisa. A primeira dessas informações é que, conforme Ribeiro (1890, 2ª ed., p. 138), o sufixo –mento fora muito empregado no século XV, mas a tendência da língua moderna para a construção das formas nominalizadas é o emprego de –ção e da derivação regressiva:

Commum a todas as línguas românicas, era este suffixo empregado mais á larga pelos nossos classicos do seculo 15, que diziam *naviamento* por *navegação*, *atrazamento* por *atrazo*, *perdimento* por *perdição*, *fallamento* por *falla*, *sucedimento* por *sucesso*, *geramento* por *geração*, e assim *refrescamento*, *estoiramento*, *esprovamento*, que se tornaram obsoletos, preferindo a lingua moderna a esse processo derivativo pelo suffixo *mento* ou a derivação propria, em que o suffixo *mento* é substituído pelo suffixo *ção*, *ão*, ou o processo de derivação impropria, isto é, sem o emprego do suffixo, processo mais harmonico e menos pesado. O número dos substantivos em *mento* ficou, pois, muito restringido, a partir do seculo 16. (RIBEIRO, 1890, 2ª ed, p. 138)

O emprego de –mento pelos “clássicos do século 15” pode explicar o fato de encontrarmos, no *corpus* da nossa pesquisa, exemplos em que esse sufixo parece mais associado a áreas técnicas ou científicas (com traço que identificamos como [+especializado]). De outra parte, se a “língua moderna” prefere o uso de –ção, temos explicada a maior produtividade deste sufixo e, em alguma medida, a nuance [+coloquial] que pode lhe ser atribuída.

O outro fator a considerar é que encontramos nos dados históricos a explicação para diferentes comportamentos do sufixo –mento. Considerando a origem latina do referido formante (MEILLET, 1914), podemos reconhecer três tipos de –mento:

- com origem no neutro plural da 2ª declinação latina, encontramos a terminação –menta, –mentorum, presente no léxico atual do português como o sufixo denominal –mento₂,

com sentido de “conjunto/coleção de N” – no corpus para análise desta pesquisa, temos, como exemplo, *armamento* (de *armamenta,orum*), com sentido de “conjunto de armas_N”;

- com origem no neutro singular da 2ª declinação, temos a terminação –mentum, –menti, encontrada no léxico atual em nomes abstratos – temos aí o sufixo deverbal paralelo ao sufixo –ção, objeto da presente tese, o qual pode ser exemplificado através de ULCs do corpus desta pesquisa, como em *incitamento* (de *incitamentum,i*);

- com origem no neutro singular da 3ª declinação latina, encontramos a terminação –men, –aminis, que possibilitou a criação, no latim, de unidades lexicais que foram apropriadas pela língua portuguesa (como palavras não construídas), como nas seguintes palavras que integram o *corpus* desta pesquisa, conforme registrado em Koehler (1955):

encantamento – de *cantamen,aminis*: fórmula mágica para feitiçarias, encantamento;

firmamento – de *firmamen,aminis*: apoio;

ligamento – de *ligamen, aminis*: atadura, ligadura, laço, cordão

medicamento – de *medicamen,aminis*: remédio

nutrimento – *nutrimen ,iminis*

Quanto aos critérios para a análise dos dados a ser empreendida, temos a considerar que embora reconhecendo a importância e influência do sentido sobre os outros tipos de informações afixais que abordaremos aqui, em virtude da apresentação e organização dos dados de análise, começaremos abordando as questões relativas à informação categorial que envolve os afixos, para, então, passarmos a tratar do sentido. Juntamente com essas, quando se fizerem necessários, lançaremos mão dos dados históricos e etimológicos vinculados aos afixos, às bases ou às ULCs.

Passamos a expor, aqui, as categorias de análise a serem empregadas nesta pesquisa:

a) Quanto à informação categorial:

Antes de tratarmos da informação categorial das ULCs, convém salientarmos que os itens afixais trazem também informação quanto à sua subcategoria. Tendo por foco do estudo dois sufixos nominalizadores, lembramos aqui que é o sentido da ULC o responsável pela definição do processo morfológico a ser empregado na construção da referida palavra, o que

influencia diretamente na sua estrutura. Conforme vimos no capítulo 2, no caso de nominalizações, há preferência pela sufixação.

Ao tratarmos de questões categoriais na construção de palavras, mais do que a identificação do processo morfológico e subcategorização dos itens afixais a serem utilizados, devemos tratar da classificação categorial das novas ULCs. Sabemos de antemão que as palavras construídas com *-ção* e com *-mento* integram a categoria nominal. Importa, então, olharmos para a subcategoria dessas ULCs. Assumimos aqui a subcategorização nominal utilizada no DUP, que nos é dada no texto de Apresentação desse dicionário e na teoria que o fundamenta, o que foi tratado na seção 3.1.2.

Conforme a Apresentação do DUP (BORBA, 2002, p. viii), num primeiro momento, os nomes em português são subcategorizados em dois grupos:

- Nomes concretos (NC): têm referente independente no mundo dos objetos, podendo ser animados (humanos ou não humanos) ou não animados (contáveis ou não-contáveis);
- Nomes abstratos (NA): não têm um referente independente, tratando-se de atos, eventos, estados relacionados a seres, coisas ou estados de coisas.

A teoria linguística que fundamenta o DUP esclarece que “concreto” e “abstrato” não devem ser tomados como categorias estanques e constantes, tratando-se, antes, de “grandezas escalares” que também dependem do contexto em que o nome é empregado (BORBA, 1996, p. 84). As operações de abstratização e de concretização mostram-se, assim, bastante comuns na realidade da língua. O resultado da abstratização é facilmente encontrado na dinâmica discursiva, mediante a associação (metafórica ou metonímica) a que é passível um nome concreto (BORBA, 1996, p. 85). Por outro lado, a concretização de um nome abstrato também pode ser vista, resultando da retração semântica dada pela perda de traços característicos, ao que se soma a especialização semântica pela incorporação de traços de nomes concretos, como animado/não animado (BORBA, 2003, p. 174 e 189). Assim, é possível que um item lexical transite entre essas subcategorias nominais, conforme o enfoque que assume no contexto.

A subcategorização nominal, entretanto, não se limita à classificação entre nomes concretos e nomes abstratos. Especificamente sobre os nomes abstratos, é importante considerar que, à medida que se associam sintaticamente a verbos suportes, “funcionam como

núcleo de predicado e, portanto, podem, como os verbos, indicar ação, processo ou estado” (BORBA, 2003, p. 177). Então, à semelhança da subcategorização verbal, temos⁸¹:

- Nomes abstratos de ação (NAA): trazendo o traço atividade, podem estar associados a verbos suportes típicos fazer e dar – *Para dar risada, põe a mão na cabeça. (AVE)*;
- Nomes abstratos de processo (NAP): são não-agentivos e não-estáticos, podendo estar associados aos verbos dar e ter – *O moço tinha muita tosse (CF)*;
- Nomes abstratos de estado (NAE): com traço não-atividade, associando-se a verbos suportes como ter e estar – *Não tinha ele, como Zola, o apetite do perigo. (FI)*.

b) Quanto ao sentido das ULCs:

Procuraremos analisar as palavras do corpus a partir de três tipos de informações especificamente associadas ao aspecto semântico: quanto ao sentido associado à categoria; quanto à duração da ação/processo verbal; e quanto à abrangência do sentido.

No que diz respeito ao sentido vinculado à subcategoria nominal, as ULCs com –ção e –mento podem trazer nuances:

- agentivas: com ênfase na participação de um agente (*adestramento*);
- processuais: enfatizando a transformação de um ser afetado (*desfolhamento*);
- aspectuais: explorando um aspecto/condição/situação (*descaramento*).

Quanto à duração da ação ou processo verbal, o sentido nominalizado por –ção e por –mento pode ser:

- eventivo: evidenciando traço de efetuação (*castração*) – corresponde, conforme Rodrigues (2006), à “unitarização temporal do evento”;
- recorrente (ou “frequentativo”)⁸²: em que é destacada a frequência da execução da ação ou do processo verbal (*xingação*) – corresponde à “reiteração do evento”, citado por Rodrigues (2006);

⁸¹ Preferimos trazer, aqui, seguindo cada subclasse, os exemplos apresentados em Borba (2003, p. 177), ainda que tais nomes não constem no *corpus* deste trabalho. As letras maiúsculas entre parênteses remetem ao documento de atestação do item lexical no *corpus* do DUP.

⁸² O termo “frequentativo” é utilizado no DEH, como no verbete de –ear.

- contínuo: marcando a “continuidade” da ação ou do processo associado ao verbo base (*depauperação*) – corresponde ao que Alexandra Rodrigues (2006) identifica como caráter “processual”; entretanto, a fim de evitarmos confundir com a nuance processual vinculada à relação semântico-categorial já referida, preferimos usar o termo “contínuo”/ “continuidade”;
- permanente: sem manifestar alterações no tempo, marcando mais um estado ou condição de permanência (*isolamento*).

Quanto ao sentido apresentado nas acepções da ULC, podemos identificar nas palavras do corpus um sentido:

- geral: abrangente, que cabe a diferentes situações de uso da ULC (*aleitação*);
- específico: sentido restrito a um tipo de uso (*aleitamento* – como “materno”);
- coloquial: mais popular, usado com conotação informal ou de posição sócio-cultural inferior (*pegação*);
- especializado: associado a áreas específicas, com sentido mais técnico ou científico (*ligamento, enquadramento*).

c) Quanto à referência da ULC:

Vemos que uma das contribuições da fase mais recente do modelo construcional é o fato de considerar o sentido referencial como parte constitutiva do sentido construído da ULC. Procuraremos analisar o comportamento das palavras do corpus considerando se há:

- referência à “ação/processo”: o aspecto “verbal” é muito presente salientando o movimento, a ação ou o processo aludido (*esfregação, aglutinação, povoamento*);
- referência ao “resultado” da ação ou do processo verbal: normalmente gerado por deriva semântica do sentido inicialmente construído (*entrevamento*);
- referência no “produto” da ação ou do processo verbal: geralmente trata-se de um referente concreto resultante do verbo (*inchação*);
- referente próprio, sem remeter ao referente do verbo base, assumindo um sentido diferente daquele normalmente esperado pela ação/processo verbal (normalmente com traço concreto) (*cerração*);

- retomada do referente do verbo base (*degolação*⁸³).

d) Quanto às restrições sobre as bases:

Com o objetivo de identificar diferenças de comportamento dos itens afixais estudados com relação à seleção e ao tratamento sobre as bases verbais, as ULCs do corpus (e suas bases) serão consideradas sobre três aspectos: categoria de origem; subcategoria verbal; e acepção da base atualizada com um e com outro sufixo de nominalização verbal.

Quanto à categoria de origem do verbo, em pesquisa a dados históricos sobre o indivíduo lexical analisado, seja na sua estrutura em português, seja na sua língua de origem (antes da inserção no português), encontramos verbos base com origem em⁸⁴:

- Adjetivo, ou seja, o verbo é construído sobre um adjetivo (*igual / igualar*);
- Substantivo, a partir do qual é construído um verbo em português (*povo / povoar*);
- Verbo, existente já na língua de origem (*angariar*, do latim “*angario*”, verbo de 1ª conjugação);
- Verbo com origem em Adjetivo na língua, ou seja, o verbo já existia em Latim (por exemplo), mas nessa língua fora construído a partir de um adjetivo (*acelerar*, em português, de *celero*, verbo de 1ª conjugação latina, construído sobre o adjetivo “*celere*”);
- Verbo com origem em Substantivo, em que o verbo fora construído sobre base nominal antes de sua inserção no português (ex: *empalar*, com origem no espanhol “*palo*”, pau).

É importante salientarmos que nosso interesse com tal categoria de análise é identificar se um dos sufixos estudados prefere selecionar bases verbais de natureza específica, o que requer que olhemos para as palavras nominalizadas verificando se são retomadas ali as propriedades categoriais de origem.

⁸³ Nos verbetes de “degolação” e “degolamento” do DEH consta apenas a remissão à “degola”.

⁸⁴ Para a análise quanto à categoria de origem dos verbos que são base às nominalizações com -ção e com -mento, após identificarmos os verbos base de cada UL que compõe o corpus, consultamos um dicionário etimológico (CUNHA, 2010) e um dicionário latino-português (KOEHLER, 1955).

Quanto à subcategorização verbal, consultaremos os verbetes dos verbos de base das ULCs que integram o corpus da pesquisa, classificando-os conforme as subcategorias adotadas pelo DUP (BORBA, 2002, p. vii), que têm por critério o papel semântico desempenhado pelo sujeito verbal, em conformidade com a gramática de casos (BORBA, 1996, p. 58-60), podendo ser:

- Verbo de ação (VA): com traço característico de atividade, em que o sujeito é o agente (e, não raro, o controlador) da ação do verbo, sem que haja alguma mudança a um possível complemento;
- Verbo de processo (VP): expressa sucessão de eventos, sendo o sujeito paciente (afetado), experimentador ou beneficiário do processo verbal, que envolve um “acontecer” ou “experimentar” algo;
- Verbo de ação-processo (VAP): com traço de atividade que afeta o complemento verbal, expressando uma mudança de estado, de condição ou de posição, em que o sujeito do verbo deixa de ser controlador da ação;
- Verbo de estado (VE): expressa uma propriedade (estado, condição, situação) do sujeito, que é mero suporte ou experimentador, sendo que um dos argumentos do verbo é inativo (nem agente, nem causativo, nem paciente).

Quanto à acepção do verbo de base atualizada na nominalização, consideramos que a ULC pode atualizar:

- o sentido original do verbo: sentido natural do verbo, anterior a derivações de sentido, sendo que, em verbos construídos (em português ou em outra língua), o sentido original do verbo equivale ao seu sentido morfológico, que remete à base sobre a qual o verbo foi construído (*ordenar*: “colocar (em) ordem_S”; *acomodar*: “tornar cômodo_A”; *agitar*: “agir_V ou mover rápida ou repetidamente”);
- o sentido derivado do verbo: sentido diferente daquele original do verbo, mas a ele associado como resultado da aplicação de operações semânticas⁸⁵ (*enquadrar* tem duas acepções atualizadas em *enquadramento*: como “focalizar” e como “incluir em lei penal”, enquanto que a acepção original “colocar em quadro, emoldurar” não é nominalizada).

⁸⁵ São considerados aqui os casos em que a palavra nominalizada atualiza um sentido verbal decorrente de polissemia, seja por operações metafóricas ou metonímicas.

Convém salientarmos que além dessas duas possibilidades de atualização do sentido do verbo base (sentido morfológico e sentido derivado), a ULC pode ainda apresentar acepções que atualizam:

- o sentido de uma acepção da própria ULC: nesse caso, a acepção em questão é resultado de derivação semântica de outra acepção do mesmo nome, registrada no mesmo verbete (*adestramento* como “treinamento de animais” deriva semanticamente de outra acepção dessa mesma ULC, “treinamento, preparação”, que atualiza o sentido original do verbo base *adestrar*: “tornar destro, hábil, capacitar”).

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Na seção anterior, apresentamos os fundamentos para análise considerando tanto as categorias analíticas relativas à proposta inicial da Morfologia Construcional, quanto as categorias referentes à versão mais recente do modelo. Cabe-nos, agora, passarmos para a análise dos dados, que se fará em conformidade com esses dois diferentes momentos da Morfologia Construcional. Na primeira parte desta seção, mencionaremos as conclusões a que se chega em razão da aplicação das categorias analíticas da proposta inicial às unidades lexicais com *-ção* e com *-mento* (seção 4.2.1). Na segunda seção, procederemos a análise dos dados do corpus em conformidade com as categorias analíticas conhecidas a partir da fase mais recente do modelo (seção 4.2.2).

4.2.1 Análise dos dados conforme Corbin, 1987 e 1991

Nesta seção, abordaremos dados relativos à aplicação, a esta pesquisa, das categorias analíticas dadas pela proposta inicial da Morfologia Construcional (CORBIN, 1987), considerando também a atualização feita em Corbin (1991). A aplicação dos conceitos teóricos é complementada por algumas das constatações a que se chegou por ocasião da elaboração do estudo metalexográfico desses formantes realizado em SANTOS (2006), que foi fundamentado, no que toca à morfologia, na proposta de CORBIN (1987).

Como anunciamos na seção relativa aos fundamentos para a análise, o modelo construcional, ao considerar a construção conjunta da forma e sentido das unidades lexicais, permite a análise dos indivíduos lexicais a partir de aspectos ligados à sua estrutura. Temos, então, três critérios previstos em Corbin (1987) a considerar no estudo das aproximações e diferenças entre os sufixos –ção e –mento: quanto à tipologia da palavra; quanto à categoria das bases; e quanto às informações inerentes aos itens afixais.

a) Quanto à tipologia das palavras

Considerando a possibilidade de segmentação da unidade lexical a ser analisada, reconhecemos a tipologia apresentada em Corbin (1987), que há palavras simples (sem estrutura interna), palavras com estrutura interna, mas sem segmento com estatuto de base (ou sem afixo) e palavras construídas na língua.

É necessário enfatizarmos, aqui, que as palavras não segmentáveis, reconhecidas como “palavras simples”, não se justificam no estudo dos sufixos. Num primeiro olhar para as 198 palavras que compõem o corpus da presente pesquisa, encontramos três que se enquadram nessa categoria, as quais, a partir de então deixarão de integrar o total de palavras a ser analisadas. São elas:

- *apartamento* (Nm)⁸⁶, com sentido de “imóvel para moradia”, que entrou para o léxico do português por empréstimo do francês (*appartement*);

- *sedimento* (Nm), com sentido de “depósito de substâncias em um líquido”, provinda do latim (*sedimentum*, *i*) para o português;

- *tormento* (NAE), com sentido de “desgraça, angústia ou suplício”, existente no latim (*tormentum*, *i*) e vinda assim ao português, sem que se possa identificar qualquer tipo de base na nossa língua⁸⁷.

As demais ULs são “palavras complexas”, as quais têm estruturas com segmentação possível. Quando apresentamos as categorias de análise, salientamos que é esperado que as palavras complexas sejam estruturadas em “base + afixo” e, uma vez que um desses elementos não seja identificado, estaremos diante de uma “palavra complexa não construída

⁸⁶ Entre parênteses apresentamos a subcategorização da unidade lexical em questão, tal como consta no DUP.

⁸⁷ Ainda que “tormento” seja subcategorizado no DUP como NAE, isso não lhe legitima como nominalização. Ocorre que a classificação nominal não depende do processo de construção lexical.

na língua”. Dado que o objetivo desta pesquisa é o estudo de itens afixais, há necessidade de trabalharmos apenas com palavras (complexas) construídas.

Observando novamente as palavras que compõem o *corpus*, encontramos, dentre as 195 palavras que agora temos, duas em que os respectivos segmentos que antecedem –ção não são reconhecidas na língua como “base”:

- *aviação* (NAA, NC), tomada como empréstimo do francês *aviation*, da mesma forma que nos chegou *avião*, adaptado ao português em decorrência de empréstimo do *avion* francês⁸⁸ – ainda que *aviação* tenha sido coletada em afinidade com critérios de recolha e seleção apresentados na seção 4.2.1, é importante salientarmos que em nada se aproxima da respectiva forma com –mento: *aviamento*. Essa nova UL é palavra construída em português sobre a base verbal “aviar” (proveniente de “via”), com sentido de “fazer seguir (o caminho); despachar; preparar medicamento segundo receita”;

- *sedição* (NAA, NAE), palavra provinda do latim *seditio, onis*, com sentido de “desavença, discórdia; motim, sedição, revolta”, que é empregada em português como “insurreição contra as autoridades constituídas; rebelião; revolta” (NAA) e como “estado de revolta; insatisfação” (NAE). Entretanto, não há associação lexical com nenhum verbo de base na nossa língua⁸⁹.

Observamos que tanto *aviação* quanto *sedição* são subcategorizadas como NAA. Quanto a isso, duas observações são importantes: (a) o fato de tratarem-se de nomes de ação, não requer que sejam palavras construídas sobre verbos, pois a subcategorização nominal é associada ao sentido da UL e não ao seu possível processo de formação; e (b) à medida que assumimos que –ção, segmento encontrado nas duas ULs, traz as propriedades do sufixo da língua, não se estranha encontrar, nestas palavras (complexas) não construídas em português, um sentido agentivo, em consonância com o que é apresentado pela literatura especializada (capítulo 1), a ser verificado na análise das demais palavras de nosso *corpus* (capítulo 4), visto que o modelo reconhece que os itens afixais também são portadores de informações semânticas específicas (capítulo 2 desta tese).

Ocorre, entretanto, que nessas duas palavras, ainda que possamos encontrar, na sua estrutura, um segmento com estatuto afixal na língua, o segmento que antecede o sufixo não

⁸⁸ Também em francês, língua de origem, não é atestado o verbo °aviar que lhes serve de base. Tal verbo, palavra possível em francês (e em português!) teria por origem “avis, is” (no latim: ave).

⁸⁹ Em português, não há formação verbal que pudesse ser base morfológica à “sedição” (como *sedir ou *seditar, por exemplo).

tem estatuto de base. Por essa razão, então, deixarão de constituir o corpus dessa tese, uma vez que não poderão colaborar para a identificação das propriedades de –ção vinculadas ao seu uso, em diferença do sufixo -mento. Estamos, agora, com 193 “palavras construídas”, todas de estrutura complexa, constituídas por um segmento de base e um segmento afixal.

b) Quanto à categoria das bases:

Em conformidade com a primeira fase do modelo construcional, que enfatiza a construção de palavras predizíveis a partir de regras que seguem princípios tais como de unicidade categorial e unicidade semântica, cabe-nos, reconhecer a categoria lexical das bases a que os sufixos estudados serão adjungidos.

Como nosso objeto de estudo são os sufixos nominalizadores –ção e –mento e entendemos nominalização como processo de formação de nomes (substantivos) a partir de bases não-nominais (de verbos), não devem integrar o corpus de análise as palavras construídas com –ção e com –mento sobre bases de outra categoria que não verbos⁹⁰. Lembramos, aqui, que na fase intermediária, que propõe atualização ao modelo, a restrição categorial é flexibilizada em duas situações específicas, as quais não cabem a este estudo: o emprego dos sufixos avaliativos e dos prefixos adverbiais (CORBIN, 1991).

Em razão disso e considerando os princípios que regem as RCPs, continuamos defendendo a existência de itens afixais homônimos, os quais, ainda que apresentando a mesma forma, são associados a sentidos diferentes e independentes entre si, aplicando-se, então, a diferentes regras de construção de palavras. Assumimos como fato a existência dos sufixos homônimos: –ção₁ e -mento₁ (em nomes deverbiais), que atualizam o sentido de “ação ou processo de V”; e -mento₂ (em nomes denominais), atualizando o sentido de “coleção de N”, sendo esse um nome concreto (NC).

Através da análise do *corpus* da pesquisa anterior, fundamentada na primeira fase da Morfologia Construcional, constatamos que –ção e –mento caracterizam-se como casos de homonímia na língua, pois deparamo-nos com a utilização desses formantes sobre bases aparentes de categorias diferentes. Paralelo a –ção e –mento deverbiais, que identificamos como –ção₁ e –mento₁, encontramos –mento₂ denominal. Além disso, verificarmos ainda a

⁹⁰ É verdade que na fase mais atual do modelo construcional não se sustenta a obrigatoriedade de unicidade categorial defendida no primeiro momento. Não recorreremos aqui a tal exigência, antes, nos fundamentamos na supremacia do aspecto semântico sobre o categorial, entendendo que a aplicação de –mento a uma base nominal não é sincronicamente compatível com o sentido construído sobre uma base verbal.

existência das terminações –ção₃ e –mento₃, que não atendem ao estatuto afixal (SANTOS, 2006, p. 126).

Face a isso, observamos as 193 palavras construídas que compõe o *corpus* desta pesquisa e encontramos um caso de –mento₂ denominal, a saber: *armamento(2)*, com o sentido de “conjunto de armas_N”, registrado no DUP como NC, na segunda acepção relativa à entrada *armamento*, cuja primeira acepção é deverbal (com –mento₁), subcategorizada como NAA e com sentido registrado como “preparação para a guerra”. Dois comentários são pertinentes aqui: primeiro, quanto à necessidade de *armamento1* (deverbal) e *armamento2* (denominal) terem registros lexicográficos como entradas independentes, pois tanto o sentido quanto a forma/estrutura das duas palavras são definitivamente diferentes; e, em segundo lugar, destacamos a origem latina da forma denominal em *armamenta*, *armamentorum* (plural), que, já na sua origem, atualiza o sentido de “conjunto, coleção”.

c) Quanto às informações inerentes aos itens afixais:

Importante contribuição do modelo construcional aos estudos dos afixos é o reconhecimento de informações específicas, inerentes aos itens afixais desde sua inscrição no primeiro nível de estratificação do Léxico. Considerando as categorias analíticas elencadas na seção 4.1.1, apresentamos, a seguir, as informações específicas, inerentes ao sufixo –ção e, em seguida, aquelas relativas ao sufixo –mento.

Focalizando nosso estudo em –ção e –mento deverbais, temos como informações afixais que identificam –ção: a marca categorial afixal ([+af]); sua representação fonológica específica /sãw/ ; a referência à atuação na regra de construção de nomes deverbais com sentido de “ação ou processo de V”, que chamaremos de RCP₁. Embora na proposta inicial do modelo a informação de sentido não seja diretamente associada ao item afixal, mas à regra em que ele atua, destacamos, conforme Santos (2006, p. 170), que algumas palavras construídas, no Componente Derivacional, com esse sufixo são passíveis de sofrerem a atuação de regras semânticas menores (RSM) no Componente Convencional do léxico, assumindo então o sentido de “resultado da ação ou do processo de V” ou o sentido de “produto, instrumento ou local da ação de V” (mas, naquela pesquisa, não foi encontrado exemplo de sentido de “processo de V”).

A caracterização maior de –ção é dada pelos traços diacríticos, que trazem informações quanto à sua disponibilidade ([+D]), subcategoria sufixal ([suf]), possibilidade de

atuação em regras formais, especificamente com relação à elevação vocálica ([EV+]) diante de bases de segunda conjugação e o traço [fem] que marca o gênero atribuído à palavra a ser construída. Quanto às particularidades contextuais desse sufixo, constatamos, em conformidade com a literatura consultada sobre esse formante (capítulo 1), que há restrição de uso de –ção junto a verbos terminados em –ecer e preferência quando com verbos em –mentar e em –izar.

As informações afixais que identificam e caracterizam –mento deverbal são muito semelhantes às referidas referentes a –ção, diferindo basicamente em quatro aspectos: no que toca à sua representação fonológica (/mentu/); à possibilidade de atualizar o sentido derivativo de “produto, instrumento ou local da ação ou do processo de V” (devido à aplicação de RSM também sobre palavras construídas tendo por base um verbo de processo); ao traço diacrítico de gênero atribuído à palavra a ser construída ([fem]) e a suas particularidades contextuais. Temos novamente para –mento: a marca categorial afixal ([+af]); a referência à atuação na RCP₁, de nominalização deverbal com sentido de “ação ou processo de V”, em que algumas palavras podem sofrer uma RSM no Componente Convencional, passando a atualizar o sentido de “resultado da ação ou do processo de V”; os traços diacríticos relativos à sua disponibilidade ([+D]), subcategoria sufixal ([suf]) e de alomorfa [EV+] (elevação vocálica) diante de bases de segunda conjugação. Como particularidades contextuais mencionadas na literatura consultada, –mento traz restrição de uso com bases verbais em –mentar e preferências junto a verbos em –ecer e em –cionar.

As três questões abordadas aqui mostram que o estudo de Corbin (1987 e 1991) traz luz ao que se conhece acerca dos sufixos –ção e –mento. Vimos que esses formantes podem ser encontrados em palavras não construídas em português, seja como terminações de palavras não complexas ou com valor de afixos em palavras complexas não construídas (sem segmentos com estatuto de base para a construção de palavras). A identificação de formantes homônimos permite um maior conhecimento dos fenômenos linguísticos. A discriminação das informações inerentes aos itens afixais garante a identidade e características dos afixos, revelando dados necessários a tais itens, a serem considerados com acuidade pelos gramáticos, linguistas e lexicógrafos. Todas essas três questões somente foram elucidadas porque fundamentadas no aporte teórico trazido nesta primeira fase do modelo construcional.

Além desses três aspectos previstos pela aplicação das categorias analíticas mencionadas no início deste capítulo, fazemos constar aqui que a partir da proposta inicial do modelo construcional, temos resposta aos questionamentos levantados por gramáticos e

lexicógrafos quanto ao estatuto sufixal, como foi mencionado no primeiro capítulo desta tese. O reconhecimento de que –ção tem estatuto afixal propicia maior visibilidade e relevância a esse sufixo, disponível e produtivo na língua. Tal constatação vai além do que até então é considerado pela literatura disponível sobre esse formante, pois tanto gramáticos como lexicógrafos acabam tomando –ão como sufixo, enquanto –ção é apresentado a partir de dados etimológicos que descrevem sua estrutura interna (SANTOS, 2006, p. 58).

Ainda que as informações históricas sejam respeitadas, a identificação e a caracterização dos itens afixais se dá numa perspectiva sincrônica, característica do modelo construcional. Assim, já no primeiro nível de estratificação do léxico, onde são encontrados os itens lexicais (os de categoria maior e também os de categoria afixal), os sufixos são inventariados conforme sua real existência na língua, sem interferência dos dados etimológicos.

Conforme o “princípio de delimitação das entradas afixais”, apresentado na seção 2.2.1 deste capítulo, a identificação da categoria afixal requer a aplicação recorrente de um segmento (com as informações que lhe são inerentes) pela mesma RCP sobre bases diferentes, sem prejuízo às relações categoriais e semânticas da regra. A pesquisa realizada em 2006 mostrou que –ção pertence ao PM da regra de construção de nomes deverbais como uma das OM mais disponíveis na língua, o que comprova ser um item lexical afixal repertoriado no Componente de Base do léxico, sem necessidade de alusão a informações etimológicas.

4.2.2 Análise dos dados conforme Corbin, 1997 *et seq.*

Essa seção tem por objetivo a observação e análise dos dados que nos possibilitarão a identificação das semelhanças e diferenças entre os sufixos normalizadores –ção e –mento à luz da versão mais recente do modelo construcional. Para tanto, as unidades lexicais que constituem o *corpus* foram organizadas em grupos, identificados a partir das remissões por equivalência léxica, registradas eventualmente nos respectivos verbetes do DUP, conforme anunciamos no capítulo anterior. Temos, a partir daí: os casos em que o verbe da ULC com –mento (X-mento) menciona sua equivalência com a forma dupla X-ção (seção 4.2.2.1); os casos em que X-ção equivale a X-mento (seção 4.2.2.2); os casos de equivalência recíprocas entre as formas duplas com –ção (X-ção) e com –mento (X-mento) (seção 4.2.2.3).

A análise dos dados registrada em cada uma dessas seções, tomará as categorias analíticas apresentadas na primeira grande seção deste capítulo, acerca da fundamentação para a análise que aqui empreenderemos, quais sejam: sentido das ULCs; a subcategorização dos nomes construídos com –ção e com –mento; aspectos quanto à referência dessas novas palavras; e características das bases das ULCs. Quanto às bases, consideraremos dados sobre a categoria de origem dos verbos construídos; a subcategorização verbal e o sentido atualizado dos verbos bases na nominalização com os dois sufixos estudados.

Começamos, então, apresentando a análise das palavras com –mento que remetem às respectivas formas duplas, construídas com o sufixo –ção (Grupo 1 da seção anterior):

4.2.2.1 Quando X-mento equivale a X-ção

Dentre as palavras do corpus a serem analisadas comparativamente, verificamos que 24 ULCs⁹¹ com –mento trazem, em seus verbetes, informação quanto à sua equivalência com a palavra construída sobre a mesma base e o sufixo –ção, que também pertence ao paradigma morfológico de nominalização da ação ou do processo verbal. É importante ressaltarmos que o fato de essas palavras com –mento remeterem à sua forma dupla (com –ção) leva nossa atenção, quando tratando de tais ULCs, ao reconhecimento das propriedades do sufixo –ção.

Lembramos, ainda, que a fase mais recente da Morfologia Construcional, que fundamenta nosso estudo, revela a supremacia dos aspectos semânticos das ULs, os quais exercem influência sobre os aspectos categoriais e referenciais dos indivíduos lexicais. Reconhecemos, assim, que é o sentido de uma palavra construída que remete à sua subcategorização, dentro da classe lexical a que pertence, e afeta a sua referencialidade. Entretanto, para melhor aproveitamento das informações e dados observados, optamos por apresentar a análise das ULCs a partir da subcategorização nominal assumida pelas palavras que pertencem a esse primeiro grupo de equivalência X-mento/X-ção.

Conforme a classificação categorial informada no verbete de cada uma dessas entradas lexicográficas no DUP, temos, entre as 24 ULCs com –mento que integram esse grupo: (a) 10

⁹¹ Além desses 24 casos de remissão de X-mento à respectiva forma com –ção, encontramos outras seis palavras em que há equivalência mútua entre as formas com um e outro desses sufixos, a serem objeto de estudo na seção 5.2.2.3 desse capítulo.

nomes abstratos de ação (NAA); (b) 08 nomes abstratos de processo (NAP); (c) 04 nomes abstratos de estado (NAE); (d) 02 nomes concretos.

a) 10 nomes abstratos de ação (NAA):

As X-ção a que equivalem as respectivas formas duplas consideradas aqui são:

<i>acomodação</i>	<i>angariação</i>	<i>castração</i>	<i>degolação</i>	<i>indiciação</i>
<i>internação</i>	<i>ordenação</i>	<i>regulação</i>	<i>renegação</i>	<i>xingação</i>

As ULCs subcategorizadas como NAA⁹² se caracterizam por atualizarem nuances mais prototipicamente verbais através dos traços de sentido agentivo e eventivo (de efetuação), que levaram tais unidades nominalizadas a se referirem especificamente a “ação verbal” expressa pelo respectivo verbo base (VA ou VAP, nestes casos).

Duas exceções, contudo, merecem ser citadas aqui: *acomodação*, com sentido de “conciliação; entendimento”⁹³ e *internação*, com sentido de “colocação como interno em estabelecimento escolar, hospitalar ou assistencial”⁹⁴. As acepções dessas duas ULCs a que as respectivas X-mento equivalem não têm a nuance agentiva em evidência, ainda que seus verbos bases tenham traço de ação. Ocorre que justamente esses dois verbos têm em comum o fato de serem construídos sobre bases adjetivas, podendo ser parafraseados como “tornar A”: “tornar cômodo_A” e “tornar interno_A”, respectivamente. Nesses casos, as nuances mais verbais parecem atenuadas, especialmente se considerarmos a ULC com –mento. Assim, se em *acomodação* e em *internação* ainda pode ser percebido algum traço eventivo, como uma referência à ação verbal, nas correspondentes formas duplas (*acomodamento* e *internamento*) temos uma alusão ao sentido mais aspectual associado ao adjetivo da raiz verbal.

Como se vê, esse estudo dos sufixos nominalizadores requer que observemos as categorias de origem dos verbos para as nominalizações. Neste sentido, quanto aos NAA de que tratamos aqui, encontramos: dois casos dos verbos deadjetivais mencionados; um verbo construído sobre substantivos (*ordenar*); quatro bases originalmente verbos; e três verbos de

⁹² Como no verbete de *acomodamento* encontramos duas acepções que remetem a *acomodação*, contabilizamos onze casos de equivalência lexical a serem consideradas aqui.

⁹³ A partir das abonações, vemos que a primeira acepção de *acomodamento* (1) (NAA), equivale à segunda acepção de *acomodação* (2), NAA; por outro lado, a segunda acepção de *acomodamento* (2) (NAA) equivale à *acomodação* (1), também NAA, com o sentido de “adaptação; conformação”.

⁹⁴ A única acepção do verbete de *internamento* (NAA), com sentido de “colocar em hospital para tratamento; internação”, equivale à segunda acepção da sua forma dupla, cujo sentido se opõe à *internação* (1), também NAA, definido como “interiorização”.

base não construídos em português, mas que na sua língua de origem remontam a um substantivo⁹⁵.

Fato é que todas as acepções NAA referidas aqui em razão da equivalência entre X-mento e X-ção atualizam a acepção original do verbo base, sem que o sentido verbal a ser nominalizado decorra da aplicação de operação semântica. Todos esses dez verbos trazem um sentido de ação: cinco são verbos de ação (VA) cinco são verbos de ação-processo (VAP).

Ainda quanto a esses dez X-mento que, subcategorizados como NAA, equivalem a X-ção, é importante destacarmos que há três que apresentam outras acepções com autonomia semântica, sem equivalerem à forma com -ção, totalizando quatro novas acepções. As acepções sem equivalência têm em comum o fato de trazerem nuanças de sentido [-agentivo]. Ocorre que, nesses casos, o sentido atualizado tende a ser resultante de operação semântica aplicada sobre o verbo base ou sobre a própria forma nominalizada.

À medida que caracteriza a perda do traço agentivo, a deriva semântica permite a atualização de sentidos mais processuais, resultativos e mesmo concreto que representam o resultado ou produto da ação do verbo nas seguintes acepções de verbetes do DUP:

- *ordenamento*(2)⁹⁶ NAP: “evolução/ordem”; e (3) NAE: “estado de ordem”;
- *regulamento*(2) NAE: “conjunto de regras ou normas; estatuto”;
- *xingamento*(1) NC: “insulto ou ataque por palavras ofensivas; xingo”.

b) 08 nomes abstratos de processo (NAP):

As formas com equivalência remetem às respectivas X-ção:

<i>aculturação</i>	<i>agitação</i>	<i>aglutinação</i>	<i>cessação</i>
<i>deterioração</i>	<i>igualação</i>	<i>inchação</i>	<i>renovação</i>

Quanto aos casos de equivalência de X-mento a X-ção com subcategorização NAP, identificamos como característica das ULCs o traço [-agentivo], que remete à nuance processual presente já nos respectivos verbos de base. A única exceção que pode ser citada é

⁹⁵ Citamos aqui os três verbos originados, em latim, de raiz substantiva: *indiciar*, de *index*, (índice, indício); *degolar*, de *collum*,i (pescoço); e *regular*, de *regula*,ae (régua, regra).

⁹⁶ O número entre parênteses corresponde à ordem em que as acepções são apresentadas no respectivo verbete do DUP.

agitação, que, embora não sendo [-agentivo], tem atenuado o caráter de “repetição” pelo traço frequentativo, presente na raiz verbal⁹⁷, permanecendo dele o sentido de “continuidade”.

Considerando os critérios de análise que o modelo construcional nos propõe, os oito pares de duplos X-mento/X-ção desse grupo podem ser assim referidos:

- quanto ao sentido das ULCs, percebe-se que, além de serem não agentivos, têm nítida nuance processual, podendo trazer um sentido mais específico⁹⁸;
- quanto à referência, essas ULCs remetem ao *processo* manifestado pelo verbo base;
- quanto à relação das ULCs com suas respectivas bases, observamos que:

- todos esses oito verbos têm natureza processual, sendo as acepções atualizadas na nominalização assim subcategorizadas: 04 VP; 02 VP pronominal; e 02 VAP (com ênfase no aspecto processual em detrimento do sentido agentivo);

- X-mento equivale a uma acepção de X-ção que atualiza o sentido original do verbo. A única exceção a ser mencionada é *igualação* que, ao atualizar uma acepção de base VP, que sofreu deriva semântica (perdendo a nuance agentiva do VAP inicial), por outro lado, torna o sentido atualizado mais próximo do sentido morfológico deste verbo construído sobre um adjetivo (sentido morfológico de “tornar A”, ou seja, “tornar igual”);

- dos oito verbos em questão, apenas três têm origem genuinamente verbal (*agitar*, *cessar*, *inchar*), sendo os demais: dois com origem em adjetivo (*igualar* e *renovar*); um com origem em substantivo (*aculturar*); e 02 verbos não construídos em português, sendo um com origem latina em um adjetivo (*deteriorar*, de *deterior, erius*); e o outro com origem latina em substantivo (*aglutinar*, de *gluten, glutinis*, cola).

Ainda quanto à X-mento NAP que, conforme o DUP, equivale a X-ção, salientamos:

- o caso de *cessamento/cessação*, em que enquanto um é subcategorizado como NAP, o outro, nesse mesmo dicionário, tem duas acepções reconhecidas como NAA. As abonações apresentadas comprovam a subcategorização constante nos respectivos verbetes, pois *cessamento*, como NAP, de fato atualiza o sentido processual da segunda acepção verbal (VP: acabar, interromper-se) e, de sua parte, *cessação*, como NAA, atualiza o sentido agentivo da

⁹⁷ O verbo “agitar” entrou para o português como palavra não construída, oriunda do verbo latino “agito” (de 1ª conjugação). Em latim, vemos a construção desse verbo sobre a base verbal “ago” (verbo de 1ª conjugação). O sufixo -itar trouxe à palavra o sentido de repetição/recorrência da ação, também encontrado, em português, na forma *saltitar*, por exemplo.

⁹⁸ Conforme abordamos ainda nessa seção, o traço [+específico] opõe-se a um sentido [+geral] encontrado em outras acepções das ULCs com -ção.

primeira acepção do verbo base (VAP: “fazer parar; encerrar; interromper”). Sendo assim, questionamos a definição como “equivalente” apresentada no verbete de cessamento.

- os oito verbetes de X-mento de que tratamos têm somente a acepção em que é apresentada a sua equivalência à X-ção; em todos os verbetes de X-ção, entretanto, há outras acepções que não aquela citada como equivalente (exceto em *igualação*).

c) 04 nomes abstratos de estado (NAE);

Citamos os quatro X-ção a que equivalem os X-mento de subcategoria NAE:

afobação *desolação* *dilaceração* *ênfaturação*

Observamos em todos eles:

- o sentido [+aspectual], de permanência de uma condição em que a base perde a noção prototipicamente verbal identificada por uma possível marcação de tempo/duração;

- os referentes dessas formas nominalizadas são resultantes (ou o resultado) do respectivo processo verbal;

- são atualizadas acepções da base com derivação semântica, caracterizando a perda dos traços verbais;

- na nominalização, dois verbos têm atualizadas as acepções em que são subcategorizados como VAP e os outros dois têm atualizadas as acepções processuais pronominais (como VP_p);

- os dois casos de nominalização de VAP correspondem a verbos com origem latina em adjetivo (*desolar*, de *solus,a,um/só* e *dilacerar*, de *lacer,a,um/rasgado*); além desses, temos um VPP construído com base adjetival (*ênfaturamento*, de *fátuo*) e um verbo de origem desconhecida (*afobar*)⁹⁹.

Dois fatos merecem ser destacados no que se refere a X-mento com equivalência a X-ção NAE:

- Os dois verbos subcategorizados como VAP contam com duas acepções nominalizadoras nos verbetes com -ção, em que a acepção não equivalente a X-mento mostra

⁹⁹ No DEH/Etimologia do verbete de AFOBAR, consta “orig. obsc.”. De fato, o referido verbo não é encontrado no Dicionário Latino-Português (KOEHLER, 1955) e no Dicionário de Etimologia (CUNHA, 2010).

a nuance verbal com mais ênfase: *desolação*(1), com sentido de “isolamento, solidão”; e *dilaceração*(1), com sentido explícito de “despedaçamento, estraçalhamento” (NAP);

- Ainda que *dilaceramento* seja definido como “dilaceração; mortificação”, em que vemos aí a sua equivalência à respectiva forma dupla no seu verbete, a ULC é subcategorizada como NAP, em que é destacado um caráter processual que encontramos, de fato, apenas em *dilaceração* (1). Novamente discordamos da informação trazida neste dicionário, agora, porém, no que concerne à subcategorização nominal de *dilaceramento*.

d) 02 nomes concretos.

Dos 24 casos referentes ao primeiro grupo de equivalências X-mento/X-ção, resta-nos apresentar os casos subcategorizados como NC equivalentes a: *assombração* e *bifurcação*.

Primeiramente, é importante destacarmos que o registro desses dois pares de palavras no DUP já evidencia a diferença da natureza lexical entre eles: enquanto em *assombração* é explícita a subcategorização como “NC”, ou seja, “nome concreto”, *bifurcação* e *bifurcamento* são apresentados, respectivamente, como “Nf” (“nome feminino”) e “Nm” (“nome masculino”).

Lembremos que, na Apresentação desse dicionário, e também nas obras que lhe fundamentam (BORBA, 1996 e 2003) é salientado que as classificações constantes nos verbetes decorrem de oposição com outras informações relativas. Então, nas situações em que os nomes concretos não se opõem a nomes abstratos, a classificação “NC” é dispensada, cabendo apenas a informação quanto ao gênero do substantivo. Depreende-se daí que *bifurcação* (Nf) e *bifurcamento* (Nm) não mantêm relação direta com o verbo *bifurcar*. As formas duplas em questão não remetem à ação ou processo de “dividir-se em dois” (primeira definição do verbete de *bifurcar-se*), antes remetem ao fato de já estar dividido, como o “ponto em que se divide”, conforme consta no verbete de X-ção, a que X-mento se equivale. Não temos aqui duas formas nominalizadas, mas dois substantivos com referente próprio, que independem do verbo.

No tocante aos duplos *assombração* e *assombramento*, porém, encontramos outra situação: *assombramento*, tal como *bifurcamento*, é apresentado como “Nm” (“nome masculino”), a partir do que entendemos não referir-se à ação verbal. Ocorre, entretanto, que é registrada sua equivalência léxica a *assombração* – esta sim, identificada como nominalização do verbo *assombrar*. Assim, *assombração*, como NC, com o sentido de “fantasma”,

registrado como a terceira acepção do verbete, decorre da aplicação de operações semânticas sobre as acepções anteriores. O NC em questão é construído sobre o sentido agentivo da nominalização citada como primeira acepção do verbete (“pregação de susto”), subcategorizada como NAA. Temos, então, que o NC, construído sobre NAA, nomeia o objeto, o ente que causa (provoca) o susto.

Apresentamos, até aqui, os dados referentes às ULCs em que X-mento equivale a X-ção. Analisamos também as três ULCs com –mento que, além da acepção com equivalência a X-ção, trazem outras acepções, revelando propriedades que entendemos como específicas ao sufixo –mento (*ordenamento, regulamento e xingamento*). E mencionamos que há algumas ULCs com –ção que também trazem outras acepções que não aquela referida pela sua forma dupla, entretanto, até então, nada consideramos acerca da sua contribuição a esse estudo.

A análise das acepções de X-ção que não são selecionadas como equivalentes pelas respectivas X-mento deve ser considerada como de especial importância para que alcancemos o objetivo desta pesquisa no que concerne à identificação das diferenças entre os sufixos –ção e –mento. A comparação entre as características a serem observadas nessas outras acepções de X-ção e aquelas identificadas como com equivalência de X-mento nos mostrará propriedades específicas de um e de outro sufixo.

Vimos anteriormente que é necessário que exista compatibilidade entre afixo e base na construção das palavras. Entendemos que o modelo construcional nos autoriza, semelhantemente, a aplicarmos o mesmo para a seleção entre as acepções a serem tomadas como equivalentes. Sendo assim, se uma ULC com –mento toma uma determinada acepção da sua forma dupla (com –ção) como equivalente, rejeitando as demais acepções de X-ção é porque há propriedades comuns, compatíveis, entre as duas ULCs equivalentes. Consequentemente, as propriedades das demais acepções da ULC com –ção não trazem afinidade com a forma com –mento. Segue-se daí que da diferença de propriedades entre as acepções de X-ção teremos, em escala menor, a diferença entre os sufixos estudados.

Cabe-nos, então, considerarmos as quatorze ULCs com –ção que, integrando este primeiro grupo de equivalências do *corpus* da presente pesquisa, trazem outras acepções. Mais do que observarmos o que faz a distinção entre as acepções registradas em um mesmo verbete, a análise de tais dados deve nos levar à:

a) identificação das características comuns entre as acepções de X-ção equivalentes às respectivas X-mento, as quais, dada sua compatibilidade com aquelas da forma dupla, revelam propriedades mais prototípicas de –mento;

b) identificação das características comuns entre as acepções de X-ção que não são tomadas como equivalências de X-mento, as quais podem ser entendidas como portadoras de propriedades incompatíveis com –mento e, conseqüentemente, específicas do sufixo –ção.

Observando as ULCs com –ção referidas como equivalentes a X-mento, temos que:

- Em dez casos, X-mento equivale à X-ção que apresenta sentido [-agentivo], diferente das outras acepções do mesmo verbete:

<i>acomodação(2) (NAA)</i>	<i>aglutinação (NAP)</i>	<i>aculturação (NAP)</i>	<i>agitação (NAP)</i>
<i>assombração (NC)</i>	<i>cessação (NAA x NAP)</i>	<i>desolação (NAP)</i>	<i>deterioração(NAP)</i>
<i>renovação (NAP)</i>	<i>dilaceração (NAE)</i>		

- Em quatro ULCs com –ção identificadas como de equivalência a X-mento encontramos sentido [+específico], diferente de outras acepções de X-ção não equivalentes:

<i>castração (NAA)</i>	<i>cessação (NAA x NAP)</i>	<i>internação(NAA)</i>	<i>inchação (NAP)</i>
------------------------	-----------------------------	-------------------------	-----------------------

- Em sete X-ção a que a respectiva X-mento equivale, é atualizada a acepção da base que apresenta o sentido original do verbo base:

<i>acomodação(NAA)</i>	<i>inchação (NAP)</i>	<i>castração(NAA)</i>	<i>aglutinação(NAP)</i>
<i>internação(NAA)</i>	<i>renovação(NAP)</i>	<i>ordenação(NAA)</i>	

Ao observarmos os verbetes das ULC com –ção que trazem mais de uma acepção, a fim de identificarmos distinções marcantes entre elas (b), temos a relação inversa do que acabamos de apresentar:

- Em pelos menos dez das acepções de X-ção que não são consideradas como equivalentes de X-mento, vemos a tendência a manifestar sentido [+agentivo], próprio da natureza verbal, em comparação com as acepções equivalentes. Isso vale tanto para os casos subcategorizados como NAP (em que é naturalmente esperado que X-mento equivalha à acepção mais processual de X-ção), como também para casos de NAA (em que pelo menos uma das acepções não equivalente ainda é subcategorizada como NAA, com traço agentivo

mais evidente do que na acepção equivalente) e para os NAE (em que X-mento não equivale à acepção de X-ção com traços verbais mais ativos do que os aspectuais):

internação(1) NAA: “interização”

ordenação NAA: (2) “ordem sacerdotal”; e (3) “classificação”

agitação NAA: (1) “atividade motora exagerada”; (2) “manifestação de novas tendências”; (3) “ação de agitar”

deterioração(1) NAP: “degeneração, apodrecimento”

aculturação(2) NAP: “interpenetração”

aglutinar(1) NAP: “fusão, mistura”

renovação(1) NA: “substituição por coisa nova; restaurar”; NAA: “revalidação”

desolação(1) NAE: “isolamento” – mais ativo do que *desolação*(2): “angústia”

dilaceração(1) NAP: “despedaçamento, estiraçalhamento”

assombração(2) NAA: “pregação de susto”

- Encontramos pelos menos quatro acepções de X-ção não equivalentes à X-mento e que se caracterizam por apresentarem sentido mais abrangente [+geral] (por vezes resultantes de operação semântica de abstratização) do que as acepções identificadas pela respectiva X-mento como equivalente, como vemos em:

castração(2) NAA: “impedimento”

ordenação(5) NAP: “arranjo, disposição”

deterioração(3) NAP: “enfraquecimento”

inchação(2) NAP: “crescimento anormal”

- Em alguns casos, X-mento não tem como equivalente a acepção de X-ção que sofreu derivação semântica (vimos a tendência de selecionar como equivalência a acepção da ULC com –ção que a atualiza o sentido original do verbo), como em:

castração (2)

ordenação (3 e 5)

inchação (3) NC: “edema, inchaço”

4.2.2.2 Quando X-ção equivale a X-mento

Nesta seção levaremos em conta os vinte e dois casos de formas duplas em que a ULC com –ção traz equivalência léxica com a forma construída pela mesma base com –mento. Seguindo os moldes da seção anterior, optamos por guiar a apresentação dos dados analisados organizando as palavras do *corpus* pela subcategorização nominal registrada nas acepções com equivalência no DUP. Entretanto, não podemos esquecer que o sentido das ULCs é definidor também da classificação nominal, que se caracteriza por seu caráter semântico-categorial. Além do sentido e da subcategoria das ULCs com –mento identificadas como equivalentes no verbete de sua forma dupla, consideraremos, na medida do possível, aspectos

relacionados com a referência das ULCs e, com significativa atenção, a relação dessas formas nominalizadas com as propriedades dos seus respectivos verbos base.

Tomando, então, a organização desses vinte e dois pares de palavras com –ção e com -mento conforme a subcategorização do DUP apresentada na acepção com equivalência, temos: (a) 11 equivalências a ULC subcategorizadas como nomes abstratos de ação (NAA)¹⁰⁰; (b) 05 casos de equivalência a nomes abstratos de processo (NAP)¹⁰¹; (c) 05 equivalências a nomes abstratos de estado (NAE); e (d) 01 caso subcategorizado como nome concreto (NC).

A seguir, trataremos de cada um desses conjuntos de X-ção que equivalem à X-mento:

a) 11 X-ção com equivalência a X-mento subcategorizadas como NAA:

Começamos tratando dos onze casos de equivalência de X-ção aos seguintes X-mento:

<i>adestramento</i>	<i>agrupamento</i>	<i>aniquilamento</i>	<i>bombeamento</i>
<i>empalamento</i>	<i>enquadramento</i>	<i>incitamento</i>	<i>nivelamento</i>
<i>povoamento</i>	<i>refinamento</i>	<i>travamento</i>	

As ULCs a que nos referimos aqui se caracterizam por terem acentuadas as nuances de sentido de natureza verbal, quais sejam, os traços agentivo e eventivo. Ressaltamos que no caso de *bombeação/bombeamento* é identificado seu caráter recorrente [frequentativo], que se explica pela repetição contínua do traço eventivo (de efetuação) marcado pela presença do sufixo –ear na base verbal. Observamos ainda que o traço [+contínuo] é encontrado também nos únicos dois casos em que o verbo de base é construído (em português ou no latim) sobre base adjetiva: em *refinação/refinamento*, cuja base *refinar* é construída sobre *fino*_A; e *adestração/adestramento*, cuja base tem origem no adjetivo latino “destro” (*dexter, dextra*).

Como vemos, há relação entre o sentido das ULCs e a origem da sua base. É significativo o fato de que entre os onze casos de formas duplas (totalizando, então, vinte e duas ULCs) tratados aqui, além desses dois verbos de base com origem em adjetivos, que têm

¹⁰⁰ Fazemos constar que optamos por incluir na análise das ULCs de subcategoria NAA a dupla *bombeação/bombeamento*, ainda que *bombeamento* seja subcategorizado como NAP. Justificamos tal decisão pelo fato de que a acepção de *bombeação* a que essa ULC equivale é classificada como NAA, podendo trazer-nos informações importantes a essa pesquisa.

¹⁰¹ Incluímos na análise dos NAP o par de duplos *relaxar/relaxamento*, mas destacamos que nas duas acepções do verbete de *relaxação* no DUP consta sua relação por equivalência com *relaxamento*, sendo uma como NAE.

nuança de continuidade, encontramos apenas um caso de origem expressamente verbal (*incitar*) e, então, oito verbos de base com origem em substantivo, ainda que dois desses verbos sejam palavras não construídas em português: um deles (*aniquilar*) foi construído no latim (sobre *nihil, i* – nada) e outro (*empalar*) veio para o português a partir do espanhol, construído sobre o substantivo *palo* (pau). É visto que os oito verbos denominais são claramente agentivos, no sentido de “colocar (em) S”. A nuança agentiva é percebida também no verbo *incitar*, o qual é subcategorizado como VA.

A subcategorização como VA vale também para *refinar* (como vimos, deadjetival), entretanto, neste caso trata-se de um verbo pronominal, o que faz com que a nominalização remeta à natureza original do verbo base. Em todas as outras situações, temos os verbos de base subcategorizados como VAP, que remete à ação de um agente sobre algo ou alguém.

Ainda com relação a essas onze ULC com –ção que equivalem à respectiva X-mento, temos a considerar que apenas *povoação* traz uma outra acepção além daquela que remete a *povoamento*. A segunda acepção, subcategorizada como NC, assume um referente próprio, mas ainda associado ao verbo base, pois corresponde ao “produto” da ação verbal, sendo definida no DUP como “pequena aglomeração urbana; povoado”.

Já no que toca às ULCs com –mento, apenas três (*travamento, empalamento, povoamento*) não apresentam outras acepções além daquelas referidas como equivalentes nos verbetes das respectivas duplas. Será importante considerarmos os motivos de seleção de uma acepção como equivalente em detrimento das demais acepções de um X-mento. Antes, porém, convém tratarmos das outras ULCs que integram esse segundo grupo de equivalências.

b) 05 casos de X-ção equivalentes a X-mento como NAP:

Observamos as cinco ULCs com –mento NAP a que equivalem as X-ção:

agravamento desvirtuamento locupletamento regurgitamento relaxamento

Todas têm em comum o sentido processual que se configura a partir dos traços [-agentivo] e/ou [+contínuo]. Não raro essas palavras são empregadas de forma mais especializada, com referente no campo da saúde, o que é comprovado por suas abonações (*agravamento, regurgitação/regurgitamento, relaxamento*).

Todas as suas bases são reconhecidas em português como verbos com origem verbal; entretanto, ao considerarmos suas etimologias latinas, vemos que há dois verbos que, antes de

entrarem para o português, foram construídos no latim sobre base nominal (*regurgitar*, de *gurgis, gurgitis*; e *desvirtuar*, de *virtus, virtutis*); um construído na língua de origem por composição (*locupletar*, de *locuples, locupletis*) e um verbo com origem deadjetival (*agravar*). Este é o único desses cinco verbos que é subcategorizado como VAP, enquanto os demais têm atualizadas acepções de VP, mesmo que decorrentes de derivação semântica (de um VAP). Fato é que o caráter processual, em qualquer um desses casos, já é marcado na origem de base de nominalização.

Convém mencionarmos aqui que *relaxação* é a única destas ULCs que traz uma outra acepção que não aquela NAP (com sentido de “descontração”) que remete a *relaxamento* (NAP). Ocorre que a acepção de *relaxação* classificada como NAE (a primeira do verbete) com sentido de “desleixo” faz remissão por equivalência à respectiva forma com –mento, também classificada como NAE. Nesse caso, vemos o caráter aspectual em evidência na nominalização, o que é esperado dos NAE.

c) 05 X-ção com equivalências a X-mento como NAE

Tratamos de:

alheamento descaramento entrevamento fundamento isolamento

O sentido aspectual é, de fato, característica comum aos cinco casos em que X-ção é subcategorizado como NAE e equivale à ULC com –mento, levando-a a assumir por referente o resultado da ação/processo do verbo base. À medida que tais ULCs apresentam nuances de sentido [+permanente] e [+abstrato], aliadas aos sentidos [-processual] e [-agentivo], entendemos haver perda dos traços mais verbais nesse tipo de nominalização. Isso vai ao encontro da categoria de origem da base desses verbos nominalizados, em que nenhum deles tem origem expressamente verbal. Mesmo em *isolar*, *entrevar* e *fundar*, constatamos a informação etimológica de que tais verbos, ainda que não construídos em português, têm origem nos substantivos *ilha* (*insula, ae*, que é base para o francês “*isoler*”), *trave* (de *trabs, travis*), com elevação da vogal da base do verbo e *fundo/terreno/chácara* (de *fundus, i*).

Temos, então, três verbos não construídos em português com origem em substantivo (já citados) e dois verbos com origem em adjetivo (*alhear-se* e *descarar*). Observamos que somente no caso dos verbos deadjetivais é atualizado o sentido original do verbo, enquanto nos outros três casos, o sentido atualizado na nominalização decorre de derivação semântica.

Dentre as cinco ULC com –ção referidas aqui, apenas *fundação* traz outras acepções (NAA e NC) sem equivalência à sua forma dupla. Encontramos em *fundação*(3), como NAA, a nominalização da ação do verbo base (“criação, constituição, instituição”) e, como NC, tanto o retorno ao sentido do substantivo da base do verbo (“parte que dá sustentação a um edifício; alicerce”, primeira acepção), como o “produto” da ação verbal (com sentido de “pessoa jurídica”, segunda acepção). Da sua parte, todas as acepções registradas no verbete de *fundamento* são subcategorizadas como NAE, sem que se remeta à atualização do caráter verbal de *fundar*.

É ratificada aí a informação etimológica de que essa ULC já fora construída em latim (*fundamentum, i*), porém com sentido mais concreto, de “alicerce, base” (KOEHLER, 1955). Podemos entender que o fato de tal UL ter-se adaptado à língua sem perder a sua associação com o verbo contribui para a atualização de sentido mais abstrato, ou seja, como NAE. Salientamos que *fundação* é a única ULC desses cinco casos que tem mais de uma acepção, contribuindo para a identificação de propriedades do sufixo –ção. Vimos que, independente do emprego do sufixo –mento sobre a mesma base, *fundação* revela um sentido mais agentivo e, na atualização como NC, a possibilidade de atestação como produto da ação verbal, remetendo a traços concretos presentes na raiz do verbo base.

No que toca à análise das cinco X-mento constantes aqui, temos que quatro delas trazem outras acepções não referidas por equivalência a ULC com –ção. Observamos que, em geral, a palavra com –ção será equivalente ao NAE com –mento que atualiza um sentido mais abrangente, preferencialmente remontando ao sentido associado à origem do verbo base.

d) 01 caso de X-ção equivalente subcategorizado como NC:

Antes de finalizarmos essa seção, precisamos analisar o único caso de ULC com –ção equivalente que é registrado como NC. Referimo-nos, aqui, a *medicação* (NC), que remete à forma *medicamento* (Nm). Ocorre que *medicação*, como NC, com o sentido de “remédio, medicamento”, é a segunda acepção do respectivo verbete, construída pela aplicação de derivação semântica de concretização sobre a nominalização da ação verbal expressa na primeira acepção, em que temos *medicação* como NAA, com o sentido de “prescrição de remédio”. Vemos, então, que o referido NC se associa ao verbo “medicar” como “produto da ação verbal”, com apagamento dos traços mais verbais e assumindo traços concretos, como a referência independente a um objeto – neste caso, o remédio (medicamento).

Da sua parte, *medicamento*, ao ser classificado como *Nm*, porém, não se opõe a um nome abstrato (deverbal) e, em consequência, não tem relação direta com o verbo. A definição de medicamento no DUP confirma isso, pois não menciona o verbo “medicar”. Observamos que, conforme dados históricos relativos a *medicamento*, sua origem latina provém do neutro singular da 3ª declinação: “*medicamen, medicaminis*”, já com sentido concreto, com referente próprio, independente do verbo. Concluimos, então, que a equivalência léxica anunciada no verbete de *medicação* tem sua justificativa muito mais em decorrência de sua proximidade semântica do que especificamente morfológica.

4.2.2.3 Equivalências recíprocas entre X-ção e X-mento

Ao consultarmos os verbetes das ULs que integram o corpus desta pesquisa, encontramos seis pares de formas duplas (ou seja, doze palavras) que mencionam reciprocamente a equivalência à forma construída com o sufixo paralelo. Esse grupo de equivalência merece especial atenção no presente estudo. À medida que X-ção remete a X-mento e, da sua parte, X-mento remete à equivalência com X-ção, faz-se necessário que olhemos minuciosamente cada um dos casos. Buscaremos não só os aspectos que os aproximam e fazem com que realmente as duas formas se equivalham, mas, principalmente, aquilo que faz a diferença entre uma e outra forma nominalizada. Entendemos que poderemos vislumbrar aí as marcas de identificação dos sufixos estudados.

A análise das ULCs que integram esse grupo será feita comparativamente, fundamentada nos pressupostos do modelo construcional, tal como aplicado nas duas seções anteriores, considerando as informações constantes nos verbetes das referidas entradas no DUP, o que inclui os dados linguísticos e abonações. Tomemos, então, os seguintes seis pares de formas duplas, apresentados conforme a sua subcategorização nominal:

- a) *aleitação* x *aleitamento* (NAA);
- b) *posteação* x *posteamento* (NAA);
- c) *aceleração* x *aceleramento* (NAP);
- d) *depauperação* x *depauperamento* (NAP);
- e) *desfolhação* x *desfolhamento* (NAP);

f) *prolongação* (NAP) x *prolongamento* (Nm)

Começamos analisando o registro das formas duplas *aleitação* e *aleitamento* no DUP (a). Nas duas entradas lexicográficas temos a informação subcategorial de NAA e, conforme as definições, apresentadas, trata-se de palavras construídas sobre o verbo *aleitar* (VA), que é construído em português tendo por base o substantivo *leite*. A diferença entre essas duas formas nominalizadas começa ao observarmos a única acepção de cada um dos verbetes e torna-se mais evidente a partir das abonações registradas.

A fim de apresentarmos com mais clareza os aspectos analisados na comparação entre *aleitação* e *aleitamento*, propomos o quadro a seguir:

	<i>aleitação</i>	<i>aleitamento</i>
acepção equivalente	“aleitamento”	“amamentação; aleitamento”
acepção verbal atualizada ¹⁰²	B2: “dar leite a”	B1: “amamentar”
segmento da abonação	“aleitação artificial”	“aleitamento materno”
nuanças de sentido	[+geral] [+eventivo]	[+específico] [+contínuo]
referente	qualquer leite	leite da mãe
observação	ênfase na ação realizada	sentido mais cristalizado [+especializado]
aspecto estrutural	(marcado pelo afixo)	ênfase no referente da base

Do que vemos no quadro comparativo acima, enquanto *aleitamento* refere-se claramente à amamentação com leite materno, tendo um sentido já cristalizado, aplicado especificamente nesse contexto, *aleitação*, de sua parte, mostra-se com sentido mais abrangente, podendo referir-se a qualquer leite, com ênfase na ação verbal realizada. Uma vez que *aleitação* não se restringe à amamentação (materna), como é visto na abonação, embora apresentando-se como equivalente à forma com o sufixo -mento, reconhecemos que não atualiza a mesma acepção verbal que a sua forma dupla. *Aleitação* é, pois, a nominalização

¹⁰² O número que segue à letra B (de base) refere-se ao número de ordem de acepção verbal atualizada. Assim, B1 remete à primeira acepção da base; B2 refere-se à segunda acepção e assim consecutivamente.

da ação de “dar leite”. Ainda que as duas ULCs sejam NAA, não é difícil reconhecer em *aleitação* uma evidência maior quanto à sua origem (e natureza) de verbo de ação marcada especificamente por seu caráter eventivo, ao passo que *aleitamento* traz o traço de continuidade, mais prototipicamente processual.

Outro par de NAA a ser analisado é *posteação* e *posteamento* (b), construídos sobre a forma verbal “postear”. O verbo base, entretanto, não é registrado no DUP. Mas, uma vez que se trata de palavra construída sobre a base nominal “poste”, a qual se aplica o sufixo “frequentativo” –ear, como usuários da língua, podemos depreender o sentido inerente a tal regra de construção¹⁰³ como colocar postes repetidamente. Os aspectos a serem comparados na análise das duas ULCs constam no quadro abaixo:

	<i>posteação</i>	<i>posteamento</i>
acepção equivalente	“colocação de postes; posteamento”	M1: “posteação”
segmento da abonação	não permitem a posteação	para evitar o posteamento
nuanças de sentido	[agentivo]	[-agentivo] [-eventivo] [permanente]
referente	ênfase na ação verbal	produto da ação verbal
ênfase na estrutura	ênfase no afixo	ênfase na base

No tocante à comparação entre essas duas formas duplas, ressaltamos que, conforme a abonação, em *posteação* é reconhecido o traço agentivo próprio da subcategorização proposta (NAA), com ênfase na ação verbal eventiva que poderia ser parafraseada como “fazer a ação de”, marcada pelo sufixo nominalizador. Em *posteamento*, porém, o sentido expresso na abonação revela-se menos agentivo, menos eventivo e mais permanente (o que é mais próprio a um NAE), assumindo como referente não a ação de colocar postes, mas o conjunto de postes colocados, ou seja, o “produto” resultante da ação verbal.

Dois aspectos merecem ser destacados aqui. Inicialmente, ressaltamos que *posteamento* preserva sua origem deverbal e não deve ser confundido com a construção denominal em que seria empregado o sufixo –mento₂, com o sentido inerente de “conjunto/coleção de postes”. Temos aqui a ideia coletiva marcada não pelo sufixo nominal,

¹⁰³ Os pressupostos da primeira fase do modelo construcional fundamentam tal conclusão, pois a construção de *postear* segue os padrões de uma RCP da língua portuguesa.

mas pela presença do sufixo verbal de frequência –ear já no verbo de base. Para que fosse uma construção denominal, tendo por base o substantivo “poste”, o sentido de *postejamento* deveria caber a qualquer “conjunto de postes”, incluindo, por exemplo, “postes depositados” em algum lugar. Entretanto, podemos constatar que *postejamento* só pode ser aplicado a “postes colocados”, em que o sentido da base do verbo *postear* se faz presente. O segundo aspecto a ser ressaltado refere-se à possibilidade de substituição de uma forma por outra, respeitando-se os contextos de aplicação. Ao substituímos *postejamento* por *posteação* no contexto “para evitar a”, continuamos percebendo a marca verbal da nominalização com –ção. O sentido agentivo de –ção não é apagado pelo novo contexto.

A terceira dupla proposta para análise em virtude de sua equivalência recíproca é *aceleração* e *aceleramento* (c), ambos subcategorizados como NAP, destacando o caráter processual. A única acepção do verbete de *aceleramento* registra a sua equivalência com *aceleração*. No verbete da forma com –ção, porém, há duas acepções classificadas como NAP, sendo que na primeira, com sentido de “aumento da velocidade” é registrada a equivalência a X-mento. Convém destacarmos aqui, então, a diferença entre uma e outra acepção de X-ção, considerando a proximidade de *aceleramento* com a primeira acepção de *aceleração*.

O quadro a seguir não apresenta a comparação entre as formas equivalentes, como foi feito nos quadros anteriores, mas propõe a comparação entre as duas acepções de acelerar, identificadas respectivamente como (1) e (2).

	<i>aceleração (1)</i> ¹⁰⁴	<i>aceleração (2)</i>
definição	C1: “aumento de velocidade; aceleramento”	“precipitação; apressamento”
acepção verbal atualizada	B1 (VAP): tornar célere	B2 (VA) apressar o passo
segmento da abonação	“a aceleração do trânsito intestinal...”	“eles é que apontam a aceleração da inflação”
nuanças de sentido	[continuidade]	[agentivo][continuidade]

¹⁰⁴ A fim de identificar a acepção apresentada, utilizamos um número entre parênteses que corresponde ao número de ordem das acepções no respectivo verbete.

	(não requer agente)	(presença de um agente)
--	---------------------	-------------------------

Na comparação entre as duas acepções citadas, podemos constatar que, embora o traço de continuidade seja comum, responsável pela subcategorização como NAP, na segunda acepção do verbete de X-ção temos a nuance agentiva devido à necessidade/presença de um agente da ação/processo verbal. As definições constantes numa e noutra acepção o remetem à atualização de acepções diferentes do verbo base: o sentido de “aumento de velocidade” associa-se com o sentido morfológico do verbo base (B1), subcategorizado como VAP, enquanto que o sentido de “precipitação, apressamento”, atualiza um VA resultante de operação semântica sobre o sentido original do verbo, responsável pelo apagamento do traço processual, fazendo com que a nuance agentiva seja evidente.

Conforme as equivalências léxicas registradas reciprocamente, *aceleramento* assume as propriedades de *aceleração(1)*, do que destacamos o caráter mais processual, a atualização do sentido morfológico inerente ao verbo base, sem aplicação de operação semântica.

Seguindo nosso estudo, tomamos *depauperação* e *depauperamento* (d), subcategorizadas como NAP e construídas sobre o verbo *depauperar* que, no latim, se constrói sobre o adjetivo *pauper, pauperis* (pobre). Além da equivalência recíproca à forma dupla em questão, os dois verbetes apresentam como única acepção o sentido de “empobrecimento”. Até aqui consideramos que se há algum traço distintivo entre as duas formas, ele se faz a partir das respectivas abonações, conforme se vê no quadro abaixo:

	<i>depauperação</i>	<i>depauperamento</i>
segmento da abonação	“cotidiana depauperação” (que se faz a cada dia)	“realidade de depauperamento” (condição resultante do processo)
nuanças de sentido	[continuidade] [+processual]	[permanência] [+aspectual]
referente	remete ao caráter + verbal (marcado pelo afixo)	remete à origem A do verbo (presente na base)

Novamente temos aí a ULC com –mento associada ao sentido da categoria de origem do verbo base (ainda que se tratando de um verbo não construído na língua) e, novamente a

ULC com –ção remetendo ao caráter mais verbal. Ao remeter à origem do verbo de base, *depauperamento* enfatiza o sentido morfológicamente expresso pela base da palavra nominalizada. Já em *depauperação* temos mais claramente desenvolvido o caráter verbal, que, na forma nominalizada, se faz presente pelo item afixal. Às abonações dos verbetes revelam que a forma com –ção se aproxima do que há de mais verbal, expresso aqui pelos sentidos [+contínuo] e [+processual], enquanto que em *depauperamento* temos um caráter [+processual] e [+permanente], expressando uma condição resultante do processo relativo ao verbo base.

Com relação à quinta dupla a ser analisada nesta seção, *desfolhação* e *desfolhamento* (e), subcategorizadas no DUP como NAP, observamos que no verbete da ULC com –ção simplesmente é apontada a equivalência à nominalização com –mento. Em *desfolhamento*, porém, junto com a remissão por equivalência à forma com o sufixo –ção, consta a definição “perda das folhas ou pétalas”, que remete diretamente à acepção em que o verbo de base é classificado como VP. Nessas formas equivalentes não é recuperado o traço agentivo presente na primeira acepção verbal, quando o verbo base caracteriza-se como VAP (sentido de “tirar folhas ou pétalas”). Alguma diferença entre essas formas duplas somente poderá ser percebida ao buscarmos a diferença entre os contextos de uso, nas abonações apresentadas nos verbetes:

	<i>desfolhação</i>	<i>desfolhamento</i>
segmento de abonação	“inexorável processo de desfolhação”	“causa seu desfolhamento” “se houver 20 lagartas (...) ou percentual superior a 15% de desfolhamento”
nuanças de sentido	[processual]	[aspectual] ?

Observando o paralelismo presente na abonação de *desfolhamento*, que aproxima um quantitativo de “lagartas” a um percentual de *desfolhamento*, somos levados a entender a ULC com –mento remetendo ao “resultado” alcançado pelo processo verbal. Temos, então, um sentido mais aspectual do que processual, com caráter mais permanente do que de continuidade temporal. Ao considerarmos assim, poderíamos concluir que *desfolhamento* deveria ser classificado antes como NAE, deixando para *desfolhação* o sentido processual. Se não há dúvidas quanto à natureza processual de *desfolhação*, quanto a *desfolhamento*, porém, a fronteira entre as duas subcategorizações se faz muito tênue, especialmente se

considerarmos a primeira abonação do verbete, que apresenta o contexto: “causa seu desfolhamento”.

Trataremos, agora, do último caso de equivalência recíproca entre X-ção e X-mento: *prolongação* e *prolongamento* (f). Enquanto a ULC com –ção é classificada como NAP, a forma com –mento é identificada como *Nm*, ou seja, é um nome concreto que não se opõe a uma forma abstrata, mostrando-se dissociado do verbo inicialmente tomado com base. Quanto às suas definições, na única acepção de *prolongação* consta o sentido de “extensão”, enquanto que a segunda acepção do verbete de *prolongamento* registra o sentido de “continuação” (também *Nm*). Observando as abonações dos dois verbetes, vemos que no contexto “prolongação do sono”, em que são percebidos os traços verbais processual e de continuidade, a nominalização com –ção adota um nome abstrato como complemento. Diferente disso, nas abonações de *prolongamento* o seu complemento é sempre um nome concreto (corpo, sala) que é tomado como seu referente.

	<i>prolongação</i> (NAP)	<i>prolongamento</i> (Nm)
segmento de abonação	“prolongação do sono”	“prolongamento do corpo” “prolongamento das salas”
nuanças de sentido	[processual] [contínuo]	concreto

Mais do que questionarmos a relação entre a subcategorização nominal e a remissão por equivalência proposta pelo DUP para essas unidades lexicais, este estudo acerca de –ção e –mento requer que destaquemos a diferença entre esses dois sufixos: a ULC com –ção expressa claramente o caráter verbal nominalizado, enquanto que a forma com –mento tem mais facilmente apagados os traços verbais.

4.3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE –ÇÃO E –MENTO

Nosso objetivo nesta seção é propor uma sistematização dos resultados que temos obtido no desenvolvimento deste estudo sobre os sufixos –ção e –mento fundamentado no percurso teórico da Morfologia Construcional. O maior desafio da presente pesquisa, no que toca à contribuição ao conhecimento da língua, é chegarmos ao reconhecimento dos aspectos

que realmente aproximam os sufixos estudados e à identificação daqueles que fazem a diferença entre eles, garantindo-lhes a identidade como item afixal com propriedades e características que são específicas a cada um.

Com base nos pressupostos dos dois importantes momentos da Morfologia Construcional, constatamos que a proposta inicial do modelo – Corbin (1987 e 1991) – permite-nos elencar as principais semelhanças entre os sufixos em questão, as quais se revelam de tal visibilidade a ponto de ofuscar, aos olhos de gramáticos e estudiosos da língua, a realidade de que –ção e –mento trazem, sim, informações específicas e diferentes às unidades por eles construídas.

A partir das informações inerentes aos afixos, que os acompanham desde sua inscrição no primeiro nível do Componente Lexical, conforme apresentadas na obra marco do modelo construcional, reconhecemos propriedades que aproximam –ção e –mento. Além de traços diacríticos comuns a esses dois formantes, como a subcategoria afixal que os identifica como “sufixos” e a informação quanto à sua disponibilidade na língua, reconhecemos na referência à regra de construção em que eles atuam as principais semelhanças entre os dois. Considerando os elementos que constituem uma RCP, vemos em –ção e em –mento a mesma relação categorial (RC) entre base e palavra construída, qual seja, a nominalização deverbal. Também a operação semântica (OS) associada à construção de palavras com tais formantes é a mesma, trazendo o sentido de “ação ou processo de V”. Tanto em algumas palavras construídas com –ção como em algumas construídas com –mento podemos encontrar derivação de sentido, explicadas pela teoria como aplicação de regra semântica menor (RSM), permitindo a atualização de sentido de “resultado ou produto da ação ou do processo de V”. Ainda olhando para os elementos constitutivos da regra de nominalização, encontramos –ção e –mento no mesmo paradigma morfológico (PM), como afixos concorrentes – ao que preferimos chamar de afixos coocorrentes ou paralelos.

A fim de melhor visualizarmos os aspectos que marcam a aproximação entre os sufixos –ção e –mento, conforme constatamos pela aplicação dos pressupostos da fase inicial do modelo construcional, propomos o quadro a seguir:

Semelhanças entre –ção e –mento (conforme CORBIN 1987 e 1991):	
RCP → RC	nominalização deverbal
OS → sentido geral	“ação ou processo de V”
PM → afixos coocorrentes	
RSM → derivação de sentido	“resultado”; “produto”
Informações afixais → características	(disponíveis, sufixo...)

É bem verdade que essa primeira fase dos estudos construcionais nos aponta à possibilidade de diferenciação entre os sufixos do mesmo paradigma morfológico (associados à mesma RCP) por constatar a existência de propriedades específicas de cada um, tais como preferências e restrições sobre as bases a que eles se adjungirão. Entretanto, até aquele momento, o modelo ainda não fornecia dados para uma clara sistematização dessas diferenças.

A necessidade de fundamentação teórica para a sistematização de tais dados é satisfeita a partir da continuidade das pesquisas. A versão mais recente do modelo, devido especialmente ao aprofundamento dos estudos semânticos, leva-nos ao reconhecimento de marcas linguísticas que se traduzem na diferenciação entre os sufixos. Além daquele sentido mais geral, atribuído à operação de construção de palavra empregada (no caso, da nominalização, o sentido amplo de “ação ou processo de V”), temos agora que os itens afixais trazem uma instrução semântica específica capaz de revelar sua identidade frente aos demais operadores disponíveis ao mesmo processo de construção lexical (no caso, aos outros afixos e processos empregados na nominalização).

Conforme vimos nesta tese, junto e sob a influência da instrução semântica afixal, encontramos outras classes de informações que marcam as características e particularidades do afixo. Considerando essas informações inerentes aos afixos, estabelecemos como categorias de análise do *corpus*: a informação categorial da ULC; o sentido (incluindo o sentido vinculado à subcategoria nominal, a duração da ação/processo¹⁰⁵ e o sentido expresso nas acepções das ULCs analisadas); os dados referenciais da ULC; e as características específicas das bases que são retomadas na ULC (incluindo aí a observação da categoria de origem do verbo de base, a subcategorização verbal e a acepção da base que é atualizada na nominalização).

¹⁰⁵ Conforme observamos, as distinções entre os sufixos apresentadas em Rodrigues (2006) são reconhecidas a partir da aplicação desses dois primeiros critérios associados ao sentido, quais sejam, o sentido vinculado à subcategoria nominal e a ênfase na duração do evento.

As duas primeiras constatações a que chegamos acerca dos traços distintivos entre –ção e –mento foram anunciadas já no primeiro capítulo desta tese, como resultado de estudos acadêmicos mais particularizados sobre os itens afixais, o que foi confirmado na análise realizada nesta pesquisa. A análise dos dados desta tese permitiu-nos confirmar a diferenciação entre os sufixos estudados levantada já por Rodrigues (2006) e, de alguma forma, também observada no nosso estudo anterior (SANTOS, 2006). Uma vez que a tese da pesquisadora portuguesa prioriza os aspectos semânticos na geração das unidades lexicais, é justificado o fato de que as características específicas dos sufixos constatadas em sua análise vinculem-se diretamente ao sentido das ULCs, a saber: características que dizem respeito à duração da ação/processo e aquelas que identificamos como sentido associado à categoria da ULC (ou, nos casos de –ção e de –mento, o sentido vinculado à subcategoria nominal).

A maior contribuição de Rodrigues (2006), e confirmada também na nossa análise, é dada no que identificamos como duração da ação ou processo verbal: o sufixo –ção tem o traço semântico de [efetuação], que tende a atualizar uma nuance de sentido mais “eventiva” (termo utilizado na presente tese), enquanto que –mento traz, segundo ela, um traço de [processo], atualizando uma nuance de sentido que preferimos aqui chamar de mais “contínuo”. Como efetuação do evento, o sufixo –ção se caracteriza por manifestar, na nova unidade lexical, a noção de “unitarização temporal do evento”, em que esse é dado num ponto temporal absoluto, diferente de –mento, que manifesta mais facilmente a “continuidade temporal do evento” – razão pela qual preferimos usar o termo “contínuo” no tocante à duração do evento.

Ocorre que o termo “processual” parece-nos mais indicado na vinculação do sentido com a subcategoria do nome construído, tomado aqui como o outro critério de análise em que confirmamos as constatações a que chegou Rodrigues (2006). Vale lembrar que, como subcategorização dos nomes construídos, podemos encontrar, em conformidade com Borba (1996), nome abstrato de ação (NAA), nome abstrato de processo (NAP), nome abstrato de estado (NAE) e nome concreto (NC). Assim, enquanto –mento atualiza o sentido de “processo”, caracterizado pela referida pesquisadora como uma nuance de dispersão temporal, gradativa do evento, o sufixo –ção traz de forma mais evidente o sentido de “ação”, que nós identificamos, neste trabalho, como a tendência de atualizar sentido [+ agentivo] – diferente de –mento, que é mais facilmente encontrado com nuance [– agentivo]. Rodrigues (2006, p. 442) esclarece ainda que –ção mostra-se não gradativo, em que, mesmo se a ULC com esse

sufixo for seguida do adjetivo “gradual”, ainda assim não temos o sentido de gradação, mas de “reiteração do evento”.

Mas a diferenciação entre –ção e –mento não é explicada apenas em função da duração de uma ação ou processo manifestado pelo verbo base, ou pela associação do sentido à (sub)categoria da ULC – categorias de análise empregadas aqui que parecem ter um paralelo em Rodrigues (2006). Conforme mencionamos anteriormente, a pesquisa que temos desenvolvido, ao tomar como fundamentação teórica o percurso da Morfologia Construcional, assume outros critérios de análise que não são considerados de forma sistemática pela pesquisadora portuguesa. Assim, embora reconhecendo a supremacia dos aspectos semânticos na construção lexical, os aspectos históricos e os referenciais, bem como o tipo de base a ser empregada, constituem dados reconhecidamente relevantes na construção das novas unidades lexicais e, conseqüentemente, devem constar na análise linguística que objetiva a diferenciação entre os sufixos –ção e –mento. É evidenciada, então, a contribuição do nosso trabalho para os estudos do léxico.

Vimos que a Morfologia Construcional autoriza a análise do sentido considerando sua relação com dados históricos vinculados à base da ULC e também ao próprio item afixal. Olhando para o sentido das bases em relação com seu étimo, observamos que o sufixo –ção tende a atualizar o sentido mais prototipicamente verbal da base: no caso de verbos construídos sobre bases verbais (como *agitar*, de *agir_V*), –ção atualiza o sentido original da base; mas no caso de bases com origem em categorias menos verbais (substantivos e adjetivos), esse sufixo tende a atualizar o sentido derivado do verbo. De sua parte, –mento revela um traço [+aspectual], recuperando com mais facilidade o sentido de origem substantiva e adjetiva das bases dos verbos construídos e atualizando o sentido derivado de bases com origens verbais.

As informações históricas mostram-se importantes para confirmar algumas nuances de sentido associadas aos sufixos estudados aqui, encontradas nas ULCs analisadas. Informações de caráter histórico podem explicar/confirmar o traço [+geral] (mais abrangente) associado a –ção, que, em alguns casos, aponta a uma nuança [+coloquial]; enquanto –mento tende a trazer traço [+específico] e, em muitas situações, atualizando sentido [+especializado], próprio de áreas técnicas e científicas. Essa nuança de sentido pode ser decorrente da vasta utilização de –mento em áreas clássicas e de maior erudição do século XV (RIBEIRO, 1890, 2ª ed., p. 138).

A Morfologia Construcional ainda nos permite reconhecer diferenças entre os sufixos –ção e –mento no que diz respeito à referencialidade das formas nominalizadas construídas com tais formantes. As ULCs analisadas nos mostraram que o sufixo –ção tem a tendência de referir-se mais propriamente à ação verbal, sendo marcado, na estrutura da ULC, pela informação semântica agregada ao próprio item afixal. Diferente disso, –mento tem a tendência de atualizar sentido [+aspectual] e, não raro, resultante de operação semântica de concretização, sendo autorizado de forma mais explícita pelo sentido da base verbal.

Com base no resultado a que chegamos com este trabalho de pesquisa, apresentamos o quadro a seguir, no intuito de melhor visualizarmos a sistematização proposta dos aspectos que fazem a diferenciação entre os sufixos –ção e –mento¹⁰⁶:

Diferenças entre –ção e –mento (categorias analíticas conforme CORBIN 1997 <i>et seq.</i>):		
Tendências (análise comparativa das formas duplas):		
	–ção	–mento
Sentido (duração)	[+ eventivo]	[+ contínuo]
Subcategorização	[+ agentivo]	[+ processual]
Dados históricos	[+ geral] ([+ coloquial])	[+ específico] [+ especializado]
Referência (marca de autorização)	ação verbal pelo afixo	(concretização) pela base
Quanto à base	[+ verbal]	[+ aspectual]
Acepção atualizada (quanto à origem do Vb)	sentido de origem em V sentido derivado de A/S	recupera sentido de A/S sentido derivado de V

RESUMO DO CAPÍTULO

¹⁰⁶ Lembramos que as duas primeiras categorias de análise mencionadas no quadro (duração e subcategorização) encontram eco e confirmam constatações sobre –ção e –mento constantes na pesquisa de Rodrigues (2006).

No capítulo 4 desta tese, ocupamo-nos com a análise dos dados a fim identificarmos as semelhanças e as diferenças entre os sufixos –ção e –mento. Para isso, começamos abordando os fundamentos para a análise dos dados (seção 4.1) a partir da perspectiva teórica da Morfologia Construcional, o que nos levou à sistematização dos critérios de análise conforme cada um dos dois grandes momentos discutidos no capítulo teórico dessa tese.

As categorias analíticas em conformidade com a proposta inicial do modelo (CORBIN, 1987 e 1991) foram identificadas em relação aos aspectos estruturais decorrentes da ênfase mais formal dada nesta primeira fase dos estudos construcionais (seção 4.1.1). Consideramos, então, a tipologia relativa à estrutura das unidades lexicais, a categoria das bases a que são empregados os formantes estudados e os tipos de informações inerentes aos itens afixais conhecidos em Corbin (1987).

Ao tratarmos dos critérios para análise referentes aos estudos mais recentes do modelo (seção 4.1.2) cumprimo-nos considerar a ênfase aos aspectos semânticos que, influenciando sobre a categoria e a referencialidade das unidades lexicais, fazem cair a restrição de unicidade categorial, além de reconhecer a ação dos itens afixais sobre o sentido das ULCs e sobre a seleção das bases. Abordamos também a importância dos dados históricos para a explicação de aparentes irregularidades e de características atuais dos sufixos em questão, destacando o uso de –mento pelos clássicos do século XV (que podem explicar o emprego desse sufixo com sentidos mais especializados) e, ainda, três diferentes comportamentos de –mento no latim (atualmente presentes em português no sufixo denominativo, no sufixo verbal e na atualização de sentido mais concreto).

As categorias analíticas foram definidas, então, a partir das informações trazidas pelos afixos e tomadas como mais relevantes à distinção entre os sufixos –ção e –mento: a informação categorial, tanto dos afixos (em que a nominalização remete à sufixação), quanto das ULCs (subcategorização nominal, em que a classificação entre nomes concretos e abstratos pode ser percebida como grandezas escalares); as nuances de sentido atualizadas, que envolvem a relação sentido/categoria, as noções de duração, de abrangência e de uso expressas nas acepções e abonações analisadas; a referência a que remete a forma nominalizada; e restrições sobre as bases, envolvendo a categoria de origem (étimo) do verbo base, a subcategorização verbal e a escolha pela acepção verbal atualizada (sentido original ou derivado).

Conhecidas as categorias analíticas, passamos à análise dos dados (seção 4.2), começando pela aplicação dos critérios relativos à proposta inicial do modelo (seção 4.2.1). A aplicação da tipologia de palavras sobre o *corpus* levou-nos a excluir do estudo sobre os sufixos deverbais as unidades reconhecidas como não construídas na língua (tanto as de estrutura simples, como as de estrutura complexa em que um dos elementos não tem estatuto lexical, ou seja, não é inscrito no primeiro nível de estratificação do léxico). A identificação da categoria das bases remete à homonímia afixal, sabendo-se que neste estudo só devem ser considerados os sufixos deverbais. E, pela aplicação das categorias referentes às informações afixais, foi possível sistematizar o que a literatura conhece sobre *-ção* e sobre *-mento* em português, especialmente no que pertine às semelhanças entre eles.

Na sequência, aplicamos sobre o *corpus* desta pesquisa as categorias analíticas referentes à fase mais atual da Morfologia Construcional (seção 4.2.2), tomando as unidades lexicais a partir de grupos por equivalências léxicas mencionados no capítulo 3 desta tese, que considera as remissões apresentadas nos verbetes das entradas lexicais do DUP analisadas.

O primeiro grupo de análise é constituído por 24 ULCs com *-mento* registradas como equivalentes à respectiva forma construída pela mesma base com *-ção* (seção 4.2.2.1). Identificamos: (a) dez ULCs subcategorizadas como nomes abstratos de ação (NAA), que guardam nuances mais verbais (agentivas e eventivas), atualizando sempre a aceção verbal de sentido original do verbo base, sem derivações semânticas; (b) oito ULCs identificadas como nomes de processo (NAP), com traço menos agentivo, podendo apresentar-se com sentido mais específico, em que os verbos de base mostram-se com origem denominal; (c) em quatro nomes abstratos de estado (NAE) encontramos a noção mais aspectual (proveniente, provavelmente, do origem deadjetival dos verbos de base para a nominalização) atualizando um sentido resultativo a partir de operações semânticas que levam à perda da noção de temporalidade verbal; e (d) analisando dois nomes concretos, em apenas um deles a forma com *-ção* revela-se claramente deverbal, decorrente de operação semântica sobre a aceção mais agentiva apresentada no mesmo verbete.

O segundo grupo é constituído por ULCs com *-ção* que remetem à equivalência com as respectivas formas duplas com *-mento* (seção 4.2.2.2). Na análise de 22 ULCs, encontramos: (a) onze equivalências a *X-mento* subcategorizadas como NAA, caracterizadas pela ênfase ao seu carácter verbal, com traços agentivo e eventivo, que podem estar ligados à origem nominal dos verbos de base; (b) cinco nomes abstratos de processo (NAP), com nuances menos agentivas e/ou de continuidade, em que o carácter processual está presente na

subcategorização dos verbos de base, os quais têm origem latina nominal; (c) cinco nomes abstratos de estado (NAE) de sentido mais aspectual com nuances mais permanente e abstratas, ao que se unem as nuances menos processual e menos agentiva, caracterizando, então, a perda de traços verbais que remete à origem dos verbos latinos em adjetivo ou em substantivo; e (d) um nome concreto em –ção que decorre de operação semântica de concretização sobre a acepção nominalizadora da ação verbal, com apagamento dos traços verbais que fazem sua equivalência com o nome em –mento construído no latim.

No terceiro grupo, encontramos seis casos de ULCs que remetem reciprocamente à equivalência com sua forma dupla. Uma análise mais minuciosa revelou que as formas nominalizadas com –ção atualizam com mais propriedade o caráter verbal agentivo da base, enfatizando a informação semântica trazida à ULC pelo item afixal, e com sentido mais geral do que as respectivas formas com –mento. A tendência de –mento parece ser por atualizar um sentido mais específico e em que se percebe maior perda de traços verbais do que o encontrado com relação à –ção, remetendo mais facilmente ao conteúdo semântico presente na base da ULC.

As unidades lexicais construídas analisadas apontam-nos a tais constatações acerca das semelhanças e diferenças entre os sufixos nominalizadores –ção e –mento, as quais se tornaram objeto da última seção deste capítulo (seção 4.3). Como um comentário mais conclusivo, procuramos registrar de forma mais sistemática e resumida os resultados a que chegamos com relação à identificação dos aspectos que aproximam e, de forma especial, aqueles que fazem a diferença entre os dois sufixos estudados. Vimos que dentre as categorias de análise dos dados que nos levaram às constatações a que chegamos, duas confirmam informações apresentadas em outras pesquisas, as quais reconfiguramos aqui. As demais constatações acerca da diferenciação entre –ção e –mento constituem-se na nossa expressa contribuição aos estudos linguísticos. Salientamos ainda que não encontramos, entre as ULCs, situações que tenham se caracterizado como exceção ao que temos apresentado aqui. Os casos diferentes, que por vezes foram observados ao longo deste capítulo de análise, referem-se a uma ou outra nuance de sentido específica, sem que afetasse na interpretação do fenômeno estudado.

Passamos, assim, a apresentar as considerações finais a que nos levou o trabalho de pesquisa desenvolvido para a presente tese.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pesquisa anterior, fundamentada na obra marco da Morfologia Construcional (CORBIN, 1987), foi-nos possível reconhecer a identidade e características gerais dos sufixos –ção e –mento, visando à contribuição metalexiconográfica relativa aos itens afixais. Ao final, foram levantadas algumas questões que fugiam à abrangência daquele trabalho de dissertação do Mestrado (defendida em 2006), levando-nos a questionamentos, especialmente quanto aos indicadores de semelhança e de diferenças entre os dois sufixos.

Sabendo que a Morfologia Construcional não se apresenta como um modelo fechado, mas teve continuidade em pesquisas que se desenvolveram a partir da proposta inicial, tomamos como hipótese o fato de que, se na primeira abordagem da teoria não foi possível responder a questões relativas à distinção entre os sufixos, o desenvolvimento do modelo pode (ou deve) elucidar tal questionamento.

Assim, neste trabalho de investigação, propomo-nos a contribuir com a comunidade científica assumindo duplo objetivo. No sentido de trazer um aprofundamento das questões epistemológicas implicadas na pesquisa linguística, pretendemos apresentar a perspectiva teórica acerca de importante modelo de análise linguística, a saber, a Morfologia Construcional. Com relação aos fenômenos linguísticos, pretendemos aprofundar o conhecimento sobre a língua, descortinando aspectos ainda não explorados, em especial no que toca aos traços que revelam aproximações e aqueles que marcam diferenças no emprego dos sufixos de uma mesma operação derivacional, reconhecidos como responsáveis pela

existência de formas duplas em português, tendo por objeto de estudo os sufixos –ção e –mento.

Mediante o desenvolvimento da pesquisa, registrada nos capítulos que constituem a presente tese, entendemos que tais objetivos foram alcançados. Por um lado, foi-nos possível identificar semelhanças e, o que nos parecia mais desafiador, identificar diferenças entre –ção e –mento a partir da aplicação dos pressupostos de período mais recente da Morfologia Construcional; por outro lado, justamente esse resultado relativo ao fenômeno linguístico estudado revela que o modelo experimentou importantes avanços no curso dos anos.

Duas questões precisavam ser respondidas aqui: (a) o que mudou no Modelo construcional a partir de 1987?; e (b) quais são efetivamente os aspectos que aproximam e os que diferenciam os sufixos nominalizadores –ção e –mento?

Considerando o percurso teórico da morfologia construcional (capítulo 2), desde a proposta inicial (CORBIN, 1987) e sua atualização (CORBIN, 1991) até a versão mais recente do modelo (CORBIN, 1997), que inclui aspectos referenciais no estudo das unidades lexicais, observamos uma trajetória marcada por avanços importantes nos estudos do léxico. Tomando-se como ponto de partida a publicação inicial “*Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*” (CORBIN, 1987), reconhecemos, a partir de *Silexcales* (CORBIN, 1997), diferenças no modelo, especialmente quanto à sua visão do léxico e ao seu posicionamento epistemológico.

Se a proposta inicial ainda se caracterizava como “derivacional” no que concerne às palavras construídas (como expresso no título da obra marco de Danielle Corbin), temos agora a clareza de tratar-se de uma abordagem “construcional”, que não se limita à derivação, mas inclui operações linguísticas que extrapolam a abrangência derivacional, envolvendo a composição e a lexicalização de expressões da abrangência da Sintaxe. Isso decorre de uma visão ampliada do objeto de estudo: a abordagem deixa de ser estritamente morfológica e assume-se numa perspectiva lexical, reconhecendo a inter-relação de aspectos contextuais e referenciais na concepção de unidades lexicais. De fato, sem negar o gerativismo, uma vez que se entende inegável a competência linguística (e derivacional) inata do ser humano, o modelo reconhece a necessidade do contexto e da referencialidade nos estudos construcionais. A terminologia utilizada reflete essa diferença: enquanto no primeiro momento temos “regras de construção de palavras”, a nova abordagem construcional fala das “operações” e “processos construcionais” agindo sobre as “unidades lexicais (construídas)”.

Fator fundamental nas mudanças por que passou o modelo é o avanço semântico experimentado na continuidade das pesquisas em Morfologia Construcional. Na abordagem inicial do modelo, os aspectos formais foram bastante trabalhados, fazendo-se esperar maior progresso quanto às questões semânticas, o que de fato aconteceu. A grande novidade na fase mais atual da Morfologia Construcional é marcada pela inclusão do sentido referencial junto com o sentido linguístico (morfológico) na constituição do sentido das unidades lexicais. É por considerar o contexto de uso que são reconhecidos fenômenos de homonímia, de poli-referência e de polissemia, os quais são marcados por operações semânticas (metafóricas e metonímicas) aplicadas sobre as unidades lexicais construídas ou mesmo sobre os itens lexicais que as constroem.

O contexto assume sua importância na construção do sentido lexical. Mas merece ser salientado que as operações semânticas que permitem novos empregos contextuais somente se realizam se forem autorizadas linguisticamente. E, como comprovamos na análise dos dados desta pesquisa, em muitas situações é nos dados históricos (etimológicos) que encontramos a justificativa e explicação que autorizavam o sentido referencial e a aplicação contextual das unidades lexicais construídas. De fato, vimos, por exemplo, que o sentido da base de um verbo construído (em português ou mesmo na respectiva língua de origem) pode ser enfatizado na nova unidade lexical, fazendo-se nitidamente presente na nominalização daquele verbo. A ênfase de sentido sobre a origem de base verbal pode constituir-se, então, como fator de diferenciação entre as formas duplas, construídas sobre a mesma base, o que pode ser entendido como fator de diferenciação entre os sufixos do paradigma nominalizador. Podemos perceber, assim, o quão necessária foi a inclusão das informações históricas ao conhecimento das unidades lexicais (e infralexicais), sem que com isso seja ameaçado o caráter sincrônico do modelo. Vemos aí, na verdade, uma ampliação da natureza sincrônica explicitada já na proposta inicial, a qual não é abalada pela inclusão dos dados históricos, que vêm a serviço do caráter explanatório do modelo, ao autorizarem o emprego contextual da ULC.

Os estudos mais recentes da Morfologia Construcional revelam também certo “refinamento” da natureza associativa do modelo, em que se vê, na construção conjunta da forma/estrutura e do sentido da nova unidade lexical, a relevância do aspecto semântico sobre a orientação categorial e referencial da ULC. Foi, pois, pela aplicação dessa nova perspectiva dos estudos construcionais que chegamos a uma resposta positiva no que diz respeito à

caracterização dos sufixos –ção e –mento, objeto da análise linguística a que nos propomos nesta tese.

É indiscutível a aproximação entre esses dois sufixos, os quais são considerados pela literatura como concorrentes. Entretanto, já no primeiro capítulo deste estudo questionamos a noção de concorrência entre –ção e –mento. Temos observado nesta pesquisa que os sufixos –ção e –mento não têm o mesmo comportamento na construção de unidades lexicais. Entendemos que eles de fato concorreriam se pudessem ser empregados indiscriminadamente, sem trazer diferença de sentido às unidades lexicais que são com eles construídas a partir da mesma base. Como temos visto, os sufixos –ção e –mento, por mais semelhanças que possam ter, trazem, às unidades com eles construídas, modulação de sentido sobre as bases a que se adjungem. Então, por reconhecermos a diferença de sentido a ser atribuído às ULCs com um e com outro sufixo, limitamo-nos a dizer que –ção e –mento cumprem funções linguísticas iguais, mas com funções semânticas diferentes. Do que vemos, a noção de concorrência sufixal não vai além do fato de que esses sufixos coexistem como operações disponíveis no processo de nominalização; entretanto, diferenciam-se suficientemente, a ponto de não se anularem ou substituírem-se na construção lexical. A verdadeira resposta a tal questão está na informação semântica específica de cada afixo.

Com relação aos aspectos aproximativos entre os dois sufixos, ressaltamos que estes são mais bem sistematizados pelo aporte teórico da Morfologia Construcional, ao que a proposta inicial mostrou-se bastante suficiente: a noção de RCP revela a relação categorial entre a base verbal e a categoria nominal da palavra construída; a operação semântica associada à regra responde pelo sentido geral associado aos sufixos em questão; o paradigma morfológico justifica-os como afixos concorrentes; a eventual aplicação de regras semânticas menores proporciona a possibilidade de derivação de sentido. A análise do *corpus* a partir das categorias analíticas levantadas pela fase inicial do modelo mostram como os fatores que marcam a semelhança entre esses dois sufixos são já bastante conhecidos e citados por gramáticos, linguistas e lexicógrafos: são empregados na nominalização deverbal com sentido de “ação ou processo de V”, podendo ainda constar, por extensão de sentido, como “resultado” ou como “produto” da ação/processo verbal. A produtividade desses dois sufixos, tomados como os mais utilizados na nominalização em português, é justificada por não trazerem maiores restrições na seleção das bases a que se unirão.

A diferenciação entre –ção e –mento, porém, somente é conhecida a partir da aplicação do conhecimento gerado pelos estudos mais recentes em Morfologia Construcional,

conforme nos foi possível verificar na análise dos dados desta pesquisa (capítulo 4). A seleção do corpus para análise, considerando o emprego dos sufixos em questão sobre as mesmas bases aparentes, permitiu-nos constatar que a diferença entre –ção e –mento não está necessariamente na restrição a um tipo ou outro de base, mas na atualização de sentido de cada afixo em relação à acepção da base sobre a qual atuam.

Assim, temos diferenciação de sentido entre as formas duplas sempre que os sufixos nominalizadores atualizarem acepções diferentes do mesmo verbo base. São casos de polissemia da base, decorrentes de operações semânticas sobre o sentido original do verbo, que podem revelar maior ou menor aproximação com a sua origem etimológica (especialmente no caso de verbos construídos) ou, por outro viés, acepções derivadas com apropriação ou com atenuação dos traços mais verbais (agentivos ou de temporalidade).

Por outro lado, os casos em que os sufixos atualizam a mesma acepção da base é que merecem maior atenção do linguista e análise sustentada por uma teoria que lhe permita um olhar mais minucioso no fenômeno linguístico. Teremos, então, como consequência, a identificação de nuances de sentido diferentes atestadas por um e por outro sufixo. Para tanto, privilegiamos uma análise comparativa das formas duplas que compõem o *corpus* desta pesquisa, lançando mão das categorias analíticas relativas à versão mais recente da Morfologia Construcional. Considerando as classes de informações inerentes aos itens afixais, que os caracterizam e definem particularmente, tomamos com especial atenção na análise aquelas que dizem respeito à informação categoria, ao sentido, à referência da ULC e às restrições dos afixos sobre as bases.

A análise dos dados categoriais, históricos, referenciais, morfológicos (considerando os elementos constitutivos da nova construção lexical) e mesmo aqueles mais especificamente semânticos permitem-nos constatar que o sufixo –ção tem uma tendência maior à atualização de sentido mais verbal, com ênfase mais agentiva e associada à temporalidade do evento. O sufixo –mento, por sua parte, distingue-se daquele pela tendência de atualizar um sentido mais processual ou aspectual, com atenuação ou possível apagamento das marcas mais verbais, recuperando com certa facilidade as nuances mais nominais eventualmente expressas por bases em verbos cuja origem é um adjetivo ou um substantivo. Observamos, também, que as unidades lexicais construídas com –mento tendem a atualizar sentidos mais específicos e especializados, enquanto que –ção mostra-se com sentido mais geral ou mesmo mais coloquial, o que é confirmado pelos dados históricos.

Não podemos dizer que esse estudo tenha elucidado todos os fatores de diferenças entre os sufixos nominalizadores –ção e –mento, nem mesmo que tenha esgotado as possibilidades de intervenção da Morfologia Construcional no que se refere a tal fenômeno. Mas entendemos que os aspectos aqui explorados de fato se constituem em importante contribuição ao conhecimento dos dois sufixos analisados e, em consequência, contribuição aos estudos lexicais.

É importante trazermos, ainda, um questionamento levantado a partir da observação dos dados analisados, mas que fica em aberto, aguardando um estudo mais específico que foge da abrangência da pesquisa a que nos propomos aqui. A questão é: em que medida um estudo com ênfase na sintaxe pode contribuir para a identificação de outros aspectos distintivos entre as formas duplas construídas com –ção e com –mento?

Ocorre que, considerando as abonações trazidas nos verbetes do DUP relativo às ULCs analisadas aqui, encontramos casos em que parece haver diferenciação na relação sintagmática de emprego das ULCs com um e outro sufixo. As abonações de *entrevamento* e de *travamento*, por exemplo, trazem complementos mais concretos do que aqueles dos verbetes das respectivas formas duplas *entrevação* e *travação*: temos “*entrevamento* dos membros” x “*entrevação* do Brasil”; e “*travamento* do motor” x “*travação* do ser humano”. Nessa mesma linha, algumas abonações mostram a forma com –mento com necessidade de complemento, o que parece dispensável à ULC com –ção: citamos, por exemplo, “*regurgitamento* do conteúdo gástrico” x “perigo de haver *regurgitação*”; e “*bombeamento* do combustível” x “*bombeações* intermináveis”.

Concluimos assim este trabalho. Defendemos, aqui, a tese de que a trajetória teórica da Morfologia Construcional permite-nos identificar aproximações e diferenças entre os sufixos –ção e –mento. No desenvolvimento desta pesquisa foi-nos possível alcançar o duplo objetivo a que nos propomos inicialmente, o que era um desafio, dado o ineditismo desses dois aspectos dos estudos linguísticos. Como contribuição epistemológica aos estudos do léxico, apresentamos de forma sistemática o percurso teórico de importante modelo de análise linguística. E como contribuição ao conhecimento da língua, descortinamos aspectos que fazem a diferença entre dois sufixos muito assemelhados, considerados na literatura como concorrentes, mas que têm cada um a sua própria identidade e especificidade, justificando a construção de unidades lexicais sobre a mesma base. Como um convite a novos estudos, sabemos que a continuidade das pesquisas sobre esse mesmo objeto poderá trazer mais contribuições ao conhecimento dos sufixos nominalizadores –ção e –mento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de questões vernáculas**. 2ª edição revista e aumentada. São Paulo: LCTE Livraria Ciência e Tecnologia Editora Ltda, 1994.

BASÍLIO, Margarida. **Estruturas lexicais do português**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASÍLIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BIDERMANN, Maria Tereza Camargo. **As ciências do léxico**. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires & ISQUIERDO, Aparecida Negri (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2001. p. 13-22.

BORBA, Francisco da Silva. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CHAFE, Wallace L. **Significado e estrutura linguística**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

CORBIN, Danielle. Le monde étrange des dictionnaires (4): **La créativité lexicale, le lexicographe et le linguiste**. *Lexique*, v. 2, p. 43-68, 1983.

_____. **Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique**. Tubinga: Max Niemeyer Verlag, 1987.

_____. Contraintes et création lexicales en français. In: **L'information grammaticale 42**, Université de Lille III. 1989. p.35-42.

_____. **Introduction. La formation des mots: structures et interprétations**. Lexique 10. p. 7-30. 1991.

_____. **French (Indo-European: Romance)**. IN: Booij G., Lehmann C. & Mugdan J. Hrsg., t.2 art. 121. 1997(a).

_____. **Décrire un affixe dans un dictionnaire**. IN: Kleiber G. & Riegel M. éds, Les formes du sens. Études de linguistique française, médiévale et générale offertes à Robert Martin à l'occasion de ses 60 ans, Louvain-la-Neuve, Duculot, p. 79-94. 1997(b).

_____. **La représentation d'une <famille> de mots dans le dictionnaire dérivationnel du français et ses corrélats théoriques, méthodologiques et descriptives**. Recherches linguistiques de Vincennes 26, p. 5-37. 1997(c).

_____. **La catégorisation dans les langues**. Faits de Langues. Revue de Linguistique, n. 14. 1999.

_____. **Programme de recherche (1997-2003). Le dictionnaire des affixes et le Dictionnaire dérivationnel du français: mises en pratique d'une théorie morphologique**. Lexique, v. 16, p. 53-66, 2004.

CORBIN, Danielle; FRADIN, B.; HABERT, B.; KERLEROUX, F. & PLÉNAT, M. (eds.). **Silexicales**. Université de Lille III. 1997.

CORBIN, Pierre. **Introduction: Lexique 16, treize ans après Lexique 10**. Lexique, v. 16, p.9-52, 2004.

CORREIA, Margarita (1999) – A denominação das qualidades – contributos para a compreensão da estrutura do léxico português (Capítulo I). Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

_____. **Denominação e construção de palavras: o caso dos nomes de qualidade em português.** Lisboa: Colibri, 2004.

CRYSTAL, David. **Dicionário de Linguística e Fonética.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, (1982) 1999.

_____. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUBOIS, Jean et.alii. **Dicionário de Linguística.** São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio,** versão 5.0, edição revista e atualizada. Curitiba: Positivo Informática Ltda, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa,** versão 1.0.7, Editora Objetiva Ltda, setembro de 2004.

KOEHLER, Henrique. **Dicionário Escolar Latino-Português.** 6ª ed. Porto Alegre: Globo, 1955.

MEILLET, A. **Morphologie Historique du Latin.** Paris: Librairie C. Klincksieck, 1914.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia Portuguesa.** 4ª edição revista e ampliada. Campinas: Pontes, 2002.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Nova Gramática Portuguesa.** 2ª ed. (1ª ed. 1890). Bahia.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas Morfológicas do Português.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RODRIGUES, Alexandra Filipa Soares. **Formação de substantivos deverbiais sufixados em Português**. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006.

SANDMANN, Antônio José. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

SANTOS, Carla Maria Bastos dos. **Os sufixos –ção e –mento na construção de nomes de ação e de processo: contribuições à prática lexicográfica**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

VILLALVA, Alina. **Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português**. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, MCT, 2000.

VILLAR, Mauro de Salles. **Apresentação**. IN: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**, versão 1.0.7, Editora Objetiva Ltda, setembro de 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 – Relação das unidades lexicais para análise

ANEXO 2 - Grupos de equivalências X-mento / X-ção

ANEXO 1 – Relação de unidades lexicais para análise

X-ção	Acepções no DUP	X-mento	Acepções no DUP	Base
aceleração	2 Nap	aceleramento	1 Nap	acelerar
acomodação	7 2Naa,2Nap,1Nae,2Nc	acomodamento	2 Naa	acomodar
aculturação	2 Nap	aculturamento	1 Nap	aculturar
adestração	1 Naa	adestramento	2 Naa	adestrar
afiação	1 Naa	afiamento	1 Nap	afiar
afinação	4 2Naa;2Nae	afinamento	4 2Nap;2Nae	afinar
afobação	1 Nae	afobamento	1 Nae	afobar
agitação	7 3Naa;2Nap;2Nae	agitamento	1 Nap	agitar
aglutinação	2 Naa;Nap	aglutinamento	1 Nap	aglutinar
agravação	1 Nap	agravamento	4 1Naa; 3Nap	agravar
agrupação	1 Naa	agrupamento	4 Naa;Nap;Nae;Nc	agrupar
alagação	1 Nap	alagamento	2 Nap; Nc	alagar
aleitação	1 Naa	aleitamento	1 Naa	aleitar1
alheação	1 Nae	alheamento	3 3Nae	alhear(-se)
angariação	Naa	angariamento	1 Naa	angariar
aniquilação	1 Naa	aniquilamento	3 Naa;Nap;Nae	aniquilar
apartação	2 Naa	apartamento	2 Nm	apartar
aprontação	1 Naa	aprontamento	1 Naa	aprontar
armação	11 6Naa;5Nc	armamento	1 Naa; Nc	armar
arrancharção	1 Naa	arranchamento	1 Nc	arranchar
assombração	3 Naa;Nae;Nc	assombramento	1 Nc	assombrar
atracação	2 Naa;Nap	atracamento	1 Naa	atracar
aviação	5 2Naa;3Nc	aviamento	4 1Naa; 4Nc	aviar
batidação/bateção	2 Nc;Naa	batimento	3 1Naa; 2Nap	bater
bifurcação	1 Nc	bifurcamento	1 Nc	bifurcar
bombeação	1 Nap	bombeamento	2 Naa;Nap	bombear
brotação	1 Nap	brotamento	1 Nap	brotar
carregação	2 Nae	carregamento	4 3Naa; 1Nc	carregar
castração	2 Naa	castramento	1 Naa	castrar
cerração	1 Nc	cerramento	1 Naa	cerrar
cessação	2 Naa	cessamento	1 Nap	cessar
coroação	2 Naa	coroamento	1 Naa	coroar
crispação	1 Nap	crispamento	1 Nap	crispar
curtição	2 Nap;Nae	curtimento	1 Naa	curtir
debilitação	1 Nap	debilitamento	1 Nap	debilitar
defloração	1 Naa	defloramento	1 Naa	deflorar
degolação	1 Naa	degolamento	1 Naa	degolar
depauperação	1 Nap	depauperamento	1 Nap	depauperar
descaração	1 Nae	descaramento	1 Nae	descarar
desfiguração	3 Naa;Nap;Nae	desfiguramento	1 Nae	desfigurar
desfolhação	1 Nap	desfolhamento	1 Nap	desfolhar
desolação	2 Nae	desolamento	1 Nae	desolar
desvirtuação	1 Nap	desvirtuamento	1 Nap	desvirtuar
deterioração	4 4Nap	deterioramento	1 Nap	deteriorar
dilaceração	2 Nap;Nae	dilaceramento	1 Nap	dilacerar
empalação	1 Naa	empalamento	1 Naa	empalar
encabulação	1 Nap	encabulamento	1 Nae	encabular
encanação	1 Nae	encanamento	1 Nc	encanar
encantação	1 Naa	encantamento	2 Naa;Nae	encantar
enfatuação	1 Nae	enfatuamento	1 Nae	enfatuar
enquadração	1 Naa	enquadramento	2 Naa	enquadrar
entrevação	1 Nae	entrevamento	1 Nae	entrevar
esfregação	3 3Naa	esfregamento	1 Naa	esfregar
estruturação	4 2Naa;2Nap	estruturamento	1 Nap	estruturar
excitação	6 1Naa;2Nap;3Nae	excitamento	1 Nae	excitar
excreção	2 1Nap;1Nc	excremento	1 Nm	excretar

X-ção	Acepções no DUP	X-mento	Acepções no DUP	Base
firmação	1 Naa	firmamento	1 Nc	firmar
fundação	5 2Nc;Naa; 2Nae	fundamento	5 5Nae	fundar
igualação	1 Nap	igualamento	1 Nap	igualar
inchação	3 2Nap;1Nc	inchamento	1 Nap	inchar
incitação	1 Naa	incitamento	2 Naa;Nae	incitar
indiciação	1 Naa	indiciamento	1 Naa	indiciar
instrução	5 3Naa;1Nae;1Nc	instrumento	3 2Nc;1Nae	instruir
internação	2 2Naa	internamento	1 Naa	internar
isolação	1 Nae	isolamento	6 3Naa;2Nap;1Nae	isolar
lavração	2 Naa	lavramento	1 Nap	lavrar
ligação	11 4Naa;6Nae;1Nc	ligamento	3 1Naa;2Nc	ligar
locupletação	1 Nap	locupletamento	1 Nap	locupletar
medicação	2 Naa;Nc	medicamento	1 Nm	medicar
monitoração	1 Naa	monitoramento	2 2Naa	monitorar
nivelação	1 Naa	nivelamento	4 2Naa;1Nap;1Nae	nivelar
nutrição	5 2Naa;1Nap;2Nae	nutrimento	1 Nc	nutrir
ofuscação	1 Nap	ofuscamento	1 Nae	ofuscar
ordenação	6 4Naa;1Nap;1Nae	ordenamento	3 Naa;Nap;Nae	ordenar
pegação	2 2Naa	pegamento	1 Nap	pegar
perdição	4 2Nap;2Nae	perdimento	2 Nap;Nc	perder
posteação	1 Naa	posteamto	1 Naa	postear
povoação	2 Naa;Nc	povoamento	1 Naa	povoar
predicação	3 Naa	predicamento	1 Nae	predicar
prolongação	1 Nap	prolongamento	2 Nm	prolongar
puxação	1 Naa	puxamento	1 Nae	puxar
rateação	1 Naa	rateamento	1 Naa	ratear
refinação	1 Naa	refinamento	3 2Naa;1Nae	refinar
regulação	1 Naa	regulamento	2 Naa;Nae	regular
regurgitação	1 Nap	regurgitamento	1 Nap	regurgitar
relaxação	2 Nae;Nap	relaxamento	5 1Naa;3Nap;1Nae	relaxar
religação	2 Naa;Nap	religamento	1 Naa	religar
rendição	1 Naa	rendimento	7 7Nae	render
renegação	1 Naa	renegamento	1 Naa	renegar
renovação	3 2Naa;1Nap	renovamento	1 Nap	renovar
reordenação	1 Naa	reordenamento	1 Nap	reordenar
ressuscitação	2 Naa	ressuscitamento	2 Naa;Nap	ressuscitar
salvação	4 2Naa;1Nap;1Nc	salvamento	1 Naa	salvar
sedição	2 Naa;Nae	sedimento	1 Nm	
tiração	2 Naa	tiramento	1 Naa	tirar
torção	2 Naa;Nap	tormento	3 Nae	torcer
travação	1 Naa	travamento	1 Nap	travar
viciação	1 Nae	viciamento	1 Naa	viciar
xingação	1 Naa	xingamento	2 Naa;Nc	xingar

ANEXO 2 – Grupos de equivalência X-mento / X-ção

Grupo 1 – Quando X-mento equivale a X-ção

ACOMODAR	ACOMODAÇÃO	ACOMODAMENTO
VAP B1: instalar bem VA B2:arrumar;colocar em ord.;ajeitar B3: adaptar B4: sossegar; serenar VAp B5-7 VPp B8: adaptar-se; ajustar-se VE B9: ter acomodações ou lugar para Pron B10: estar adaptado ou ajustado	Naa Ç1: adaptação; conformação (B3) Ç2: conciliação, entendimento Nap Ç3: adaptação; conformação Nae Ç4: disposição cômoda ou comb... Ç5: comodismo (B8) NC Ç6: divisão do imóvel Ç7: conj. de cômodos,instalaç (B9) Ç8: lugar de instalar ou alojar	Naa ← M2 = Ç1 (B3) Naa? ← M1 = Ç2 (B8)

ACULTURAR	ACULTURAÇÃO	ACULTURAMENTO
VP B1: adaptar-se a outra cultura	Nap Ç1: adaptação de um grupo a... (B1) Ç2: interpenetração de traços cult	Nap ← M1 = Ç1 (B1)

AFOBAR	AFOBAÇÃO	AFOBAMENTO
VAP B1: causar afobação ou pressa VA B2: apressar-se; precipitar-se em VPp B3: perturbar-se, atrapalhar-se	Nae Ç1: pressa, precipitação (B2)	Nae ← M1 = Ç (B3)

AGITAR	AGITAÇÃO	AGITAMENTO
VAP B1: mover, movimentar B2: mover, abanar VAp B3-4: B5:pôr em alvoroço;causar agitação em	Naa Ç1: atividade motora exagerada (B1) Ç2:manifestaç de novas tendência (B1) Ç3: ação de agitar; movimentação (B1) Nap Ç4-5: alvoroço (B5) Nae Ç6-7: inquietação ...	Nap ← M1 = Ç5 (B5)

AGLUTINAR	AGLUTINAÇÃO	AGLUTINAMENTO
VAP B1: unir, reunir B2: interligar, juntar VA-pB3: reunir-se; juntar-se VP-p B4: interligar-se; relacionar-se B5:juntar-se num só todo; interligar-se B6: acumular-se	Naa Ç1: reunião, fusão (B1) Nap Ç2: fusão, mistura (B5)	Nap ← M1 = Ç2 (B5)

ANGARIAR	ANGARIAÇÃO	ANGARIAMENTO
Vap B1: agenciar,tentar obter;arranjar B2: aliciar; recrutar VP B3 tornar-se alvo de; atrair	Naa Ç1: obtenção por meio de pedidos	Naa ← M1 = Ç1

ASSOMBRAR	ASSOMBRAÇÃO	ASSOMBRAMENTO
VAP B1: amedrontar, atemorizar B2: causar estranheza, admiração VPp: B3: amedrontar-se B4: admirar-se, espantar-se	Naa Ç1: pregação de susto Nae Ç2: susto, pavor NC Ç3: fantasma	NC ← M1: Ç3

BIFURCAR-SE	BIFURCAÇÃO	BIFURCAMENTO
VP B1: dividir-se em dois VE B2: ser / estar dividido	“Nf” Ç1: ponto em que se divide	“Nm” ← M1 =Ç

CASTRAR	CASTRAÇÃO	CASTRAMENTO
Vap B1: capar B2: inibir, impedir atos B3: eliminar: impedir desenvolv.	Naa Ç1: capaço (B1) Ç2: impedimento (B2)	Naa ← M1 = Ç1 (B1)

CESSAR	CESSAÇÃO	CESSAMENTO
VAP B1: fazer parar; encerrar VP B2: interromper-se; acabar Aux B3: aspecto cessativo	Naa Ç1: trégua, suspensão (B1) Ç2: paralisação (B3)	Nap ← M1 = Ç ?? (B2)

DESOLAR-SE	DESOLAÇÃO	DESOLAMENTO
VAP B1: causar desolação; entristecer	Nae Ç1: isolamento, solidão Ç2: angústia, desesperança	Nae ← M1 = Ç2

DETERIORAR	DETERIORAÇÃO	DETERIORAMENTO
VAP B1: estragar, danificar B2: arruinar, corromper VPp B3: estragar-se, decompor-se B4: corromper-se	Nap Ç1: degeneração, apodrecimento (B1) Ç2: ruína (B2) Ç3: enfraquecimento Ç4: desvalorização	Nap ← M1 = Ç2; degeneração (B2)

DILACERAR	DILACERAÇÃO	DILACERAMENTO
VAP B1: estralhar, rasgar B2: afligir, martirizar VPp: B3: despedaçar-se, rasgar-se	Nap Ç1: despedaçam, estralham (B1) Nae Ç2: mortificação, aflição (B2)	Nap? ← M1 = Ç2 mortificação (B2)

ENFATUAR	ENFATUAÇÃO	ENFATUAMENTO
VAP B1: encher de vaidade o presunção VPp B2: envaidecer-se	Nae Ç1: presunção, vaidade (o <i>Br da ênfatuação</i>)	Nae ← M1: Ç (B2?) (<i>posição dos h.</i>)

IGUALAR	IGUALAÇÃO	IGUALAMENTO
VAP B1: colocar no mesmo nível VP B2: atingir o mesmo nível VPp B3: tornar-se igual VE B4: ser igual	Nap Ç1: nivelamento	Nap ← M1 = Ç1 (B1)

INCHAR	INCHAÇÃO	INCHAMENTO
VAP B1: causar edemaciamento VP B2: aumentar volume, intumescer B3: envaidecer-se	NC Ç3: edema, inchaço (de B1) Nap Ç1: intumescimento (B2) Ç2: crescimento anormal (B2)	Nap ← M1 = Ç1 (B2)

INDICIAR	INDICIAÇÃO	INDICIAMENTO
VA B1: denunciar, acusar VE B2: ser indício de	Naa Ç1: ação de V, denúncia (B1)	Naa ← M1 = Ç1 (B1)

INTERNAR	INTERNAÇÃO	INTERNAMENTO
VAP B1: colocar como <i>interno</i> VA B2: ir para o <i>interior</i>	Naa Ç2: (B1) Naa Ç1: (B2)	Naa ← M1 = Ç2 (B1)

ORDENAR	ORDENAÇÃO	ORDENAMENTO
VAP B1: colocar em ordem B2: instituir ordem eclesíastica B3: dar ordem VE B5:	Naa Ç1: colocar em ordem (B1) Ç3: classificação (B1) Ç : ordem sacerdotal (B2) Nap Ç5: arranjo, disposição	Naa ← M1 (=Ç1) organização (B1) Nap M2: evoluir para ordem (B1) Nae M3: estado de ordem (B5) [ou “conjunto de ordens”??]

REGULAR	REGULAÇÃO	REGULAMENTO
VAP B1: regulamentar B2: fazer regulagem B3: harmonizar, controlar	Naa Ç1: (B2 ou B3)	Nae M2: "conjunto de regras"?(B1?) Naa ← M1 (=Ç1) regulagem (B2)

RENEGAR	RENEGAÇÃO	RENEGAMENTO
VA B1: rejeitar, repelir	Naa Ç1: ato de V	Naa ← M1 = Ç1 (B1)

RENOVAR	RENOVAÇÃO	RENOVAMENTO
VAP B1: substituir por coisa nova; atualizar B2: revitalizar; revigorar B3: reiterar; confirmar B4: reiniciar compromissos; revalidar VP-p B5: sofrer substituição; mudar B6: reiniciar-se B7: tornar-se novo, revitalizar-se	Naa Ç1: substituição por coisa nova; atualização; restauração (B1) Ç2: revalidação (B4) Nap Ç3: substituição por coisa nova; revitalização (B7)	Nap ← M1 = Ç3 (B7)

XINGAR	XINGAÇÃO	XINGAMENTO
VA B1: insultar B2: reclamar B3: ofender B4: considerar	Naa Ç1: ação de xingar (B1)	Naa ← M2 (=Ç1) ato de xingar (B1) NC M1: insulto (B1)

Grupo 2 – Quando X-ção equivale a X-mento

ADESTRAR		ADESTRAÇÃO	ADESTRAMENTO
VAP B1: tornar destro, hábil; capacitar VAp B2: aperfeiçoar-se		Naa Ç1 = M2 →	Naa M1: treinamento de animais (B1) M2: treinamento, preparação

AGRAVAR	Tornar <i>grave</i>	AGRAVAÇÃO	AGRAVAMENTO
Vap B1: tornar mais grave, piorar B2: aumentar, intensificar (negat.) B3: sobrecarregar, oprimir B4: ofender, magoar Vpp B5: tornar-se mais grave, piorar B6: magoar-se		Nap Ç1: M3; recrudescimento.; aumento (B2)	Nap → M2: exacerbação (B1) M3: recrudescim., intensificaç. (B2) M4: aument., ampliação (B2) Naa M1: ferimento (B4)

AGRUPAR		AGRUPAÇÃO	AGRUPAMENTO
VAP B1: reunir em grupo, associar B2: juntar, reunir VAp B3: reunir-se, associar-se VPP B4: juntar-se, anexar-se VEp B5: estar reunido		Naa Ç1 = M1 →	Naa M1: reunião, ajuntamento Nap M2: aglomeração (B4) Nae M3: conjunto, reunião (B5) NC M4: conjunto, grupo

ALHEAR-SE		ALHEAÇÃO	ALHEAMENTO
VA B1: afastar-se, distanciar-se B2: absorver-se B3: abstrair-se		Nae Ç1 = M3 (B1) →	Nae M3: afastamento (B1) M2: alienação (B1) M1: desatenção (B2)

ANIQUILAR	ANIQUILAÇÃO	ANIQUILAMENTO
VAP B1: reduzir a nada, anular B2: abater, prostrar VPp B3: tornar-se reduzido a nada, anular-se, sem efeito	Naa Ç1 = M1 (B1) →	Naa M1: destruição, anulação, extinção Nap M2: enfraquecimt., debilitam. (B2) Nae M3: abatimento, prostração (B2)

BOMBEAR	BOMBEAÇÃO	BOMBEAMENTO
Va B1: acionar, manobrar máq.p injetar p B2: extrair por meio de bomba	Nap Ç1: movimento de bombear; M (B1)	Naa M1: ato de bombear (B1) Nap M2: processo de bombear

DESCARAR	DESCARAÇÃO	DESCARAMENTO
B1: tornar-se sem-vergonha, cínico B2: tornar-se ousado, atrevido	Nae Ç1 = M2 (B1) →	Nae M2: imprudência (B1) (ter atit.) M1: atrevimento (B2) (ser)

DESVIRTUALAR	DESVIRTUALAÇÃO	DESVIRTUALAMENTO
VAP B1: descaracterizar, corromper VPp B2: corromper-se	Nap Ç1 = M1 (B2) →	Nap M1: perda das virtudes ou princípios; descaracterização (B2)

EMPALAR	EMPALAÇÃO	EMPALAMENTO
Vap B1: espetar em estaca	Naa Ç1: ação de empalar; M	Naa M1: introdução de estaca

ENQUADRAR	ENQUADRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
Va B1: pôr em quadro, emoldurar p B2: colocar num campo restrito de mira; focalizar B3: incluir, classificar B4: incluir em lei penal B5: classificar VE B6: constituir quadro ou moldura VE B7: ser pertencente, estar incluído p B8: estar de acordo	Naa Ç1: M; focalização (B2)	Naa M1: focalização, colocar no foco da câmera (B2) M2: classificação como incurso; incriminação (B4)

ENTREVAR	ENTREVAÇÃO	ENTREVAMENTO
Vap B1: fazer perder movim.; paralisar VPp B2: perder os movim.; paralisar-se	Nae Ç1: = M1 (B2) →	Nae M1: ausência de mov dos músculos; paralisia(B2)

FUNDAR	FUNDAÇÃO	FUNDAMENTO
Vap B1: constituir, criar B2: firmar, apoiar, fundamentar VA p B3: tomar como fundamento, apoiar-se VE p B4: ter fundamento ou base	Naa Ç3: criação constituição, instituição (B1) NC Ç1: parte que da sustentação a um edifício; alicerce, base (B2) Ç2: pessoa jurídica... (B2?) Nae Ç4: apoio, M, base (B4) Ç5: princípio, origem	Nae M1: sustentação, base (B4) M2: origem M3: motivo, razão M4: pretexto M5: princípios básicos (plural)

INCITAR	INCITAÇÃO	INCITAMENTO
VA B1: impelir, estimular	Naa Ç1: = M1 (B1) →	Naa M1: instigação (B1) Nae M2: estímulo

ISOLAR		ISOLAÇÃO	ISOLAMENTO
Vap B1: deixar só, tornar solitário, separar B2: cercar impedindo o acesso B3: aplicar isolante, vedar Vap B4: buscar a solidão, retirar-se		Nae Ç1: = M5 (B3) →	Naa M1: nação se recusa a participar do conjunto (B4) M2: segregação de uma comunidade (B4) M3: separação com identificação (germes) (B1) Nap M4: perde apoio (B1) M5: detém uma forma de energia (B3) Nae M6: afastamento físico, segregação espacial (B1)

LOCUPLETAR-SE	LOCUPLETAÇÃO	LOCUPLETAMENTO
VP B1: enriquecer, saciar-se	Nap Ç1: enriquecimento; M	Nap M1: enriquecimento

MEDICAR	MEDICAÇÃO	MEDICAMENTO
Vap B1: dar medicamentos para tratar de uma doença VAp B2: tomar remédio para curar-se	Naa Ç1: prescrição de remédio; terapêutica (B1) Nc Ç2: remédio, medicamento (M)	Nm M1: substância que se prescreve como agente terapêutico; remédio

NIVELAR	NIVELAÇÃO	NIVELAMENTO
Vap B1: tornar o terreno horizontal, no nível B2: colocar no mesmo nível (negat.) B3: pôr término, erradicar Vpp B4: equiparar-se, pôr-se ao nível	Naa Ç1: = M1 (B2) →	Naa M2: ato de aplanar (B1) M1: ato de nivelar ou igualar (B2) Nap M3: igualamento (B2) Nae M4: posição de igualdade (B2)

POVOAR	POVOAÇÃO	POVOAMENTO
Va B1: tornar habitado; prover de habitantes p B2: ocupar B3: tornar repleto, encher VP B4: tornar-se habitado p B5: tornar-se repleto, encher-se VE B6: estar continuamente, ocupar	Naa Ç1: ocupação, M (B1) NC Ç2: pequena aglomeração urbana; povoado	Naa M1: ação de povoar; ocupação por habitantes (B1)

REFINAR	REFINAÇÃO	REFINAMENTO
VAp B1: preparar para o consumo, depurar, purificar B2: requintar, depurar VPP B3: requintar-se, depurar-se	Naa Ç1: M1. refino (B1)	Naa M1: depuração, purificação (B1) M2: ato visando aprimoramento ou requinte (B2) Nae M3: primor, requinte, perfeição (B2)

REGURGITAR	REGURGITAÇÃO	REGURGITAMENTO
VP B1: vomitar VE B2: estar muito cheio, repleto	Nap Ç1: = M1 (B1) →	Nap M1: vômito (B1)

RELAXAR	RELAXAÇÃO	RELAXAMENTO
Vap B1: distender, descontraír B2: atenuar, amenizar B3: liberar, afrouxar VP B4: tornar-se negligente B5: descontraír-se, desprender-se B6: perder a força, o vigor	Nae C1: M5, desleixo (B4) Ç2: M3, descontração (B5)	Nap M2: distensão, descontração (B1) Naa M1: liberação, afrouxamento (B3) Nae M5: negligência, desleixo (B4) Nap M3: distensão, lassidão (B5) M4: descontração (B5)

TRAVAR	TRAVAÇÃO	TRAVAMENTO
Vap B1: tolher, impedir B2: agarrar, segurar B3: fechar, trancar B4: causar travo / amargor VP B5: ficar com movimentos impedidos B6: ter impedidos os mov. do corpo VPp B7: dar-se; ocorrer (<i>batalhas</i>) Sup B8 –10: combater;conhecer;contatar	Naa Ç1: (=M) “travação do ser humano” ≠	Nap M1: processo de travar; cessação de movimentos (B5) (“do carro, do motor...”)

Grupo 3 – Equivalências recíprocas entre X-ção e X-mento

ACCELERAR	ACELERAÇÃO	ACELERAMENTO
VA B1: tornar célere P VA B2: apressar o passo VP B3: tornar mais rápido B4: pulsar mais rápido VP B5: tornar-se mais rápido p	Nap Ç1: aumento da velocidade; M (B1) Ç2: precipitação, apressamento (B2)	Nap ↔ M1: = Ç1 (B1)

ALEITAR	ALEITAÇÃO	ALEITAMENTO
VA B1: amamentar B2: dar leite a B3: nutrir-se	Naa Ç1 = M (B2) (<i>aleitação artificial</i>) ↔	Naa M1: amamentação; Ç (B1) (<i>aleitamento materno</i>)

DESFOLHAR	DEFOLHAÇÃO	DEFOLHAMENTO
VAP B1: tirar as folhas ou pétalas B2: desmembrar (as partes) B3: espalhar, distribuir VP B4: perder as folhas ou as pétalas B5: perder as partes (em folha)	Nap Ç1 = M ↔	Nap M1: perda das fls. ou pétalas; Ç

DEPAUPERAR	DEPAUPERAÇÃO	DEPAUPERAMENTO
VAP B1: debilitar, enfraquecer, empobr. VPp B2: debilitar-se, enfraquecer-se	Nap Ç1: empobrecimento; M (<i>cotidiana depauperação</i>) ↔	Nap M1: Ç; em pobrecimento (<i>realidade de depauperamento</i>)

POSTEAR	POSTEAÇÃO	POSTEAMENTO
VA ? “postear” não é registrado no DUP	Naa Ç1: colocação de postes; M ↔	Naa? M1: colocação de postes; Ç

PROLONGAR	PROLONGAÇÃO	PROLONGAMENTO
VAP B1: tornar mais longo; alongar [3VAP,1VAp,4VPp, 1VEp]	Nap Ç1: M; extensão ↔	“Nm” M1 = Ç M2: continuação